



# REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Junho de 2013

## RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2013 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, SEXTA AVALIAÇÃO DO ACORDO PSI, PEDIDO DE UM ACORDO TRIENAL AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA E REVOGAÇÃO DO ACTUAL PSI

Nos termos do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os países membros, normalmente uma vez por ano. No contexto das consultas de 2013 com Moçambique ao abrigo do Artigo IV, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Relatório do Corpo Técnico** sobre as consultas realizadas em 2013 ao abrigo do Artigo IV, elaborado por uma equipa de técnicos do FMI após as discussões encerradas em 8 de Maio de 2013 com as autoridades de Moçambique sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 10 de Junho de 2013, com base na informação disponível à altura das discussões. As opiniões expressas no relatório são as da equipa de técnicos e não reflectem necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo FMI.
- **Nota de Informação ao Público (PIN)** e **Comunicado de Imprensa** resumindo as opiniões do Conselho de Administração expressas durante as deliberações de 24 de Junho de 2013 sobre o relatório do corpo técnico que concluiu as consultas do Artigo IV/Avaliação.
- **Intervenção do Administrador do FMI** para a República de Moçambique.

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades de Moçambique\*  
Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades da República de Moçambique\*  
Memorando Técnico de Entendimento\*

\* Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com

International Monetary Fund • Publication Services  
700 19<sup>th</sup> Street, N.W. • Washington, D.C. 20431  
Telephone: (202) 623-7430 • Telefax: (202) 623-7201  
E-mail: [publications@imf.org](mailto:publications@imf.org) • Internet: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional**  
**Washington, D.C.**



# REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3 de Junho de 2013

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE AS CONSULTAS DE 2013 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, SEXTA AVALIAÇÃO DO ACORDO PSI, SOLICITAÇÃO DE UM ACORDO TRIENAL AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA E REVOGAÇÃO DO ACTUAL PSI

## PRINCIPAIS TEMAS

**Contexto, perspectivas e riscos.** O desempenho macroeconómico continua robusto e a implementação do programa satisfatória. O crescimento económico continua generalizado, destacando-se a expansão notável da indústria mineira com o arranque da produção e das exportações de carvão.

**Política fiscal e sustentabilidade da dívida.** O orçamento revisto está alinhado com a estratégia orçamental de médio prazo e incorpora o impacto das fortes inundações ocorridas no início de 2013. A estratégia orçamental das autoridades contempla uma transição gradual para saldos primários domésticos excedentários, com o endividamento externo contido nos limites da sustentabilidade da dívida, e num cenário de maior contribuição dos recursos minerais para o crescimento da economia.

**Sustentabilidade externa.** O défice da conta corrente externa é e permanecerá amplo no médio prazo, financiado pelo elevado IDE e pelas actividades mineiras financiadas por fontes privadas. As reservas internacionais são adequadas, mas precisam de acompanhar o crescimento contínuo da economia e das importações para além das actividades mineiras. A actualização da ASD altera a posição de Moçambique de um nível de sobreendividamento baixo para moderado, reflexo do novo potencial e riscos subjacentes à exploração e futura liquefacção do gás natural.

**Questões relativas ao programa.** O corpo técnico recomenda dispensas pela inobservância dos critérios de avaliação do final de Dezembro de 2012 referentes ao crédito líquido ao governo e à base monetária, e a conclusão da sexta avaliação do acordo PSI. O corpo técnico apoia a solicitação das autoridades de um novo PSI trienal para manter a estabilidade macroeconómica e prosseguir na redução da pobreza através de: i) capacitação em termos de gestão económica; ii) melhor focalização das despesas prioritárias; iii) reforço da gestão da dívida; iv) eficiência do sector financeiro e v) melhoria do ambiente de negócios e da competitividade.

**Artigo IV.** As discussões concentraram-se em garantir a sustentabilidade das políticas macroeconómicas e o crescimento inclusivo no médio prazo, para além do reforço da gestão dos recursos naturais. As últimas consultas ao abrigo do Artigo IV foram concluídas em Junho de 2011.

Aprovado por  
**David Robinson e  
Vivek Arora**

Uma equipa liderada pela Sra. Ross e composta pelos Srs. Gitton, Xiao, Xiong (todos do AFR), Perone (SPR) e Melina (RES), visitou Maputo de 24 de Abril a 8 de Maio de 2013. A missão reuniu-se com os Ministros Chang (Finanças), Cuereneia (Planificação e Desenvolvimento) e outros ministros sectoriais (Energia, Agricultura, Recursos Naturais, Indústria e Comércio, Mulher e Acção Social); o Sr. Gove, Governador do Banco de Moçambique, e outras autoridades. A missão também se reuniu com parceiros de desenvolvimento, representantes da sociedade civil, do meio académico e do sector privado. O Sr. Lledó (Representante Residente), Sr. Simione e Sra. Palacio (do gabinete do representante residente) prestaram apoio à missão. Algumas das discussões sobre políticas também contaram com a participação dos Srs. Conceição (OED), Revilla e Blanco Armas (Banco Mundial).

## SUMÁRIO

<b>EVOLUÇÃO RECENTE E DESEMPENHO DO PROGRAMA</b>	4
A. Evolução Macroeconómica	4
B. Resposta Monetária	5
C. Resposta Fiscal	6
D. Reformas Estruturais	7
<b>PERSPECTIVAS E RISCOS</b>	7
<b>DISCUSSÕES AO ABRIGO DO ARTIGO IV</b>	10
A. Preparativos para a Gestão dos Recursos Naturais	10
B. Política Fiscal	12
C. Gestão da Dívida e Estratégia de Endividamento	16
D. Política Monetária e Questões do Sector Financeiro	17
E. Estabilidade do Sector Externo	20
F. Crescimento Inclusivo	21
<b>NOVO PSI E QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA</b>	23
<b>AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO</b>	24
<b>CAIXAS</b>	
1. Matriz de Avaliação do Risco	9
2. Protecção Social Básica em Moçambique	15
3. Inclusão Financeira em Moçambique	19

**FIGURAS**

1. Impacto da Evolução Mundial	26
2. Inflação e Evolução Monetária	27
3. Evolução Orçamental	28

**TABELAS**

1. Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2010-18	29
2. Finanças Públicas, 2010-13	30
3. Finanças Públicas, 2010-18	31
4. Síntese Monetária, 2010-13	32
5. Balança de Pagamentos, 2010-18	33
6. Indicadores da Solidez Financeira do Sistema Bancário, 2003-12	34
7. Critérios de Avaliação Quantitativos e Metas Indicativas no âmbito do PSI de 2010-13	36
8. Critérios de Avaliação Quantitativos e Metas Indicativas no âmbito do PSI Proposto para 2013-16	36
9. Condicionalidade Estrutural no âmbito do Actual PSI, 2010-13	37

**APÊNDICES**

I. Carta de Intenções	38
Anexo 1. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras	40
Anexo 2: Memorando Técnico de Entendimento	62
II. O Impacto dos Mega Projectos sobre o Crescimento e a Receita Fiscal	68
III. Equilíbrio Externo e Avaliação da Adequação das Reservas	74
IV. Gás Natural, Investimento Público e Sustentabilidade da Dívida	80
V. Implementação da Estratégia de Redução da Pobreza	84

# EVOLUÇÃO RECENTE E DESEMPENHO DO PROGRAMA

## A. Evolução Macroeconómica

**1. A economia moçambicana exibiu um crescimento forte em 2012, mas as inundações ocorridas no início de 2013 reduziram ligeiramente as perspectivas de crescimento.** Os dados preliminares indicam um

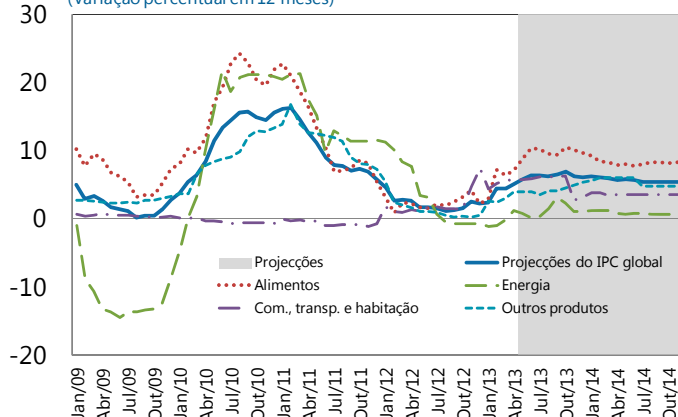
MEFP ¶12

aumento do PIB real de 7,4% em 2012. Este crescimento teve um cariz generalizado e foi liderado pelo arranque da produção e das exportações de carvão, pela agricultura, pelos sectores da construção e serviços financeiros. No princípio de 2013, as inundações violentas destruíram as culturas agrícolas no Sul e danificaram seriamente as infra-estruturas (estradas, caminhos de ferro e linhas de transmissão de electricidade para a África do Sul). Mesmo assim, espera-se que o PIB real cresça em 7% em 2013, em resultado do aumento adicional das exportações de carvão proporcionado pela maior capacidade do transporte ferroviário e pela implementação de outros grandes projectos de infra-estruturas.

**2. A inflação mantém-se a níveis moderados, mas os preços dos bens alimentares subiram recentemente devido ao impacto das cheias.** A inflação havia caído rapidamente em 2012, apoiada por preços efectivos baixos (face aos previstos) dos bens alimentares importados e pela estabilidade dos preços administrados (combustíveis, transporte público, serviços de utilidade pública). A taxa de inflação homóloga caiu para 2,2% em 2012, a menor taxa na

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), mas aumentou para 5,1% em Abril de 2013, reflexo do aumento dos preços alimentares devido às inundações. Aliando este facto com o relaxamento da política monetária ocorrido desde 2012, projecta-se que a inflação medida pelo IPC suba para cerca de 6% no fim de 2013, em concordância com os objectivos de médio prazo das autoridades.

Moçambique: Projecções do IPC  
(Variação percentual em 12 meses)



**3. As actividades mineiras dominaram os desenvolvimentos ocorridos no sector externo.**

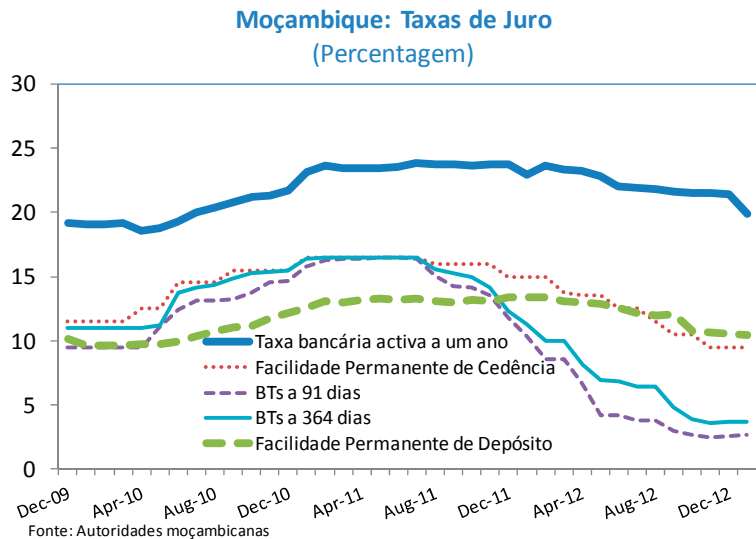
A deterioração significativa da conta corrente externa em 2012 foi causada pelo aumento acentuado das importações de serviços, na sequência dos grandes investimentos realizados na exploração de gás, que foram apenas parcialmente compensadas pelo arranque das exportações de carvão e pelo aumento notável das exportações tradicionais (em cerca de 16%). O investimento directo estrangeiro duplicou em 2012 e as importações de serviços associados conduziram a um défice da conta corrente

de 36% do PIB. Apesar da menor cobertura das importações pelas reservas internacionais daí resultante, as autoridades continuaram a acumular reservas devido às exportações elevadas e fluxos de entrada de capitais (IDE e empréstimos estrangeiros).

**B. Resposta Monetária**

**O crescimento da massa monetária e do crédito à economia acelerou em 2012, apesar das taxas de empréstimo dos bancos comerciais se manterem elevadas.**

O Banco de Moçambique (BM) adoptou uma política mais flexível, baixando a sua taxa de desconto oito vezes desde o final de 2011, num total de 6,5 pontos percentuais (p.p.) em termos acumulados. O crescimento do agregado monetário M3 atingiu 29%, e o crédito à economia acelerou para 18% no fim de 2012, liderado pelo crédito à famílias para aquisição de bens duradouros. O aumento dos empréstimos concedidos às pequenas e médias empresas (PME) ficou limitado pela percepção dos bancos quanto à escassez de oportunidades seguras de financiamento no sector privado. Apesar de alguma absorção da liquidez no final de 2012, o BM não conseguiu neutralizar por completo os efeitos que se fizeram sentir sobre a base monetária do maior volume efectivo (face ao programado) dos depósitos bancários no banco central. O critério de avaliação foi excedido em mil milhões de meticais, equivalente a 3% da base monetária, o que representa um desvio mínimo face às grandes incertezas que afectaram a procura de moeda. A meta indicativa correspondente para Março de 2013 também foi ultrapassada (em 1,6 mil milhões de meticais ou 4% da base monetária), num contexto de fraco retorno de numerário ao sistema bancário no período pós-cheias e forte acumulação de depósitos do governo junto dos bancos comerciais.



**Desempenho do Programa**

	CA de Dez 2012	MI de Mar-13
<b>Critérios de avaliação (CA)</b>		
Crédito líquido ao governo	▲	●
Stock da base monetária	▲	▲
Stock de reservas internacionais líquidas	●	▲
Dívida externa não concessional	●	●
Stock da dív. ext. pública de curto prazo	●	●
Atrasados de pagamentos externos	●	●
<b>Metas indicativas (MI)</b>		
Receita pública	▲	●
Gastos prioritários	●	●

● cumprido ▲ não cumprido

**4. As reservas internacionais líquidas (RIL) superaram as metas do programa em 2012, mas recuaram no início de 2013.** As reservas acumuladas em 2012 excederam ligeiramente a meta delineada para o final do ano e as reservas brutas chegaram a USD 2,8 mil milhões. Contudo, no princípio de 2013, as menores exportações e maiores importações associadas às cheias, e os atrasos no desembolso de ajudas (cerca de USD 45 milhões face aos USD 194 milhões antecipados) resultaram numa redução das RIL em cerca de USD 0,3 mil milhões para 3,8 meses de cobertura das importações não relacionadas com os mega projectos, um valor inferior à meta indicativa para Março.

### C. Resposta Fiscal

**5. O desempenho orçamental foi, na generalidade, consistente com o programa em 2012, apesar das maiores despesas de capital e de algum recurso excessivo ao crédito bancário pelo governo no fim do ano.** As receitas ficaram ligeiramente aquém da meta indicativa pois a menor inflação efectiva (face à prevista) e os problemas gerados nas alfândegas com a transição para uma janela de transacção comercial única no segundo trimestre foram mais do que compensados pelas receitas extraordinárias dos impostos sobre mais-valias. Paralelamente, os gastos e investimentos excessivos em programas especiais financiados por donativos no final do ano fizeram com que o défice global e o crédito líquido ao governo (CLG) ultrapassassem as metas no fim do ano. As autoridades tomaram algumas medidas correctivas para controlar as despesas. Os gastos prioritários excederam a meta indicativa no fim de 2012, reflectindo a perseverança das autoridades em prosseguir com a estratégia de redução da pobreza.

**6. O desempenho orçamental no início de 2013 reflectiu um conjunto diversificado de factores.** O governo conteve outras despesas correntes a favor das despesas de emergência para mitigação das inundações, protegendo simultaneamente os gastos prioritários (a meta indicativa foi cumprida em Março). Também limitou as despesas de capital financiadas com recursos externos quando o apoio orçamental dos doadores se atrasou por questões relacionadas com a governação<sup>1</sup> (gerando uma redução das receitas de USD 150 milhões). O apoio dos doadores deve retomar com a tomada de medidas correctivas pelas autoridades. A receita fiscal excedeu substancialmente a meta indicativa em Março em virtude da elevada receita com mais-valias inesperadas (USD 224 milhões). A combinação destes factores resultou num fluxo de CLG bastante inferior ao programado no primeiro trimestre (meta cumprida).

<sup>1</sup> Estão em curso investigações sobre a suspeita de contrabando de madeira de Moçambique para a China e sobre uma alegada fraude (limitada) no pagamento de salários no Ministério da Educação.

## D. Reformas Estruturais

**7. As autoridades prosseguiram com a sua agenda de reformas estruturais, focando-se na gestão da dívida, estabilidade financeira e desenvolvimento** (ver Tabela 9). O indicador de referência estrutural relativo à adopção do Plano Anual de Endividamento Interno foi cumprido atempadamente em Janeiro. A apresentação ao Conselho de Ministros da proposta da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro (EDSF) foi adiada para Março mas foi rapidamente aprovada logo de seguida. O Plano de Contingência do Sector Financeiro foi aprovado pelo BM no princípio de Abril e a sua implementação está prestes a iniciar.

## PERSPECTIVAS E RISCOS

**8. As perspectivas de crescimento de médio prazo para Moçambique continuam bastante favoráveis.** Projecta-se um crescimento vigoroso em todos os sectores em torno de 8,5% em 2014, com um estímulo forte no médio prazo proporcionado pela recuperação da agricultura (reflexo de aumentos da produtividade e da expansão da área de cultivo), pelos investimentos em infra-estruturas e pelo início da construção de uma planta de gás natural liquefeito (GNL). As expectativas de inflação estão controladas pressupondo a ausência de choques elevados nos preços dos produtos alimentares ou dos combustíveis e uma política monetária prudente.



**9. As perspectivas externas reflectem a necessidade de investimentos massivos nos próximos anos para comercializar as reservas de gás natural.** Prevê-se um défice da conta corrente externa em torno de 40% do PIB durante os 4 a 5 anos da fase inicial de construção da planta de GNL, com início em 2014, maioritariamente financiada pelo IDE e por empréstimos comerciais privados. As melhorias na capacidade do transporte ferroviário potenciam as exportações ao longo do tempo pelo que, mal as exportações de GNL comecem por volta de 2020, as exportações totais deverão crescer de forma acentuada e o défice da conta corrente deverá cair. Com a conclusão da planta de GNL a ocorrer provavelmente em 2023, também se antecipa uma queda forte das importações, o que provocará uma redução ainda maior do défice da conta corrente externa para níveis mais sustentáveis.

**10. Os riscos para estas perspectivas derivam de ambas as conjunturas interna e mundial** (ver Caixa 1). Moçambique tem conseguido manter-se relativamente à margem da recessão mundial uma vez que as suas interligações com os países vizinhos são sobretudo de natureza logística. Os fluxos comerciais na região ocorrem sobretudo com a África do Sul, e as exportações (principalmente de electricidade) e importações (bens alimentares e manufacturados) têm permanecido relativamente estáveis, não tendo evidenciado repercussões significativas. Apesar dos bancos portugueses dominarem o sector bancário moçambicano, os mesmos são financiados localmente e as suas



operações estão amplamente segregadas dos acontecimentos em Portugal. Não obstante, Moçambique continua exposto a riscos como catástrofes climáticas, choques dos preços de matérias-primas para as principais mercadorias exportadas ou importadas (carvão, gás, combustível) e o declínio dos donativos. Os riscos internos advêm de possíveis atrasos na modernização das infra-estruturas de transporte, especialmente os caminhos-de-ferro e os portos marítimos, restrições na oferta de electricidade e derrapagens na implementação de políticas no contexto das eleições municipais de Novembro de 2013 e presidenciais de Outubro de 2014. Todavia, há fortes factores de mitigação: aumento do apoio financeiro dos BRICs, perspectivas animadoras para a produção e exportação de carvão, assim como o fluxo contínuo e elevado de IDE para vários mega projectos, incluindo o desenvolvimento de GNL.

**11. Em geral, as autoridades concordaram com a avaliação do corpo técnico quanto às perspectivas, e riscos e opções de política associados.** Apesar de reconhecerem que o elevado crescimento económico teve impacto limitado na redução da pobreza nos últimos anos, reiteraram que a redução da pobreza e um crescimento mais inclusivo constituem os principais pilares da sua estratégia económica. Esta estratégia inclui medidas viradas para: manter a estabilidade macroeconómica, acelerar o progresso na implementação de reformas que aumentem a competitividade e melhorem o ambiente de negócios e continuar a investir fortemente nos sectores sociais (saúde, educação e formação profissional) e infra-estruturas (transporte, água e electricidade).

### Caixa 1. Matriz de Avaliação do Risco<sup>1</sup> de Moçambique

Natureza/Fonte do Risco	Probabilidade de ocorrência nos próximos três anos (B, M, E)	Impacto antecipado na economia (B, M, E)	Resposta a nível de políticas
Prolongamento do período de crescimento económico europeu mais lento	M	B	Acelerar a implementação de políticas para diversificar as exportações e de reformas estruturais para fomentar a competitividade
Redução dos preços mundiais das matérias-primas exportadas por Moçambique (sobretudo carvão e gás)	B	M	Flexibilizar a taxa de câmbio numa primeira linha de acção, acompanhada pelo aligeiramento monetário (contudo, continuar atento a potenciais efeitos de segunda ordem) e estabilizadores automáticos
Queda acentuada da ajuda dos doadores	M	E	Continuar a solicitar o apoio dos doadores e manter políticas consistentes
Catástrofes climáticas	M	E	Acelerar a implementação de políticas de prevenção e gestão do risco; estabilizadores automáticos e despesas direccionadas; políticas monetária e cambial de apoio
Crise financeira decorrente da maior debilidade dos bancos portugueses dominantes	B	E	Reforçar a supervisão bancária, com testes de stress, e implementar planos financeiros de contingência
Deslizes na execução de políticas nas vésperas de eleições	M	M	Assegurar a estabilidade macroeconómica e acelerar as reformas estruturais (ambiente de negócios, desenvolvimento financeiro)
Conflitos sociais relacionados com o menor benefício efectivo da gestão dos recursos naturais	M	M	Propiciar um crescimento inclusivo e intensificar a comunicação pública sobre os benefícios sociais de longo prazo dos recursos naturais
Infra-estruturas deficientes, que dificultam as exportações e o crescimento económico	E	E	Manter o investimento público num nível elevado e aprimorar a selecção de projectos e seu financiamento de forma consistente com a sustentabilidade da dívida
Financiamento excessivo conducente a um nível insustentável de dívida pública externa	M	E	Melhorar a gestão da dívida; processo de selecção e avaliação de projectos

<sup>1</sup> A Matriz de Avaliação do Risco (MAR) lista os eventos que podem alterar de forma material o cenário de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspectiva do corpo técnico do FMI). A classificação da probabilidade relativa dos riscos aqui descritos é fruto da avaliação subjectiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base. A MAR reflecte a opinião do corpo técnico sobre a fonte de riscos e o nível geral das preocupações à altura das discussões com as autoridades.

## DISCUSSÕES AO ABRIGO DO ARTIGO IV

*As discussões centralizaram-se nas políticas fiscais e monetárias apropriadas para 2013 e no médio prazo, considerando os elevados fluxos de investimento financiados pelo exterior e a necessidade de expandir o crédito à economia, num contexto de pressões inflacionárias moderadas. A optimização dos benefícios decorrentes da crescente contribuição da indústria de extracção para a economia também esteve no centro das discussões.*

**12. As políticas económicas do governo têm sido implementadas de acordo com a sua agenda de médio prazo e foram, no geral, consistentes com as recomendações do FMI durante as consultas do Artigo IV de 2011.** As autoridades e os técnicos do FMI concordam, grosso modo, com a orientação adequada da política macroeconómica e com a ênfase dada às reformas estruturais. Estas foram consistentes com o programa económico do governo de 2010-13, apoiado pelo PSI, que se focou em: manter a estabilidade macroeconómica, promover o investimento em infra-estruturas, a capacitação e o crescimento inclusivo. O progresso face a estes objectivos tem-se revelado positivo quanto ao desempenho macroeconómico. Além do mais, o programa apoiado pelo PSI tem sido cumprido e todas as avaliações foram concluídas nas datas previstas. Moçambique está em conformidade com a Iniciativa de Transparência nas Indústrias de Extracção (ITIE) desde Outubro de 2012. A capacitação está em curso graças a um amplo programa de assistência técnica envolvendo as instituições financeiras internacionais e os doadores.

**13. As discussões de 2013 nos termos do Artigo IV centraram-se na agenda de desenvolvimento e nas políticas prioritárias para promover uma transição bem sucedida para uma era de abundância em recursos naturais.** Estas incluem uma hábil gestão de médio prazo do impacto do desenvolvimento dos recursos de carvão e gás e do elevado investimento público para promover o crescimento, a competitividade externa e, através de mais empréstimos comerciais, a sustentabilidade da dívida e o planeamento do investimento. Estas prioridades são consistentes com o Plano Quinquenal do Governo para 2010-14, com a sua visão de longo prazo descrita na Agenda 2025, e assentam no Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) de 2011-14. Todos visam a manutenção da estabilidade macroeconómica, o investimento em infra-estruturas e sectores sociais, a promoção do crescimento inclusivo e a capacitação em várias áreas.

### **A. Preparativos para a Gestão dos Recursos Naturais**

*As autoridades e o corpo técnico do FMI debateram como adaptar a gestão macroeconómica às necessidades de uma economia rica em recursos naturais. As estimativas preliminares indicam que a produção de carvão e gás natural tem o potencial de impulsionar o crescimento anual em 2 p.p. no período 2013-23. Enquanto as receitas fiscais derivadas dos mega projectos continuarão moderadas*

no curto e médio prazos, num prazo mais longo as receitas provenientes da exploração dos recursos naturais, especialmente o gás natural, poderão atingir um quarto das receitas fiscais totais.<sup>2</sup>

**14. As autoridades e o corpo técnico do FMI partilham a visão de que, apesar de serem precisos avultados investimentos públicos e privados para viabilizar o potencial da indústria de extração, as**

MEFP ¶16, 24-29

**receitas fiscais associadas irão manter-se modestas durante uma década.** As jazidas de carvão e as reservas de gás natural confirmadas fazem do país um potencial líder em termos de exportações mundiais, para além do vasto potencial em termos de energia hidroeléctrica. Os investimentos necessários para maximizar a exploração deste potencial são bastante significativos relativamente à dimensão da economia, tanto para o GNL (cerca de USD 40 mil milhões ou 2,7 vezes o PIB de 2012) como para outros grandes projectos, incluindo os caminhos de ferro, os portos e a geração e transmissão de energia. Uma vez que somente após uma década é que as receitas regulares dos recursos deverão crescer gradualmente, ultrapassando os fluxos de ajuda actuais (USD 1,2 mil milhões em 2012), o corpo técnico recomendou às autoridades que continuem a gerir prudentemente as expectativas da população.

Moçambique: Contributos para a Receita Tributária									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Act.	Act.	Est.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
	(Porcentagem do PIB)								
Total da receita	19,6	20,7	23,5	24,5	23,5	24,1	24,7	25,3	25,4
Receitas tributárias	17,0	18,1	20,0	20,4	19,4	20,0	20,6	21,2	21,3
Receitas do carvão	0,0	0,0	0,1	0,3	0,5	0,9	1,3	1,7	1,6
Receitas tributárias excl. carvão	17,0	18,1	19,9	20,2	18,9	19,1	19,3	19,5	19,7
d/q mais-valias	0,0	0,0	1,2	1,5	-	-	-	-	-
d/q outras receitas tributárias	17,0	18,1	18,7	18,7	18,9	19,1	19,3	19,5	19,7
	(Porcentagem do PIB não relacionado ao carvão)								
Receitas não relacionadas ao carvão	17,0	18,1	19,9	20,2	18,9	19,1	19,3	19,5	19,7
Receitas tributárias não rel. ao carvão	0,0	0,0	1,2	1,5	-	-	-	-	-
Receitas tribut. excl. carvão e mais-valias	17,0	18,1	18,7	18,7	18,9	19,1	19,3	19,5	19,7
	(Mil milhões de MT)								
PIB relacionado ao carvão	4,1	2,5	9,8	15,9	20,7	30,8	39,6	50,5	52,7
PIB não relacionado ao carvão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

**15. Reforçar a previsão de receitas num contexto de abundância em recursos naturais ajudaria na formulação de uma estratégia de política fiscal.** Enquanto as receitas provenientes da produção e exportação de gás se concretizarão apenas numa década, as receitas do carvão já começaram a contribuir para o rácio receitas fiscais-PIB do país. A política fiscal deveria evoluir acompanhando a mudança estrutural da economia. Prevê-se que a receita combinada do carvão e do GNL atinja 9% do PIB (excl. o carvão e o GNL) até 2030, o que representa cerca de um quarto

<sup>2</sup> Ver Apêndice III.

de toda a receita pública. A estratégia fiscal de médio prazo deveria incorporar a distinção entre “receitas básicas”, receitas de recursos (por exemplo, royalties) e outras receitas de natureza extraordinária (por exemplo, imposto sobre as mais-valias).

**16. As autoridades concordaram que continuar com os esforços de capacitação permitirá ao país beneficiar das actividades mineiras e de hidrocarbonetos.** O corpo técnico incentivou as autoridades a prosseguirem com o reforço das competências internas em matéria de quadros regulamentares e fiscais, projecções macroeconómicas e fiscais, bem como no campo da avaliação e optimização do impacto dos mega projectos e qualquer participação financeira do Estado nestes. O que se torna ainda mais premente no momento actual: a nova lei da mineração e do petróleo, apresentada à Assembleia, terá que ser transposta para regulamentos e implementada, além da revisão dos regimes fiscais dos sectores de mineração e hidrocarbonetos que está a decorrer com a assistência técnica do FMI e outras instituições.

**17. É crucial garantir um elevado grau de transparência em todos os aspectos do sector de recursos.** Moçambique conquistou reconhecimento internacional pela conformidade com a ITIE; a abrangência dos seus relatórios sobre os pagamentos e receitas públicas da indústria extractiva foi ampliada de 6 para 46 empresas, e os pagamentos declarados pelas empresas mineiras estão muito perto das receitas registadas pelo governo. O corpo técnico observou que a transparência dos contratos, normas, tributação e receitas aumenta a confiança e constitui um mecanismo de freios e contrapesos que garante a justa distribuição da riqueza dos recursos gerados entre os parceiros empresariais, o governo e a população em geral.

**18. As autoridades concordam com a análise do corpo técnico e estão empenhadas em melhorar ainda mais a sua capacidade de gestão macroeconómica.** Já estão a decorrer avanços na compilação de estatísticas sobre a produção e sectores económicos. A coordenação interinstitucional tem sido reforçada para aprofundar a análise económica e a base de partida para a formulação de políticas.

## B. Política Fiscal

**19. O objectivo do governo de manter elevados níveis de despesas em investimento público e desenvolvimento social, a par da estabilidade macroeconómica, é adequado.** A âncora fiscal das autoridades implica uma melhoria gradual do saldo primário doméstico de um défice de 2,75% do PIB em 2013 para um pequeno excedente em 2017, mantendo o financiamento, particularmente de origem externa e em condições comerciais, dentro dos limites de sustentabilidade da dívida (ver Análise de Sustentabilidade da Dívida do FMI e Banco Mundial). Mesmo num cenário de queda gradual do financiamento externo concessional como proporção do PIB, o défice global após donativos permaneceria entre 5% e 8% do PIB por ano, apoiado pelo objectivo a nível das receitas, e poderia ser financiado por empréstimos externos comerciais moderados (de 1% a 2% do PIB) e algum endividamento interno (até cerca de 1% do PIB)

MEFP ¶15-20

**20. Deve ser definida uma regra para o uso das receitas**

**extraordinárias.** Os riscos orçamentais são actualmente elevados; a receita recebida no princípio de 2013 de impostos sobre as mais-valias na venda de participações entre investidores (USD 224 milhões ou 1,5% do PIB) está a financiar o orçamento suplementar para 2013, especialmente as despesas de investimento para a reconstrução e o reassentamento no período pós-inundações no contexto dos projectos de infra-estruturas. Em 2013, podem vir a concretizar-se mais receitas extraordinárias, pelo que as autoridades devem delinear uma regra explícita para o seu dispêndio em infra-estruturas, tanto directamente como por via de empresas estatais, e para a redução da dívida, incluindo a aceleração da regularização dos reembolsos do IVA em atraso.<sup>3</sup>

MEFP ¶17

**21. O processo de administração e reembolso do IVA precisa ser reformulado.** O orçamento regista o IVA em termos brutos e inclui uma provisão para os reembolsos do IVA como uma rubrica de despesa. O corpo técnico do FMI salientou que um verdadeiro IVA é inerentemente líquido de reembolsos, e ajustou a sua apresentação analítica de acordo com as melhores práticas internacionais.

- **O orçamento deve registar a receita do IVA numa base líquida, garantindo o pagamento atempado dos reembolsos do IVA.** As autoridades concordaram em elaborar um plano de acção global para modernizar a administração do IVA e o processo geral de reembolsos até Outubro, com a assistência técnica do FMI. Consideram que a transição para um orçamento elaborado com o IVA numa base líquida só poderá ocorrer gradualmente, e previram fazê-lo para o orçamento de 2015.
- **Os pedidos de reembolsos do IVA pendentes têm-se acumulado e,** no fim de 2012, alcançaram 1,3% do PIB de 2013, representando um custo para o sector privado. O corpo técnico incentivou as autoridades a rectificarem esta situação. As autoridades aceitaram aplicar possíveis receitas extraordinárias adicionais em 2013 na regularização dos reembolsos em atraso.

MEFP ¶23

MEFP ¶17

**22. As autoridades continuam a priorizar as despesas em infra-estruturas e desenvolvimento social, de acordo com a estratégia de redução da pobreza, mas limitando ao mesmo tempo os riscos orçamentais.** Dois terços das despesas orçamentais são canalizadas para os sectores prioritários.

- **Contenção da massa salarial pública.** A maior parcela da massa salarial destina-se à educação. O seu aumento reflecte novas contratações de pessoal nos sectores prioritários nos últimos anos, incluindo a educação e a saúde, e os esforços de descompressão da tabela salarial na

MEFP ¶18, 21

<sup>3</sup> A legislação existente permite o uso do excedente da receita efectiva face ao valor orçamentado para redução da dívida ou investimento.

função pública. A massa salarial (10,8% do PIB) absorve metade das despesas correntes no orçamento revisto de 2013. O governo admite a necessidade de abrandar a descompressão da tabela salarial e o ritmo de contratação em áreas não prioritárias, e propõe-se a conter a massa salarial em torno de 8,5% no médio prazo. O governo continua a alinhar os múltiplos sistemas de vencimentos utilizados e avançou com a implementação de um sistema electrónico de folha de pagamentos (e-Folha) e com uma base de dados integrada dos funcionários públicos (e-CAF). O corpo técnico sugeriu o desenvolvimento de um sistema que permita relacionar a remuneração com os resultados.

- **Priorização dos investimentos públicos.** A taxa de investimento público de Moçambique é elevada (quase 15% do PIB), mais de metade da qual é financiada internamente. As autoridades têm-se esforçado por aprimorar o seu processo de selecção e capacidade de análise da rentabilidade económica dos projectos, e avaliar o impacto do financiamento associado sobre a dívida pública. A este respeito, está em fase de elaboração um Programa Integrado de Investimento pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento, que tem também cooperado com os ministérios competentes para aplicar o novo manual de apreciação e avaliação dos projectos de investimento público. MEFP ¶122
- **Gestão das empresas públicas.** Na sequência da adopção da Lei das Empresas Públicas (Lei n.º 6/2012 de Fevereiro de 2012), os planos de investimento e financiamento das empresas públicas devem ser aprovados pelo ministério sectorial em questão, além do Ministério das Finanças. O governo também fará cumprir a publicação dos relatórios anuais das empresas públicas de grande dimensão. O corpo técnico propôs melhorar-se a transparência das relações financeiras do governo (incluindo as transferências e os perdões da dívida) com as empresas públicas. Devem limitar-se os subsídios concedidos às empresas públicas e acompanhar de perto as suas participações financeiras em projectos de infra-estruturas de larga escala para conter os riscos orçamentais. MEFP ¶30-32
- **Transparência dos subsídios ao sector da energia.** As tarifas de *electricidade* são inferiores aos níveis de recuperação dos custos e a situação financeira da empresa Electricidade de Moçambique (EDM) continua a deteriorar-se. O governo concedeu transferências através da anulação dos empréstimos disponibilizados e um novo contrato de gestão está em fase de negociações. Todavia, um estudo sugeriu o aumento e a reestruturação das tarifas, mantendo os custos reduzidos para os consumidores com baixos rendimentos. A apresentação de propostas ao Conselho de Ministros deverá acontecer brevemente. O corpo técnico propôs ao governo cobrir os custos de investimento do programa de electrificação rural e o seu próprio consumo de energia (por exemplo, a iluminação das vias municipais), e ajustar gradualmente as tarifas para os níveis de recuperação dos custos. Uma base financeira sólida da EDM ajudaria a atrair investidores para os planos de expansão massiva e favoreceria o acesso à electricidade, que actualmente serve apenas 38% da população e dificulta o desenvolvimento económico. MEFP ¶120

- O governo continua a aplicar *preços administrados para os combustíveis*, permitindo a subsídio cruzada do consumo de combustível para além dos mega projectos. Define os pagamentos de compensação aos importadores de combustíveis com base numa fórmula de preços ligada ao mercado. O orçamento de 2013 inclui 0,3% do PIB em pagamentos aos importadores. O corpo técnico destacou que a diferenciação dos preços para o gasóleo cria incentivos à corrupção e distorce a sinalização dos preços. A fórmula de fixação dos preços deveria ser aplicada aos preços de venda a retalho de todos os produtos petrolíferos.
- **Protecção social.** O governo aumentou substancialmente o orçamento destinado à protecção social (0,4% do PIB no orçamento de 2013). Prevê aumentar ainda mais a afectação no médio prazo, para além de seleccionar melhor os beneficiários, nomeadamente através de um registo electrónico consolidado e da coordenação do sistema de afectação de recursos.

MEFP ¶19

## Caixa 2. Protecção Social Básica em Moçambique

### **A protecção social é um ingrediente essencial do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) de Moçambique.**

O regime é desenhado para enfrentar tanto o nível absoluto de pobreza (mais de metade da população vive abaixo da linha de pobreza), como a exposição do país aos choques climáticos e económicos que debilitam ou até revertem os esforços para melhorar as competências e permitir que os pobres deixem os sectores de produtividade baixa, sobretudo a agricultura de subsistência. A protecção social pode mitigar estes riscos, potenciar o desenvolvimento humano e social e, assim, conduzir a um crescimento inclusivo.

### **O governo fez progressos significativos na definição do quadro jurídico e institucional para uma política nacional de protecção social básica.**

A Lei de Protecção Social de 2007 definiu o quadro legal e institucional com componentes gerais (transferências sociais, saúde, educação e inclusão social através do trabalho) delineados na Estratégia Nacional para a Segurança Social Básica (ENSBB) de 2010. Os novos programas de protecção social criados em 2011 ampliaram a ENSBB para uma rede de segurança social abrangente composta por um programa de transferências pecuniárias, direccionado para as famílias extremamente pobres sem fontes de rendimento, e um programa de emprego directo em projectos de obras públicas.

### **As despesas com a protecção social aumentaram muito nos últimos anos.**

Cresceram de cerca de USD 13 milhões em 2008 para USD 57 milhões no orçamento de 2013 (ou 0,4% do PIB). O governo tenciona ampliar as afectações orçamentais para 0,8% do PIB no médio prazo, abarcando 0,9 milhões de beneficiários, e aumentar o nível das transferências pecuniárias para trazer os beneficiários para a linha de pobreza.

### **Continuam os esforços para solucionar diversos desafios de execução.**

Com o apoio do Banco Mundial, ONU e outros parceiros de desenvolvimento, o governo está a desenvolver um sistema de selecção comum que combina a identificação geográfica com a selecção de comunidades para minimizar erros de exclusão; um instrumento aproximado para medir a situação financeira para minimizar erros de inclusão; um registo único dos beneficiários e um sistema de gestão da informação. Os pagamentos serão delegados a bancos comerciais e a operadores móveis. Espera-se que a maior parte dos sistemas esteja operacional em 2014. A capacitação também está a realizar-se a nível distrital. A criação de um fundo comum para melhor garantir as verbas dos doadores está em fase de discussões.



**23. De uma forma geral, as autoridades concordaram com a análise do corpo técnico do FMI, mas frisaram as restrições de economia política.** Observaram que os esforços de reformas estão a decorrer em várias áreas e que é preciso dar tempo para a concretização dos resultados. O corpo técnico incentivou as autoridades a comunicarem mais publicamente sobre a necessidade de reformas e sobre os planos do governo para solucionar os desafios, especialmente em relação aos salários dos funcionários públicos e aos preços da energia.

### C. Gestão da Dívida e Estratégia de Endividamento

**24. O endividamento externo aumentou consideravelmente desde 2012, sobretudo em condições comerciais.** O governo aumentou o seu uso de recursos externos em condições não concessionais para financiar diversos investimentos em infra-estruturas. Este facto, aliado às grandes mudanças estruturais na balança de pagamentos devidas sobretudo à recente exploração do gás e investimentos em GNL, faz com que a análise da sustentabilidade da dívida (ASD) actual altere a categoria de risco do país de uma posição de baixo risco para risco moderado de sobreendividamento. As autoridades pretendem continuar a investir fortemente em infra-estruturas, pelo que solicitaram um novo tecto para os empréstimos não concessionais (ENC), com base na expectativa de novos empréstimos e nas perspectivas da ASD. O corpo técnico do FMI estima que, ao nível actual da taxa de desconto de 3%, o novo tecto de USD 2 mil milhões durante os próximos três anos seja consistente com a manutenção da sustentabilidade da dívida.

**25. O corpo técnico desenvolveu abordagens alternativas à intensificação do investimento público.** Partindo de uma nova ferramenta quantitativa para analisar os efeitos de cenários alternativos à intensificação do investimento público nos países em desenvolvimento com recursos naturais abundantes<sup>4</sup>, verifica-se que, no caso de Moçambique, é mais apropriado um aumento gradual do investimento público que também conte com algumas receitas futuras de GNL. Uma abordagem mais agressiva que contemple um aumento pronunciado do investimento público não produzirá necessariamente melhores resultados em termos de crescimento devido às restrições na capacidade de absorção, além de poder colocar a sustentabilidade da dívida em risco (ver Apêndice V).

**26. O reforço da gestão da dívida e da selecção de projectos é uma prioridade estratégica.** As autoridades progrediram ao tornar a gestão da dívida mais orientada para o futuro. Contudo, vários instrumentos de planificação económico (Plano de Investimento Integrado, ASD, orçamento de médio prazo e estratégia da dívida) ainda precisam de ser relacionados entre si e utilizados na fase de preparação do orçamento anual. O corpo técnico realçou a necessidade premente de fortalecer a capacidade de análise, selecção e acompanhamento dos projectos e antecipar o financiamento associado na ASD.

MEFP ¶122

<sup>4</sup> Dívida, Investimento, Crescimento e Recursos Naturais (DIGNAR, na sigla original inglesa).

**27. As autoridades sublinharam que dão prioridade à manutenção de investimentos públicos elevados e concordaram com a análise do corpo técnico.** Consentiram em moderar o ritmo de novos endividamentos no médio prazo até que os sectores do carvão e gás natural comecem a gerar receitas, reforçando simultaneamente a capacidade de absorção e a eficácia do investimento. Consideraram que esta estratégia é consistente com rácios de dívida sustentáveis, e estes devem cair drasticamente quando as exportações e o PIB aumentarem de forma acentuada na fase de produção do GNL.

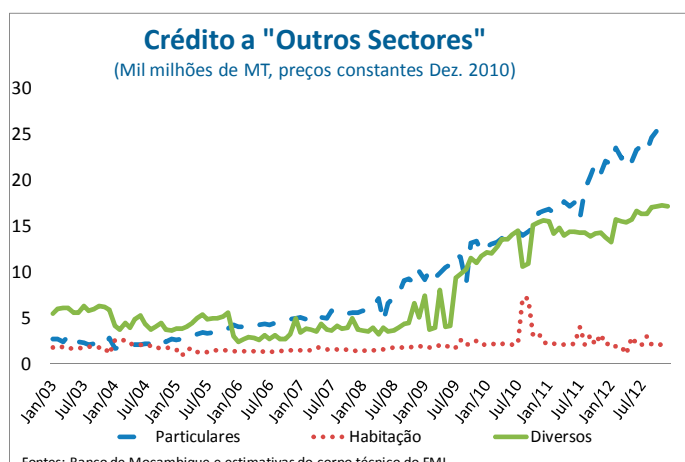
#### D. Política Monetária e Questões do Sector Financeiro

**28. A política monetária foi relaxada em 2012, e mantém-se direccionada para a contenção das pressões inflacionárias e apoio da actividade económica.** O BM procura manter o crescimento da base monetária ligeiramente acima do crescimento do PIB nominal para suportar o aprofundamento financeiro e a concessão de crédito à economia, mantendo a inflação em 5% a 6% no médio prazo.

MEFP ¶10, 14

**29. As pressões inflacionárias devem ser monitoradas de perto e controladas no quadro geral de políticas macroeconómicas.** O corpo técnico sugeriu que o BM permaneça atento a possíveis impactos desfasados do relaxamento monetário, e acompanhe quaisquer efeitos de repercussão de segunda ordem resultantes do aumento dos preços dos produtos alimentares devido às cheias. O impacto dos aumentos recentes dos salários no sector público e os ajustamentos de alguns preços administrados também devem ser equacionados. As autoridades mostraram prontidão para restringir as suas condições monetárias caso a inflação dispare para além das projecções actuais.<sup>5</sup>

**30. A transmissão da política monetária para o financiamento do sector privado é relativamente débil.** O sistema bancário é muito líquido e, recentemente, os agregados monetários têm crescido muito mais rapidamente que o crédito. Este último é cada vez mais destinado ao consumo de bens duradouros pelos agregados familiares. Apesar das taxas de empréstimos bancários terem caído um pouco, permanecem ainda assim elevadas. O corpo técnico lembrou que o forte relaxamento monetário pouco fez para aumentar o crédito disponível para o sector produtivo, especialmente as PME, e que as autoridades deveriam antes concentrar os seus esforços em políticas estruturais, nomeadamente para melhorar a solvabilidade dos mutuários. Adicionalmente, deve-se acompanhar de perto a evolução do crédito às famílias e do crédito mal parado. As autoridades admitiram a



<sup>5</sup> A previsão de inflação em 2013 do BM é um pouco mais elevada do que a do corpo técnico e assenta no seu modelo interno, que o corpo técnico considera ser enviesado para cima devido ao período de base histórico.

concentração do crédito em algumas grandes empresas e sublinharam que a diversificação de fontes de financiamento das PME é um pilar crítico da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro. Ademais, apontaram para o nível reduzido e constante do crédito mal parado.

**31. O BM continua a modernizar o seu quadro operacional da política monetária.** Tem reforçado a sua coordenação com o Ministério das Finanças no que respeita ao planeamento do fluxo de tesouraria, o que é crucial para controlar mais eficazmente a evolução da base monetária e gerir a liquidez, para além de contribuir para o desenvolvimento do mercado de títulos nacional. Os operadores do mercado primário de obrigações foram recentemente credenciados pela primeira vez, e ocorreu o primeiro leilão de sempre de Obrigações do Tesouro (OT), o qual registou uma subscrição bastante excessiva (a taxa de juro de equilíbrio de mercado foi 7,5% para as OT de 4 anos). Para desenvolver os mercados de capitais, as OT terão que ser leiloadas em vários lotes mais pequenos durante o ano, em vez de uma colocação única de títulos no mercado, como aconteceu no passado.

MEFP ¶11

MEFP ¶36

**32. As autoridades estão a melhorar o seu quadro de estabilidade financeira.** Os indicadores prudenciais do sector bancário dominado por instituições portuguesas continuam sólidos. Os testes de *stress* actualizados numa missão de assistência técnica do FMI em Dezembro de 2012 sugerem que o sistema geral está bastante resistente a choques tanto de solvência como de liquidez, e que os riscos de contágio podem ser limitados devido à baixa exposição interbancária. No entanto, a expansão rápida do sector bancário (18 bancos comparado com 12 em 2007) exige vigilância. O BM está a desenvolver o seu próprio exercício de testes de *stress*, a rever os regulamentos sobre a definição de crédito mal parado de forma a torná-lo comparável no plano internacional, e a planear a revisão dos regulamentos sobre os limites de concentração. As directrizes sobre a gestão do risco e o quadro jurídico e analítico para uma supervisão baseada no risco foram adoptadas em Março de 2013, aproximando-se ao Acordo de Capital de Basileia II em 2014. Para além disso, o plano de contingência do sector financeiro foi concluído e os exercícios de simulação serão conduzidos com o apoio do Banco Mundial, ao passo que um fundo de garantias de depósitos estará brevemente operacional a tempo da disponibilização de fundos pelos doadores. Também foi recentemente aprovada pela Assembleia a proposta de lei sobre Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (CBC/FT), que incorpora os comentários do Departamento Jurídico do FMI.

MEFP ¶38-39

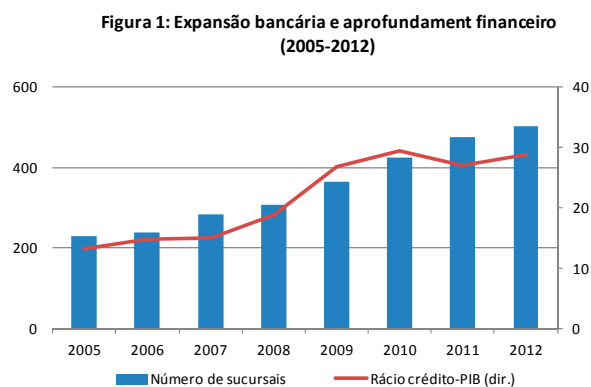
**33. As autoridades adoptaram a Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro com o objectivo de aprofundar a inclusão financeira** (Caixa 3). A estratégia financeira para o período 2013-22 foi objecto de um processo de consultas exaustivo. Procura reforçar a estabilidade financeira e favorecer o financiamento de longo prazo do sector privado, incluindo um leque vasto de medidas dirigidas para promover a maior inclusão e o aprofundamento financeiro, a competitividade, a protecção do consumidor e a educação financeira.

**34. As autoridades estão preocupadas com a oferta e o custo elevado do crédito à economia e concordam que é preciso focar a atenção nas reformas estruturais.** Reconheceram que precisam de aprofundar a análise sobre os mecanismos de transmissão da política monetária. Antecipa-se a

apresentação ao Conselho de Ministros da proposta de lei sobre a criação de uma central privada de registo do crédito até Junho de 2013 (indicador de referência estrutural), o que deve facilitar o acesso ao crédito pelas PME. O aprofundamento dos mercados de capitais internos também contribuirá para o financiamento da economia.

### Caixa 3. Inclusão Financeira em Moçambique

**O aprofundamento financeiro em Moçambique tem aumentado com a rápida expansão da banca.** O número de sucursais de instituições de crédito cresceu de 228 em 2005 para 502 em 2012, e o rácio crédito-PIB aumentou de 13,2% para 28,8% (Figura 1).<sup>1</sup> A proporção de adultos com uma conta bancária aumentou para 20% em 2012.<sup>2</sup> No fim de 2012, o sector era constituído por 18 bancos, 9 micro-bancos, 7 cooperativas de crédito, 11 instituições de poupança e crédito, 202 operadores de microcrédito, 1 instituição de moeda electrónica e 3.051 agentes de serviços bancários móveis.<sup>3</sup>



**Ainda assim, o sector permanece concentrado e não competitivo.** Cerca de 85% dos activos do sistema bancário são detidos pelos três maiores bancos. Quase 80% das agências bancárias e multibancos estão localizadas nas zonas urbanas, cerca de metade em Maputo.

**Há sinais de maior inclusão financeira nos últimos anos,** tal como está documentado num estudo do BM. Em parte devido à expansão da rede de sucursais e melhorias no acesso às telecomunicações e electricidade, o número de sucursais por 10.000 km<sup>2</sup> aumentou em 4 entre 2005 e 2012, e o número de multibancos e terminais de ponto de venda por 10.000 km<sup>2</sup> aumentou em 8 e 58, respectivamente.

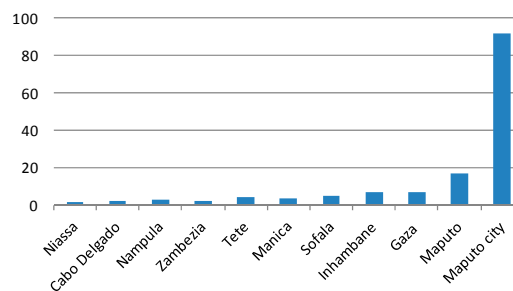
<sup>1</sup> Apesar de ser inferior à média da região SADC (40,6%).

<sup>2</sup> Embora seja inferior à média da região SADC (39%).

<sup>3</sup> Banco de Moçambique (2013).

**O BM construiu um índice de inclusão financeira (IIF)<sup>4</sup> que mostra uma tendência ascendente no geral, mas com assimetrias regionais.** O índice cresceu de 9,2 em 2005 para 13,1 em 2012, com o aumento de 2011 justificado sobretudo pelo surgimento dos serviços bancários móveis. Contudo, enquanto a cidade de Maputo tinha um IIF muito elevado no fim de 2012 (91,8), o acesso aos serviços financeiros noutras províncias permaneceu muito reduzido (Figura 2).

**Figura 2: Índice de inclusão financeira por província (2012)**



**Apesar da maior inclusão financeira, o acesso ao crédito continua a ser preocupante, particularmente para as PME.** As taxas de juro dos empréstimos têm vindo a cair gradualmente, mas permanecem ainda assim elevadas, e o crédito continua enviesado a favor das famílias com rendimentos médios-altos e à custa dos sectores produtivos como a agricultura ou a indústria.

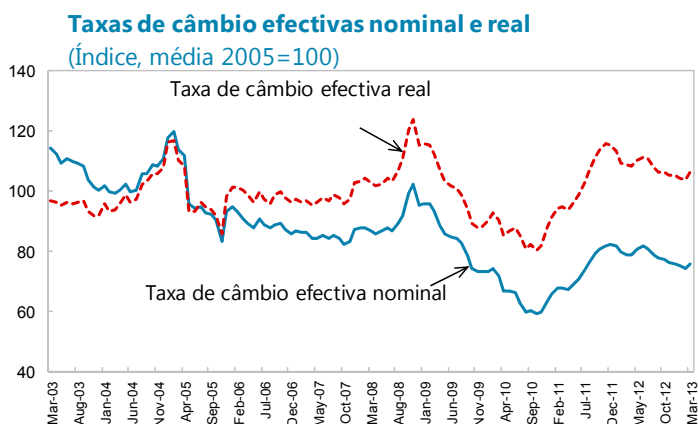
**Futuramente, é necessário enfrentar estes desafios à inclusão financeira, tanto do lado da oferta como do lado da procura.** As autoridades atingiram um marco crítico com a aprovação da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro em Março de 2013, que apresenta de forma adequada um conjunto de políticas para melhorar o acesso aos serviços financeiros.

<sup>4</sup> O índice de inclusão financeira, tal como definido no estudo do BM, mede o nível de acesso e o uso de serviços financeiros formais numa escala de 0 a 100.

## E. Estabilidade do Sector Externo<sup>6</sup>

### 35. A taxa de câmbio efectiva real (TCER) flutuou ligeiramente nos últimos anos. Atingiu

um pico no início de 2009, seguindo-se uma depreciação contínua até fins de 2010, reflexo da política monetária mais flexível adoptada pelo BM como resposta à crise económica mundial. Em 2011, a TCER recuperou com a política monetária mais restritiva das autoridades, e depreciou ligeiramente em 2012 e começo de 2013 face ao relaxamento das condições monetárias. Desde 2011 que a TCER tem permanecido acima do nível médio dos anos anteriores, o que está parcialmente relacionado com o início das exportações de carvão em 2011, o que pode sinalizar, por seu turno, uma maior apreciação no futuro.



### 36. De um modo geral, o corpo técnico considera que a taxa de câmbio efectiva real está alinhada com os fundamentos económicos. Os cálculos padrão do CGER (Grupo Consultivo sobre

Taxas de Câmbio) indicam uma sobrevalorização considerável, porém esta análise pode induzir em erro pois o cálculo da norma da conta corrente baseia-se em parâmetros económicos derivados de valores históricos. A aplicação da metodologia CGER à conta corrente (excl. o GNL) sugere que a TCER está relativamente perto do seu nível de equilíbrio. O corpo técnico considera que os desenvolvimentos nos sectores do carvão e gás natural provavelmente farão com que a taxa de câmbio venha a apreciar-se.

#### Moçambique: Desalinhamento cambial (excl. GNL)

Método	2018
Equilíbrio macro	-3,2
Taxa de câmbio real de equilíbrio	-7,9
Sustentabilidade externa	10,1
Paridade do poder de compra	1,7
<b>Média</b>	<b>0,2</b>

**37. O nível actual de cobertura das reservas parece ser adequado para resistir a choques externos e espera-se que assim se mantenha no médio prazo.** A actual cobertura das reservas de cerca de 4 meses das importações projectadas de bens e serviços (excl. os mega projectos) revela-se apropriada, considerando as várias medidas de adequação das reservas. A medida relevante para a cobertura das reservas em Moçambique é definida pelas importações de bens e serviços excl. os mega projectos porque as importações relacionadas com estes são financiadas pelo IDE pelo que são, em essência, auto-financiadas. Além do mais, um choque de um desvio padrão à conta corrente ou às exportações em termos do PIB mostra que o impacto em Moçambique — entre um a dois meses de importações — seria suportável.

<sup>6</sup> Ver Apêndice IV.

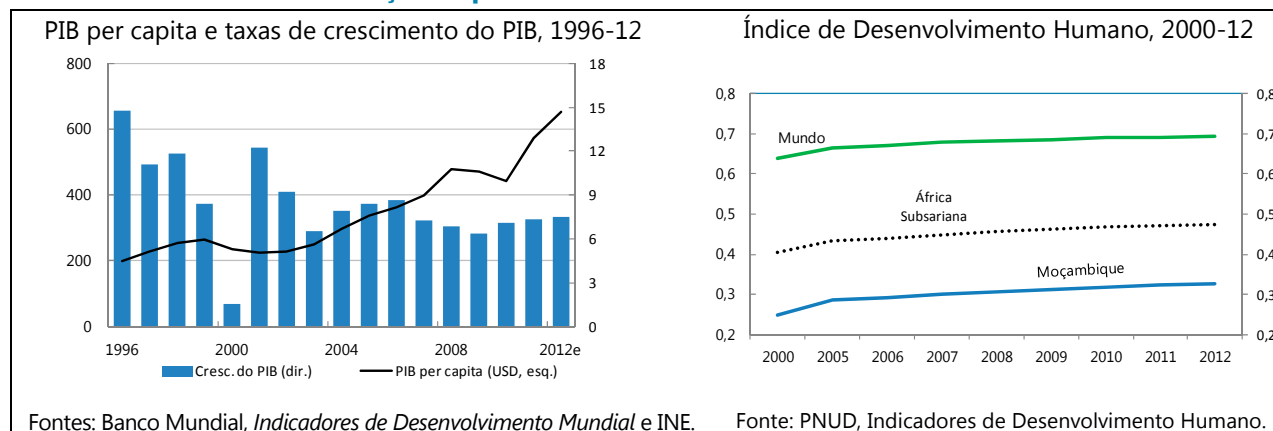
**38. Os indicadores de facilidade de fazer negócios em Moçambique sugerem que a competitividade da economia pode ser dinamizada através de reformas estruturais.** O país está atrasado em relação aos seus parceiros na região e tem progredido lentamente à luz de vários indicadores baseados em inquéritos. Está nos últimos lugares da mais recente versão do relatório *Doing Business* do Banco Mundial, tendo caído de 139.º em 2012 para 146.º em 2013. É preciso fazer mais para melhorar a competitividade externa, nomeadamente fortalecer a capacidade das instituições, infra-estruturas (como os sistemas de transporte), prestação de serviços de saúde e educação e tomar medidas adicionais para melhorar o ambiente empresarial, como por exemplo simplificar os procedimentos para constituir e administrar uma empresa.

**39. As autoridades concordaram com o nível de adequação das reservas a médio prazo e com a necessidade de se concentrarem nas reformas estruturais para promover a competitividade.** Em 2012, a Assembleia autorizou o governo a definir as regras relativas à falência de empresas insolventes; foi adoptado um regime de licenciamento facilitado para uma série de actividades comerciais e os regulamentos estão a ser simplificados para outras actividades.

## F. Crescimento Inclusivo

**40. Apesar de 20 anos de crescimento elevado em Moçambique, continuam a existir desafios consideráveis ao desenvolvimento.** O crescimento recorde observado desde o fim da Guerra Civil de 1992 foi o reflexo de uma gestão macroeconómica sólida, de uma série de projectos de investimento estrangeiro em larga escala (“mega projectos”) e do forte apoio dos doadores. Contudo, Moçambique partiu de uma posição muito baixa e continua entre os países mais pobres do mundo, com um PIB per capita de USD 650 em 2012. Apesar da pobreza ter atenuado, mais da metade da população ainda vive abaixo da linha de pobreza nacional, segundo os dados mais recentes disponíveis (2009). Os avanços foram mais pronunciados nas regiões do Sul já em si mais afluentes, e nos centros urbanos, especialmente em Maputo, enquanto a pobreza na zona rural de todo o país continua bastante grave.

### Moçambique: Indicadores de Desenvolvimento



**41. Tornar o crescimento mais inclusivo é a prioridade por que se norteiam as autoridades — e é também um desafio imenso no longo prazo.** A correlação entre o crescimento económico e a taxa de pobreza tem-se atenuado nos últimos anos.

**Moçambique: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**

	1995	2005	2011	Afr. Subs. 2011
População (milhões)	16	21	24	875
Incidência da pobreza segundo inquérito nac. agreg. fam.	69,0	54,1 <sup>1</sup>	54,7 <sup>2</sup>	...
PIB per capita (USD 2000)	233	308	402	648
Taxa de inscrição líquida no ensino primário (%)	56	76	90	76
Rácio: raparigas e rapazes nos ensinos prim. e secund. (%)	75	84	90	90
Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (por 1000)	183	162	103	108
Prevalência do VIH, total (% da população, 15-49 anos)	10	12	11	5
Acesso a fontes de água melhoradas (% da população)	42	45	47	61 <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Refere-se aos resultados dos inquéritos de 2003 e 2008; <sup>2</sup> 2010.

Apesar da agricultura ter desempenhado um papel fundamental no período de reconstrução pós-crise, o crescimento é cada vez mais impulsionado pelas indústrias extractivas, que são altamente intensivas em capital e criam (de forma directa) poucos postos de trabalho para os cidadãos nacionais. O emprego continua dominado pela agricultura (78% da população economicamente activa), sobretudo em actividades de subsistência e com uma produtividade muito reduzida. Os níveis de competência médios da força de trabalho são reduzidos e levarão tempo para melhorarem. A população é relativamente jovem e cresce em cerca de 3% por ano, com a população activa a aumentar rapidamente. Estes desafios de longo prazo estão no fulcro da estratégia de redução da pobreza (PARP 2011–14) e das despesas prioritárias no orçamento. A concretização de progressos mensuráveis nesta área ocorrerá, provavelmente, de forma gradual (ver Apêndice VI).

**42. Tornar o crescimento mais inclusivo exige uma estratégia multidimensional firme, centrada na criação de empregos e na transformação económica.** O corpo técnico concorda com as autoridades que as prioridades incluem enfrentar as grandes lacunas a nível das infra-estruturas, reforçar a produtividade na agricultura, investir na saúde, educação e formação profissional para criar uma força de trabalho qualificada e agentes inovadores que aproveitem as oportunidades que surjam, apoiar o acesso ao crédito pelas empresas (incluindo as empresas mais pequenas ou mais novas), facilitar a criação de mercados com infra-estruturas de apoio (como, por exemplo, redes de transporte), tanto localmente como a nível regional, para estimular a procura de novos produtos e fazer esforços contínuos para robustecer o sistema de protecção social básica e ajudar os mais vulneráveis.

**43. As autoridades destacaram o progresso considerável alcançado na melhoria dos indicadores de desenvolvimento social, reconhecendo ao mesmo tempo que são precisas mais reformas para expandir a diversificação económica e beneficiar o ambiente empresarial.**

Sublinharam que estas questões continuam no âmago do PARP actual e do seu sucessor planeado para o início de 2015, e também no seio na estratégia económica geral do governo.

## NOVO PSI E QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA

**44. As autoridades solicitaram i) dispensas** pelo incumprimento das metas de Dezembro relativas ao crédito líquido ao governo e à base monetária, considerando as medidas correctivas tomadas e a dimensão mínima do desvio, respectivamente, e a forte apropriação e desempenho geral positivo do programa apoiado pelo FMI demonstrados pelas autoridades; **e ii) a conclusão da sexta avaliação no âmbito do PSI.**

**45. As autoridades solicitaram a continuação do apoio do FMI através de um novo PSI trienal.** Argumentaram que o PSI tinha sido bastante útil no fortalecimento das capacidades num largo espectro de domínios, reforçando o acompanhamento e a implementação da sua estratégia de desenvolvimento económico e social, para além de ter um efeito sinalizador positivo para os doadores. Apreciaram a flexibilidade do FMI na forma como responde aos choques e aborda o problema de lacunas em termos de infra-estruturas.

**46. Na perspectiva do corpo técnico, o PSI continua a ser um instrumento apropriado para Moçambique.** O actual PSI permitiu um diálogo estreito sobre políticas entre o FMI e as autoridades. As políticas económicas definidas produziram um resultado notável em termos da estabilidade interna e externa necessária para apoiar a redução da pobreza e um crescimento vigoroso e duradouro. A posição macroeconómica do país é, de uma forma geral, estável e sustentável, pelo que não exige o financiamento do FMI ou ajustamentos de política macroeconómica significativos.

**47. O corpo técnico propõe manter a condicionalidade do programa basicamente inalterada, pois reflecte adequadamente as prioridades de políticas.** Os indicadores relativos aos critérios de avaliação quantitativos e às metas indicativas permaneceriam iguais, embora a definição de receita incorpore agora o IVA numa base líquida. No que tange aos limites de financiamento externo, o PSI conserva os limites relativos aos empréstimos comerciais, limites esses que são consistentes com a sustentabilidade da dívida. Os indicadores de referência estruturais propostos baseiam-se nas recomendações de assistência técnica do FMI nas áreas de gestão das finanças públicas, administração tributária, planeamento do investimento, gestão do sector monetário e financeiro e estatísticas do sector real e externo; a condicionalidade estrutural proposta será favorável à prossecução dos objectivos do programa (ver parágrafos 13 e 14). A ênfase colocada no fortalecimento das capacidades de macrogestão apoiará o país na transição para uma economia rica em recursos. No curto prazo, a condicionalidade estrutural focar-se-á na gestão das finanças públicas, planeamento do investimento, ambiente de negócios e desenvolvimento do sector financeiro (ver Tabela 4 do MPEF). As autoridades irão proceder à revogação do PSI em vigor aquando da aprovação do novo PSI. As avaliações e os critérios de avaliação terão uma periodicidade semestral, com a primeira avaliação prevista para Dezembro de 2013 com base nos critérios de avaliação e indicadores de referência de Junho de 2013.



## AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

**48. O desempenho económico de Moçambique tem sido extraordinário e as perspectivas mantêm-se robustas.** O crescimento económico foi dinâmico em 2012 e a inflação caiu acentuadamente. O crescimento económico foi generalizado e impulsionado pelo início da produção e exportações de carvão. Espera-se que este forte desempenho se conserve em 2013, com um crescimento projectado de 7% e uma inflação baixa, apesar do efeito adverso das inundações ocorridas no princípio do ano.

**49. Diversos factores amenizam as vulnerabilidades identificadas.** As perspectivas para a produção e exportação de carvão são favoráveis. Para além disso, ainda podem vir a materializar-se neste ano mais receitas fiscais extraordinárias provenientes da venda de participações nas operações de gás. Continuam a entrar fortes fluxos de IDE em vários mega projectos, incluindo o desenvolvimento de GNL, e o aumento associado do défice da conta corrente externa não tem sinalizado desequilíbrios externos fundamentais.

**50. As políticas monetária e financeira permanecem apropriadas na sua generalidade.** O objectivo das autoridades de reforçar o quadro de política monetária do BM deve ajudar a melhorar os fracos mecanismos de transmissão. As condições monetárias devem ser contraídas caso a inflação acelere para além das projecções actuais das autoridades. As reformas em curso da regulamentação financeira e prudencial visando o reforço da solidez e supervisão do sistema bancário e o aprofundamento financeiro devem ser implementadas rapidamente segundo as linhas descritas na Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro. O corpo técnico considera que a taxa de câmbio efectiva real está, de uma forma geral, alinhada com os fundamentos da economia e a cobertura das reservas é adequada.

**51. A política fiscal mantém-se prudente mas, no longo prazo, deve ser adaptada à nova conjuntura de abundância de recursos naturais.** As receitas provenientes da indústria de extractiva permanecerão modestas durante uma série de anos, pelo que assegurar a continuidade do apoio dos doadores é fundamental para ajudar Moçambique a enfrentar os significativos desafios de desenvolvimento que restam. É necessário prosseguir com as reformas para modernizar a administração tributária e a GFP e tomar as medidas necessárias para garantir a liquidação atempada dos reembolsos do IVA. As autoridades devem concentrar-se nos resultados em termos de despesas e basear a selecção de projectos em considerações de rentabilidade económica e sustentabilidade da dívida. As autoridades devem continuar a analisar os riscos às perspectivas a nível da dívida interna e externa com base na actualização periódica da ASD e a fortalecer a sua estratégia de dívida no médio prazo.

**52. As autoridades devem prosseguir com a sua vasta agenda de reformas estruturais.** A evolução da política monetária e do sector financeiro, as reformas do ambiente empresarial e as políticas para revigorar a produtividade agrícola são críticas para apoiar o crescimento do sector

privado (para além dos mega projectos) e continuar com a implementação da estratégia de redução da pobreza. A recente adopção pela Assembleia da proposta de lei CBC/FT apoiará os esforços anticorrupção. Os investimentos em infra-estruturas e as medidas para criar capital humano através da melhoria da educação, formação profissional e serviços de saúde são, de modo equivalente, fundamentais, mas exigem um certo tempo até produzir resultados. As estatísticas são, de uma forma geral, satisfatórias para efeitos de supervisão, e as reformas no sentido de ampliar a sua abrangência e melhorar a compilação dos dados devem continuar em todas as áreas.

**53. Com base no desempenho satisfatório do programa até à data, o corpo técnico recomenda a conclusão da sexta avaliação do acordo ao abrigo do PSI.** Também recomenda dispensas pelo incumprimento dos critérios de avaliação do final de Dezembro de 2012 relativos à base monetária e ao crédito líquido ao governo, uma vez que os desvios face às metas foram desprezíveis e foram tomadas desde então medidas correctivas para reforçar o controlo das despesas, não pondo em causa os objectivos do programa.

**54. O corpo técnico recomenda a aprovação do novo PSI trienal proposto.** O quadro de políticas do país assenta na consolidação da estabilidade macroeconómica e na sustentabilidade da dívida, a par do aprofundamento das reformas estruturais em áreas críticas que actualmente condicionam o crescimento e a redução da pobreza. As autoridades disponibilizaram-se a iniciar um diálogo estreito com o FMI, através da aprovação e avaliação das políticas económicas e financeiras do país pela instituição no âmbito de um PSI. Este apoio seria muito útil à medida que o país entra num período de transição caracterizado por investimentos massivos, sobretudo concebidos pelo sector privado para viabilizar a comercialização das reservas de gás de Moçambique.

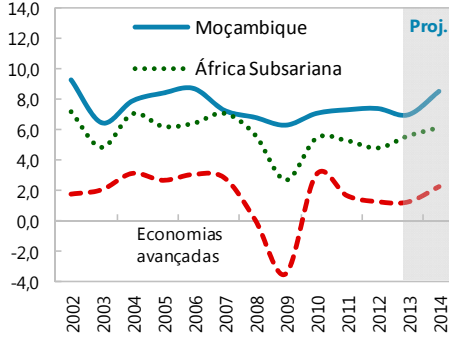
**55.** Propõe-se que as próximas consultas ao abrigo do Artigo IV ocorram dentro de 24 meses, sujeito às disposições da decisão sobre os ciclos de consultas nos países com programas.

**Figura 1. Moçambique: Impacto da Evolução Mundial**

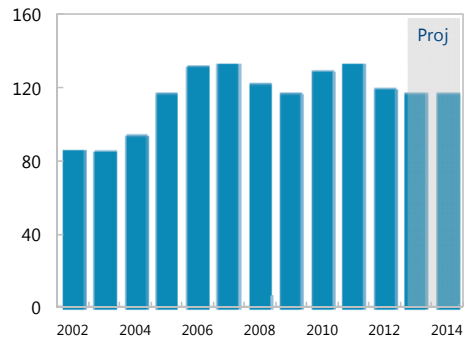
Mesmo diante do abrandamento mundial, as perspectivas de crescimento de Moçambique são robustas, apesar do impacto das cheias de 2013.

Os ganhos nos termos de troca foram revertidos recentemente devido aos baixos preços internacionais dos produtos primários ...

**Crescimento do PIB real**  
(Porcentagem)



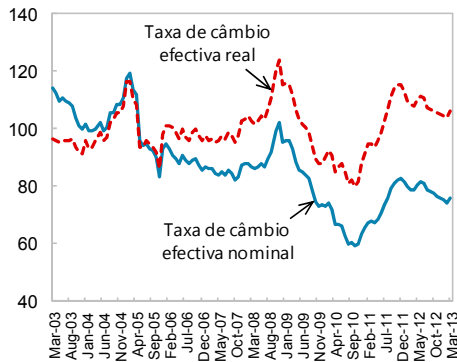
**Índice dos Termos de Troca**  
(2005=100)



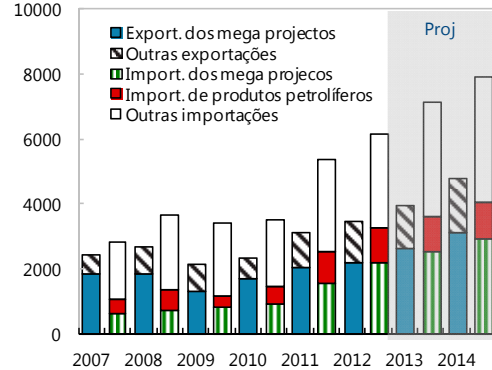
... enquanto o metical sofreu alguma depreciação com o recente aligeiramento monetário.

O forte crescimento das exportações dos mega projectos foi contrabalançado pelas importações relacionadas ao investimento e de combustíveis.

**Taxas de Câmbio Efectivas Nominal e Real**  
(Índice, Média 2005=100)



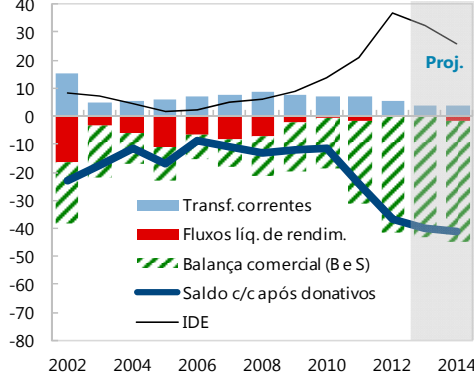
**Comércio de Mercadorias**  
(Milhões de USD)



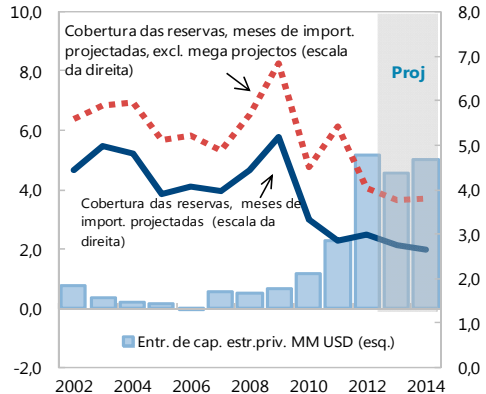
Houve um aumento do défice da conta corrente devido às avultadas importações para investimento pelo sector de recursos naturais.

Apesar dos fortes ingressos de capital privado, a cobertura das reservas diminuiu devido ao crescimento célere das importações relacionadas ao investimento.

**Saldo da Conta Corrente e IDE**  
(Porcentagem do PIB)



**Entrada de Capital Estr. Priv. e Cobertura das Reservas**



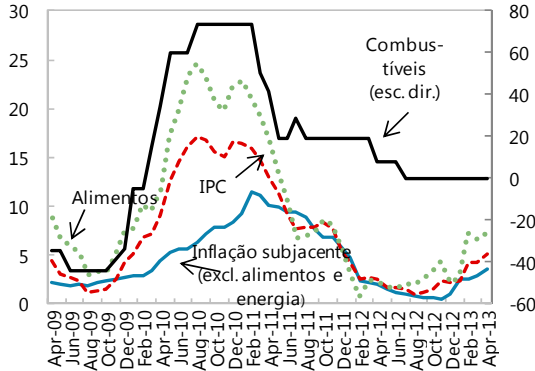
Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

## Figura 2. Moçambique: Inflação e Evolução Monetária

A inflação permaneceu baixa em 2012 mas começou a subir após as inundações do início de 2013.

### IPC e Componentes

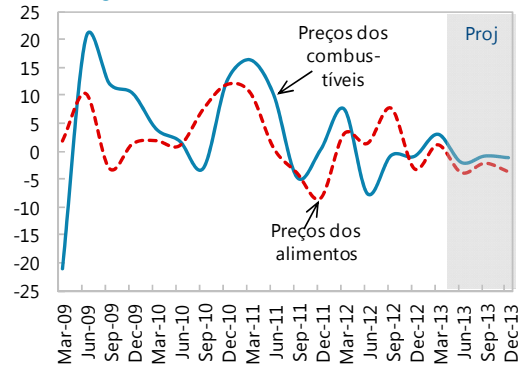
(Variação percentual homóloga)



A inflação baixa foi favorecida pela evolução dos preços internacionais e...

### Variação dos Preços Internac. Alimentos e Combustíveis

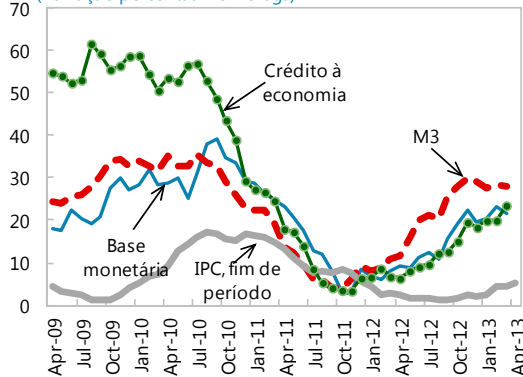
(Porcentagem em relação ao trimestre anterior)



...o firme aperto monetário em 2010-11. O aligeiramento da política monetária em 2012 contribuiu para o aumento do crédito ao sector privado e pode ter gerado alguma pressão inflacionista.

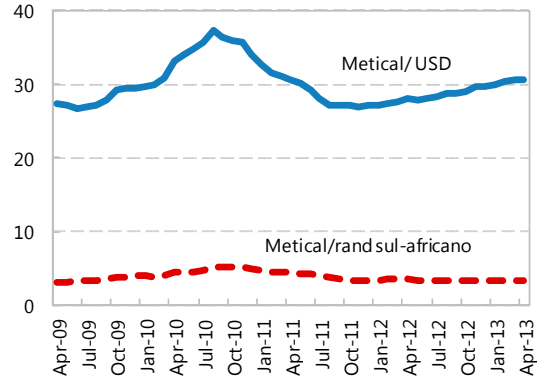
### Moeda, Crédito e Inflação

(Variação percentual homóloga)



A taxa de câmbio MT/USD valorizou-se durante o aperto monetário de 2010-11, e sofreu alguma depreciação desde então. A taxa em relação ao rand permaneceu mais estável.

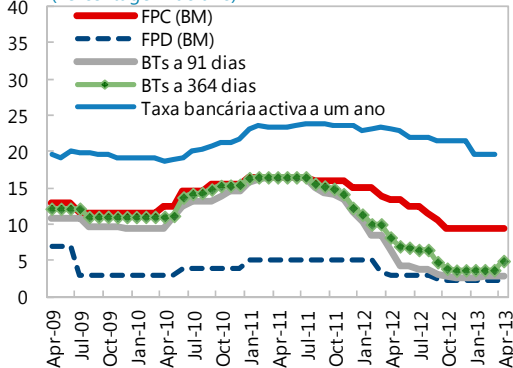
### Taxas de Câmbio Bilaterais



As taxas directoras do BM e as taxas dos BTs estão a cair, mas a taxa activa dos bancos continua alta.

### Taxas de Juro

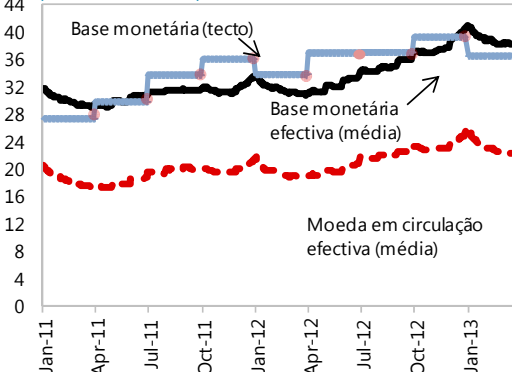
(Porcentagem ao ano)



As reservas monetárias ficaram dentro das metas do programa, o que ajudou a manter um ambiente de baixa inflação.

### Base Monetária

(Mil milhões de MT)



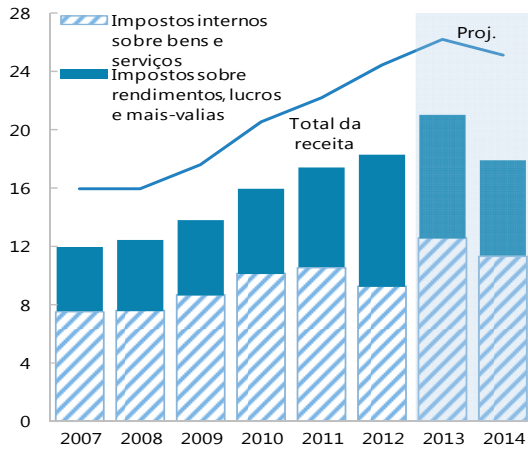
Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

**Figura 3. Moçambique: Evolução Orçamental**

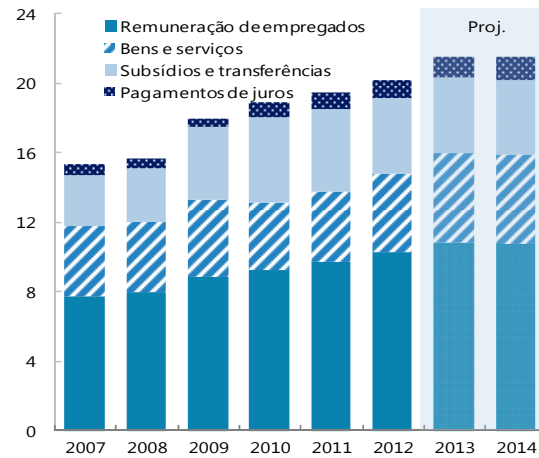
Como resultado das recentes reforma da administração tributária, a arrecadação de receitas continua dinâmica, mas a expectativa é de abrandamento...

... enquanto os gastos com subsídios, sobretudo aos combustíveis, foram contidos, dando margem a outras despesas.

**Arrecadação de Receitas**  
(Porcentagem do PIB)



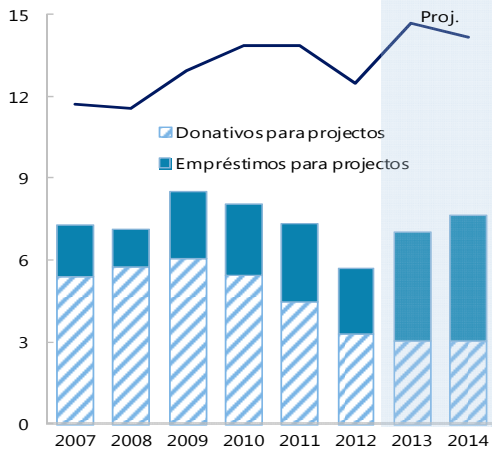
**Despesas Correntes Internas**  
(Porcentagem do PIB)



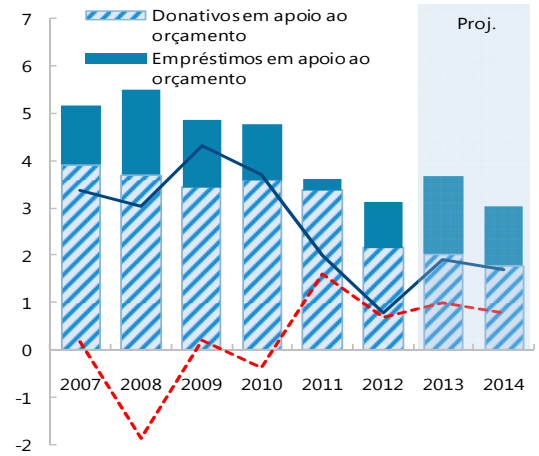
Os empréstimos externos estão a substituir gradualmente o apoio orçamental como fonte de financiamento das despesas de capital ...

... enquanto o défice primário interno foi contido, mantendo em baixa o recurso ao financiamento interno apesar do declínio do apoio orçamental externo.

**Despesas de Capital, Donativos e Empr. para Projectos**  
(Porcentagem do PIB)



**Financiamento do Orçamento**  
(Porcentagem do PIB)



Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

**Tabela 1. Moçambique: Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2010-18**

	2010	2011	2012		2013		2014	2015	2016	2017	2018
	Act.	Act.	CR 13/1	Est.	CR 13/1	Proj.			Proj.		
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)											
<b>Rendimento nacional e preços</b>											
PIB nominal (mil milhões de MT)	315	365	414	404	483	454	520	596	680	775	884
Crescimento do PIB nominal	18,3	16,0	13,4	10,6	16,5	12,3	14,6	14,6	14,0	14,0	14,1
Crescimento do PIB real	7,1	7,3	7,5	7,4	8,4	7,0	8,5	8,5	8,0	8,0	8,0
PIB per capita (USD)	442	571	650	634	688	640	684	753	826	904	990
Deflator do PIB	10,5	8,1	5,5	3,0	7,5	5,0	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6
Índice de preços no consumidor (média anual)	12,7	10,4	2,4	2,1	7,0	5,5	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6
Índice de preços no consumidor (fim de período)	16,6	5,5	4,1	2,2	6,5	6,1	5,4	5,6	5,6	5,6	5,6
Taxa de câmbio, MT/USD, fim de período	32,8	27,1	...	29,7	...	...	...	...	...	...	...
Taxa de câmbio, MT/USD, média do período	33,0	29,1	...	28,4	...	...	...	...	...	...	...
<b>Sector externo</b>											
Exportações de mercadorias	8,7	33,6	16,9	11,3	16,1	13,8	20,9	25,0	13,1	14,0	21,4
Exportações de mercadorias, excluindo mega projectos	-20,5	65,8	19,3	15,6	9,1	4,0	26,2	29,8	9,8	10,8	10,1
Importações de mercadorias	2,6	52,8	9,9	14,9	7,4	15,3	11,3	19,3	4,0	24,2	4,8
Importações de mercadorias, excluindo mega projectos	-0,7	46,2	-0,2	4,9	11,3	15,2	8,4	7,8	10,2	9,8	9,1
Termos de troca	10,5	2,5	-9,8	-10,0	-2,9	-1,9	-0,1	0,4	0,4	-0,1	-0,3
Taxa de câmbio efectiva nominal (fim de período)	-22,4	12,4	...	7,4	...	...	...	...	...	...	...
Taxa de câmbio efectiva real (fim de período)	-15,1	19,7	...	5,4	...	...	...	...	...	...	...
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)											
<b>Moeda e crédito</b>											
Base monetária	29,2	8,5	18,0	19,7	18,4	17,9	15,0	15,3	14,8	14,8	14,8
M3 (moeda em sentido lato)	22,8	9,4	18,6	29,4	19,3	19,0	15,5	15,6	15,1	15,1	15,1
Crédito à economia	29,3	6,4	17,9	18,3	18,9	21,5	19,1	16,4	15,9	15,8	15,8
(Porcentagem do PIB)	29,3	26,9	28,0	28,8	28,5	31,1	32,3	32,9	33,4	33,9	34,4
(Porcentagem do PIB)											
<b>Investimento e poupança</b>											
Investimento interno bruto	19,5	36,7	37,2	48,3	39,0	49,4	51,8	54,4	55,8	59,0	57,2
Governos	14,5	14,9	12,9	13,6	14,6	16,2	17,2	16,7	16,5	16,2	15,9
Outros sectores	5,0	21,9	24,3	34,7	24,3	33,2	34,6	37,7	39,3	42,8	41,3
Poupança interna bruta (excluindo donativos)	0,9	5,5	6,0	8,0	9,0	6,0	7,0	10,1	13,7	9,1	16,0
Governos	1,2	2,0	3,5	4,1	3,0	3,8	3,6	4,5	5,3	6,1	6,4
Outros sectores	-0,2	3,6	2,5	3,9	6,0	2,2	3,4	5,7	8,3	3,0	9,6
Conta corrente externa, antes dos donativos	-18,5	-31,2	-31,2	-40,3	-30,0	-43,4	-44,8	-44,3	-42,2	-49,9	-41,2
Conta corrente externa, após os donativos	-11,7	-24,3	-26,9	-36,5	-26,3	-39,9	-41,3	-41,4	-39,8	-47,9	-39,5
<b>Orçamento do Estado</b>											
Total da receita <sup>1</sup>	19,6	20,7	23,9	23,5	23,1	24,5	23,5	24,1	24,7	25,3	25,4
Total da despesa e empréstimos líquidos	32,9	33,6	33,3	32,9	34,0	36,3	35,5	34,8	34,4	33,8	32,6
Saldo global, antes dos donativos	-13,2	-13,1	-9,3	-9,6	-10,9	-11,8	-12,0	-10,7	-9,7	-8,6	-7,2
Total dos donativos	9,0	7,8	5,8	5,4	5,4	5,1	4,8	4,0	3,3	2,8	2,3
Saldo global, após os donativos	-4,3	-5,3	-3,6	-4,2	-5,5	-6,7	-7,2	-6,7	-6,4	-5,8	-4,8
Saldo primário interno, antes dos donativos	-4,1	-2,9	-1,3	-1,0	-2,3	-2,7	-1,7	-0,9	-0,2	0,1	1,0
Financiamento externo (incl. alívio da dívida)	4,2	3,7	3,6	4,2	4,9	5,7	6,4	6,1	6,0	5,1	4,4
Financiamento interno líquido	0,0	1,6	0,0	0,7	0,6	1,0	0,8	0,6	0,4	0,7	0,4
Privatização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total da dívida pública <sup>2</sup>	46,1	39,3	48,1	42,2	50,7	47,8	50,9	51,9	53,0	53,4	52,5
D/q: externa	40,2	32,6	39,1	36,3	42,3	41,6	44,7	45,9	47,4	47,7	47,2
D/q: interna	6,0	6,7	9,1	5,9	8,3	6,2	6,2	6,0	5,6	5,7	5,4
(Em mil milhões de USD, salvo indicação em contrário)											
Conta corrente externa, antes dos donativos	-1.770	-3.922	-4.558	-5.737	-4.726	-6.373	-7.158	-7.947	-8.466	-11.176	-10.312
Conta corrente externa, após os donativos	-1.113	-3.059	-3.924	-5.198	-4.153	-5.854	-6.608	-7.433	-7.988	-10.731	-9.890
Balança de pagamentos global	608	323	246	373	155	100	320	805	636	187	660
Reservas internacionais líquidas (fim de período) <sup>3</sup>	1.908	2.239	2.530	2.605	2.685	2.704	3.023	3.828	4.463	4.651	5.311
Reservas internacionais brutas (fim de período) <sup>3</sup>	2.099	2.428	2.723	2.799	2.874	2.894	3.211	3.980	4.580	4.732	5.358
Meses de imp. proj. de bens e serv. não factoriais	3,3	2,9	3,4	3,0	2,7	2,8	2,6	3,1	3,0	3,0	3,5
Meses de import. project. de bens e serviços não factoriais, excl. mega projectos	4,2	3,7	5,1	3,8	5,1	3,7	3,7	4,2	4,3	4,1	4,2

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FML

<sup>1</sup> Líquida dos pedidos de reembolso do IVA verificados.<sup>2</sup> A linha de crédito não concessional do governo português é incluída na dívida externa, em conformidade com a definição da ASD.<sup>3</sup> Inclui os desembolsos de recursos do FMI no âmbito da ESF e a afectação de DSE de Agosto de 2009.

**Tabela 2. Moçambique: Finanças Públicas, 2010-13**

(Mil milhões de Meticais)

	2010		2011		2012		2013	
	Act.	Est.	CR 13/1	Est.	CR 13/1	Proj.		
Total da receita <sup>1</sup>	61,62	75,75	99,04	94,85	111,76	111,42		
Receitas fiscais	53,69	66,17	87,33	80,88	97,08	92,82		
Rendimento e lucros	18,48	24,89	35,21	36,77	31,58	38,35		
D/q: imposto sobre mais-valias	...	...	5,03	5,03	...	6,80		
Bens e serviços <sup>1</sup>	28,84	33,05	42,87	33,33	53,15	49,45		
D/q: Comércio internacional	5,26	6,73	7,42	7,57	9,58	9,58		
Outros	1,10	1,51	1,83	3,20	2,77	5,02		
Receitas não fiscais	7,94	9,58	11,71	13,97	14,68	18,60		
Total da despesa e empréstimos líquidos	103,52	122,81	137,78	133,12	164,41	164,92		
Despesas correntes	57,89	68,55	84,46	78,30	97,26	94,31		
Remuneração de empregados	29,11	35,66	41,35	41,53	48,81	49,21		
Bens e serviços <sup>1</sup>	10,69	12,09	18,84	15,13	23,56	19,96		
Juros sobre a dívida pública	2,67	3,58	4,63	4,13	5,62	5,62		
Interna	1,86	2,59	3,55	2,89	3,56	3,56		
Externa	0,81	0,99	1,07	1,24	2,06	2,06		
Pagamentos de transferências	15,42	17,21	19,64	17,51	19,28	19,53		
D/q: subsídio aos combustíveis (stock antigo)	4,69	4,09	2,68	2,47	1,33	1,24		
D/q: protecção social básica	0,73	0,75	1,01	1,01	1,68	1,68		
Saldo primário corrente interno	6,41	10,78	19,21	20,68	20,12	22,73		
Despesas de capital	43,70	50,60	46,99	50,36	57,65	66,54		
Com financiamento interno	20,03	20,32	24,26	24,74	30,78	34,71		
Com financiamento externo	23,67	30,28	22,73	25,62	26,87	31,83		
Empréstimos líquidos	1,93	3,66	6,34	4,47	9,49	4,06		
Com financiamento interno	-0,40	0,39	0,40	-0,38	0,33	0,33		
Empr. às empresas públicas com financ. externo	2,33	3,26	5,94	4,85	9,17	3,74		
D/q: empréstimos líquidos não concessionais	0,00	0,00	4,24	1,90	8,28	1,26		
Receitas (+) Despesas (-) sem afectação (-) <sup>2</sup>	0,36	-0,78	0,00	-0,47	0,00	0,00		
Saldo primário interno, antes dos donativos, acima da linha <sup>3</sup>	-12,86	-10,70	-5,45	-4,14	-10,98	-12,30		
Saldo global, antes dos donativos	-41,53	-47,83	-38,74	-38,74	-52,65	-53,50		
Donativos recebidos	28,34	28,63	23,87	21,94	26,23	22,94		
Apoio a projectos	17,11	16,37	15,60	13,27	17,65	13,81		
Projectos de investimento	7,19	6,70	7,56	7,30	8,80	7,00		
Programas especiais	9,92	9,68	8,05	5,96	8,86	6,81		
Apoio ao orçamento	11,24	12,26	8,26	8,67	8,58	9,12		
Saldo global, após os donativos	-13,19	-19,20	-14,87	-16,80	-26,42	-30,56		
Financiamento externo líquido	13,25	13,48	14,82	13,83	23,65	26,01		
Desembolsos	14,28	14,60	16,97	15,45	25,73	29,22		
Projectos	8,19	10,50	7,12	6,73	9,22	18,02		
Apoio não relacionado a projectos	6,09	4,10	9,85	8,72	16,51	11,20		
Empréstimos às empresas públicas	2,33	3,26	5,94	4,85	9,17	3,74		
D/q: não concessionais	0,00	1,50	4,24	2,25	8,28	1,26		
Apoio ao orçamento	3,76	0,83	3,91	3,87	7,34	7,46		
Amortização em dinheiro	-1,03	-1,12	-2,15	-1,61	-2,07	-3,21		
Financiamento interno líquido	-0,04	5,72	0,05	2,94	2,76	4,54		
Privatização líquida	-0,01	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00		
<i>Por memória:</i>								
Fluxos brutos da ajuda	42,62	41,73	36,60	35,13	43,68	50,90		
Apoio ao orçamento	14,99	13,09	12,17	12,54	15,92	16,59		
Apoio não relacionado ao orçamento	27,63	28,64	24,43	22,59	27,76	34,31		
Apoio a projectos	25,30	26,88	22,73	20,00	26,87	31,83		
Empréstimos concessionais às empresas públicas	2,33	1,76	1,70	2,60	0,89	2,48		

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup>A apresentação do IVA foi alterada para uma base líquida (cobrança menos pedidos de reembolso). No relatório 13/1, as receitas e reembolsos do IVA eram apresentados em base líquida como uma rubrica das despesas.

<sup>2</sup> Discrepância residual entre fontes e usos identificados de recursos.

<sup>3</sup> Receita menos despesas correntes excl. juros menos despesas de capital com financ. interno e empr. líquidos com financ. interno.

Tabela 3. Moçambique: Finanças Públicas, 2010-18

	(Porcentagem do PIB)										
	2010	2011	2012		2013		2014	2015	2016	2017	2018
	Act.	Est.	CR 13/1	Est.	CR 13/1	Proj.			Proj.		
Total da receita <sup>1</sup>	19,6	20,7	23,9	23,5	23,1	24,5	23,5	24,1	24,7	25,3	25,4
Receitas fiscais	17,0	18,1	21,1	20,0	20,1	20,4	19,4	20,0	20,6	21,2	21,3
Impostos sobre rendimento e lucros	5,9	6,8	8,5	9,1	6,5	8,4	6,6	6,8	7,4	8,3	9,0
Impostos sobre bens e serviços <sup>1</sup>	9,2	9,0	10,3	8,2	11,0	10,9	9,7	10,0	9,9	9,6	9,0
Impostos sobre o comércio internacional	1,7	1,8	1,8	1,9	2,0	2,1	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3
Outros impostos	0,4	0,4	0,4	0,8	0,6	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Receitas não fiscais	2,5	2,6	2,8	3,5	3,0	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1
Total da despesa e empréstimos líquidos	32,9	33,6	33,3	32,9	34,0	36,3	35,5	34,8	34,4	33,8	32,6
Despesas correntes	18,4	18,8	20,4	19,4	20,1	20,8	19,9	19,7	19,4	19,2	19,0
Remuneração de empregados	9,2	9,8	10,0	10,3	10,1	10,8	10,7	10,5	10,2	9,8	9,5
Bens e serviços <sup>1</sup>	3,4	3,3	4,5	3,7	4,9	4,4	3,6	3,4	3,3	3,3	3,3
Juros sobre a dívida pública	0,8	1,0	1,1	1,0	1,2	1,2	1,3	1,4	1,5	1,7	1,8
Pagamentos de transferências	4,9	4,7	4,7	4,3	4,0	4,3	4,3	4,4	4,4	4,4	4,4
D/q: subsídio aos combustíveis (stock antigo)	1,5	1,1	0,6	0,6	0,3	0,3	...	...	...	...	...
protecção social básica	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,6	0,8	0,8	0,8
Despesas de capital	13,9	13,9	11,3	12,5	11,9	14,7	14,2	13,4	13,0	12,3	11,2
Com financiamento interno	6,4	5,6	5,9	6,1	6,4	7,6	6,5	6,7	7,0	7,6	7,2
Com financiamento externo	7,5	8,3	5,5	6,3	5,6	7,0	7,6	6,7	6,1	4,7	4,1
Empréstimos líquidos	1,0	1,0	1,5	1,1	2,0	0,9	1,4	1,7	1,9	2,4	2,4
Com financiamento interno	-0,1	0,1	0,1	-0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Empr. às empresas públicas com financ. externo	0,7	0,9	1,4	1,2	1,9	0,8	1,3	1,6	1,9	2,3	2,3
D/q: empréstimos líquidos não concessionais	0,0	0,0	1,0	0,5	1,7	0,3	0,9	1,3	1,6	2,1	2,1
Receitas (+) Despesas (-) sem afectação (-) <sup>2</sup>	0,1	-0,2	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo primário interno, antes dos donativos <sup>3</sup>	-4,1	-2,9	-1,3	-1,0	-2,3	-2,7	-1,7	-0,9	-0,2	0,1	1,0
Saldo global, antes dos donativos	-13,2	-13,1	-9,3	-9,6	-10,9	-11,8	-12,0	-10,7	-9,7	-8,6	-7,2
Donativos recebidos	9,0	7,8	5,8	5,4	5,4	5,1	4,8	4,0	3,3	2,8	2,3
Apoio a projectos	5,4	4,5	3,8	3,3	3,7	3,0	3,0	2,5	2,1	1,7	1,5
Projectos de investimento	2,3	1,8	1,8	1,8	1,8	1,5	1,3	1,1	0,9	0,8	0,7
Programas especiais	3,1	2,6	1,9	1,5	1,8	1,5	1,7	1,4	1,2	1,0	0,8
Apoio ao orçamento	3,6	3,4	2,0	2,1	1,8	2,0	1,8	1,5	1,2	1,0	0,9
Saldo global, após os donativos	-4,3	-5,3	-3,6	-4,2	-5,5	-6,7	-7,2	-6,7	-6,4	-5,8	-4,8
Financiamento externo líquido	4,2	3,7	3,6	3,4	4,9	5,7	6,4	6,1	6,0	5,1	4,4
Desembolsos	4,5	4,0	4,1	3,8	5,3	6,4	7,2	6,9	6,7	6,0	5,5
Projectos	2,6	2,9	1,7	1,7	1,9	4,0	4,6	4,2	4,0	2,9	2,6
Apoio não relacionado a projectos	1,9	1,1	2,4	2,2	3,4	2,5	2,5	2,6	2,7	3,0	2,9
Empréstimos às empresas públicas	0,7	0,9	1,4	1,2	1,9	0,8	1,3	1,6	1,9	2,3	2,3
D/q: não concessionais	0,0	0,4	1,0	0,6	1,7	0,3	0,9	1,3	1,6	2,1	2,1
Apoio ao orçamento	1,2	0,2	0,9	1,0	1,5	1,6	1,2	1,0	0,9	0,7	0,6
Amortização em dinheiro	-0,3	-0,3	-0,5	-0,4	-0,4	-0,7	-0,8	-0,7	-0,7	-0,9	-1,1
Financiamento interno líquido	0,0	1,6	0,0	0,7	0,6	1,0	0,8	0,6	0,4	0,7	0,4
Privatização líquida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>											
Reembolsos do IVA orçados (efectivo até 2012)	0,5	0,8	...	0,8	...	0,8	...	...	...	...	...
Fluxos brutos da ajuda	13,5	11,8	8,8	8,8	9,0	11,2	11,0	9,6	8,4	6,6	5,7
Apoio ao orçamento	4,8	3,6	2,9	3,1	3,3	3,7	3,0	2,5	2,1	1,7	1,5
Apoio não relacionado ao orçamento	8,8	8,3	5,9	5,7	5,7	7,6	8,0	7,1	6,3	4,9	4,2
Apoio a projectos	8,0	7,4	5,5	4,9	5,6	7,0	7,6	6,7	6,1	4,7	4,1
Empréstimos concessionais às empresas públicas	0,7	0,9	0,4	0,7	0,2	0,5	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> A apresentação do IVA foi alterada para uma base líquida (cobrança menos pedidos de reembolso). No relatório 13/1, as receitas e reembolsos do IVA eram apresentados em base líquida como uma rubrica das despesas.

<sup>2</sup> Discrepância residual entre fontes e usos identificados de recursos.

<sup>3</sup> Receita menos despesas correntes excl. juros menos despesas de capital com financiamento interno e empréstimos líquidos com financiamento interno.



Tabela 4. Moçambique: Síntese Monetária, 2010-13

(Mil milhões de Meticais, salvo indicação em contrário)

	2010		2011		2012				2013			
			T1	T2	T3	T4		T1	T2	T3	T4	
	Efect.	Efect.	Efect.	Efect.	Efect.	CR/13/1	Efect.	CR/13/1	Efect.	Proj.	Proj.	Proj.
<b>Banco de Moçambique</b>												
Activos externos líquidos	56,9	56,9	55,4	60,0	72,9	75,9	73,1	77,3	64,9	68,3	77,7	81,9
(Mil milhões de USD)	1,7	2,1	2,0	2,1	2,5	2,4	2,5	2,4	2,1	2,2	2,5	2,6
Reservas internacionais líquidas	62,2	61,1	59,5	64,2	77,4	80,9	77,5	81,8	69,4	72,8	82,4	86,6
(Mil milhões de USD)	1,9	2,2	2,2	2,3	2,7	2,5	2,6	2,5	2,3	2,4	2,6	2,7
Activos internos líquidos	-25,2	-22,6	-24,5	-25,9	-36,2	-35,4	-32,0	-40,6	-27,2	-26,7	-33,0	-33,4
Crédito ao governo (líquido)	-20,6	-26,8	-26,2	-28,6	-27,6	-26,7	-27,6	-27,9	-26,8	-29,1	-25,8	-38,5
Crédito aos bancos (líquido)	0,4	-3,8	-4,7	-6,5	-16,3	-6,0	-12,7	-13,8	-1,6	-1,0	-8,3	2,6
Crédito à economia	0,5	0,9	1,0	1,0	1,1	0,9	1,3	1,0	1,2	1,2	1,2	1,2
Outras rubricas (líquido; activos +)	-5,6	7,1	5,5	8,1	6,7	-3,6	6,9	0,1	-0,1	2,3	-0,1	1,2
Base monetária	31,6	34,3	31,0	34,1	36,7	40,5	41,1	36,7	37,7	41,6	44,7	48,4
Moeda em circulação	20,4	21,9	18,7	21,6	23,1	27,7	26,2	23,6	22,3	25,9	27,7	30,7
Moeda fora dos bancos	17,4	17,5	15,3	17,5	18,2	20,6	19,7	12,0	17,5	20,9	23,5	25,5
Notas e moedas em caixa	3,1	4,4	3,5	4,1	4,8	7,1	6,6	11,6	4,8	5,0	4,3	5,3
Depósitos bancários no BM	11,2	12,4	12,2	12,5	13,6	12,8	14,8	13,1	15,4	15,8	17,0	17,7
Reservas obrigatórias	10,8	11,4	11,4	11,7	12,2	...	13,6	...	14,6	15,1	15,7	16,5
Reservas livres	0,4	1,0	0,8	0,7	1,4	...	1,2	...	0,8	0,7	1,3	1,2
<b>Bancos comerciais</b>												
Activos externos líquidos	22,8	16,1	16,6	17,8	19,8	22,2	22,6	18,4	29,3	25,2	25,6	30,5
(Milhões de USD)	0,7	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8	0,6	1,0	0,8	0,8	1,0
Activos internos líquidos	92,5	109,1	110,3	119,7	127,7	127,7	142,6	136,2	135,6	144,1	155,3	165,5
Reservas bancárias	14,3	16,8	15,5	16,8	19,5	19,9	22,2	24,7	21,5	20,8	21,3	23,0
Crédito ao BM (líquido)	-0,3	4,0	6,2	6,2	16,6	6,0	12,3	13,8	8,4	1,0	8,3	-2,6
Crédito ao governo (líquido)	8,4	21,1	22,2	26,0	17,9	21,9	27,5	23,0	19,8	18,0	21,9	33,9
Crédito à economia	91,9	97,3	98,1	101,9	105,8	114,9	114,9	115,1	121,1	128,9	131,2	140,0
Outras rubricas (líquido; activos +)	-21,8	-30,1	-30,0	-31,2	-32,1	-35,0	-34,3	-40,4	-35,3	-24,6	-27,4	-28,9
Depósitos	115,3	125,3	126,9	137,5	147,5	150,0	165,3	154,6	164,9	169,3	180,9	196,0
Depósitos à ordem e de poupança	73,0	79,1	79,3	86,8	94,9	94,7	108,4	97,7	103,3	104,7	113,2	123,8
Depósitos a prazo	42,3	46,2	47,7	50,7	52,6	55,3	56,8	56,9	61,6	64,6	67,7	72,2
<b>Síntese Monetária</b>												
Activos externos líquidos	79,6	73,0	72,0	77,7	92,7	98,1	95,7	95,7	94,2	93,6	103,3	112,3
(Mil milhões de USD)	2,4	2,7	2,6	2,8	3,2	3,1	3,2	3,0	3,1	3,0	3,3	3,5
Activos internos líquidos	51,8	70,8	71,1	78,2	74,1	72,4	90,3	70,8	89,0	96,6	101,1	109,1
Crédito interno	80,2	92,6	116,2	100,4	97,2	111,0	116,2	111,0	115,4	119,0	128,5	136,7
Crédito ao governo (líquido)	-12,2	-5,7	-4,0	-2,6	-9,7	-4,8	-0,1	-5,0	-6,9	-11,1	-3,9	-4,5
Crédito à economia	92,4	98,3	99,1	102,9	106,9	115,9	116,2	116,0	122,3	130,1	132,4	141,3
Crédito à economia em moeda estrangeira	-21,8	21,8	22,4	24,4	25,2	24,8	28,8	26,0	29,1	28,8	29,3	29,7
Outras rubricas (líquido; activos +)	-28,3	-21,8	-24,0	-22,2	-23,0	-38,6	-25,9	-40,2	-26,4	-22,3	-27,4	-27,7
Moeda e quase-moeda (M3)	131,5	143,8	143,1	155,9	166,8	170,5	186,0	166,6	183,2	190,2	204,4	221,4
Depósitos em moeda estrangeira	46,2	38,1	39,6	42,7	47,2	45,0	53,3	45,4	55,0	52,6	55,5	63,5
(Mil milhões de USD)	1,4	1,4	1,5	1,5	1,6	1,4	1,8	1,4	1,8	1,7	1,8	2,0
M2	85,3	105,7	103,5	113,2	119,6	125,5	132,7	121,1	128,2	137,6	148,8	157,9
<b>Por memória:</b>												
Base monetária, média diária no 3.º mês do trimestre	31,8	33,3	30,8	33,4	36,0	39,3	40,3	36,5	38,0	40,8	43,8	47,5
Variação percentual em 12 meses	35,0	4,5	6,2	8,5	14,4	18,0	21,1	18,6	23,6	22,3	21,8	17,9
Moeda, média diária no 3.º mês do trimestre	20,4	21,2	18,6	20,8	22,4	26,7	25,0	23,4	22,1	24,8	27,0	29,3
Variação percentual em 12 meses	30,1	3,7	7,6	10,9	13,3	26,3	18,0	25,6	18,8	19,7	20,2	17,1
Stock de CLG (definição do programa)	-15,8	-12,5	-11,8	-10,6	-18,4	-9,0	-9,8	-9,4	-17,3	-15,7	-8,3	-8,9
Fluxo de CLG (def. progr.), acum. desde o fim do ano	-1,2	3,3	0,8	1,9	-5,8	0,1	2,9	0,5	-7,5	-5,9	1,5	0,9
Variação percentual em 12 meses												
Base monetária	29,2	8,5	8,1	11,2	15,6	18,0	19,7	18,6	21,7	22,3	21,8	17,9
M2	17,6	23,9	23,1	24,9	24,8	18,7	25,6	17,0	23,9	21,6	24,4	19,0
M3	22,8	9,4	10,7	20,1	25,5	18,6	29,4	16,4	28,0	22,0	22,5	19,0
Crédito à economia	29,3	6,4	6,7	9,0	12,6	17,9	18,3	17,1	23,5	26,4	23,9	21,5
Multiplicador monetário (M2/base monetária)	2,70	3,08	3,34	3,32	3,26	3,10	3,23	3,30	3,40	3,30	3,33	3,26
Velocidade (PIB/M2)	3,69	3,46	3,90	3,57	3,38	3,30	3,05	3,99	3,54	3,30	3,05	2,87
PIB nominal	315	365	...	...	...	414	404	...	...	...	...	454
Crescimento do PIB nominal	18,3	16,0	...	...	...	13,4	10,6	...	...	...	...	12,3
Taxa da FPC (fim de período)	15,5	15,0	13,75	12,50	10,50	...	9,50	...	...	...	...	...
Taxa dos BTs a 91 dias	14,7	11,8	8,6	4,2	3,0	...	2,6	...	...	...	...	...

Fontes: Banco de Moçambique e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Tabela 5. Moçambique: Balança de Pagamentos, 2010-18

(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012		2013		2014	2015	2016	2017	2018
	Efect.	Efect.	CR/13/1	Est.	CR/13/1	Proj.	Projeções				
<b>Saldo da conta corrente</b>	-1.113	-3.059	-3.924	-5.189	-4.153	-5.854	-6.608	-7.433	-7.988	-10.731	-11.570
<i>Balança comercial de bens</i>	-1.179	-2.249	-3.140	-2.698	-3.055	-3.163	-3.140	-3.478	-3.073	-4.506	-3.447
<i>D/q: Mega projectos</i>	768	468	-641	34	-243	129	194	-253	489	-619	768
Exportações, FOB	2.333	3.118	3.644	3.470	4.229	3.950	4.774	5.966	6.750	7.695	9.342
Mega projectos	1.668	2.015	2.328	2.195	2.794	2.623	3.101	3.794	4.365	5.054	6.433
Outras	665	1.103	1.316	1.275	1.435	1.326	1.673	2.172	2.384	2.641	2.909
Importações, FOB	-3.512	-5.368	-6.784	-6.168	-7.284	-7.112	-7.914	-9.444	-9.823	-12.201	-12.789
Mega projectos	-900	-1.547	-2.969	-2.161	-3.037	-2.494	-2.906	-4.046	-3.877	-5.673	-5.665
Outras	-2.613	-3.820	-3.815	-4.007	-4.248	-4.618	-5.008	-5.398	-5.946	-6.528	-7.125
<i>Balança comercial de serviços</i>	-506	-1.482	-1.405	-3.210	-1.470	-3.225	-3.779	-4.092	-4.427	-4.956	-6.197
<i>Balança de rendimentos</i>	-85	-190	-108	-40	-94	-23	-267	-404	-1.007	-1.770	-2.410
<i>D/q: Dividendos pagos pelos mega projectos</i>	0	-157	-10	0	-21	-17	-241	-304	-771	-1.384	-1.768
<i>Balança de transferências correntes</i>	657	863	729	760	467	557	578	541	519	500	484
<i>D/q: Donativos externos</i>	605	785	634	538	573	520	550	514	478	445	422
						-5.487	-5.568	-6.004	-6.827	-7.599	-7.895
<b>Conta de capital e financeira</b>	1.663	3.364	4.131	5.471	4.307	5.954	6.928	8.238	8.624	10.918	10.550
<i>Conta de capital</i>	346	432	401	426	434	384	387	394	403	415	435
<i>Conta financeira</i>	1.318	2.933	3.730	5.044	3.874	5.571	6.542	7.844	8.221	10.503	10.115
Investimento directo estrangeiro líquido	1.340	2.599	3.090	5.210	3.261	4.719	4.120	4.143	4.179	4.227	4.267
Endividamento externo líquido do governo geral	468	531	603	501	892	961	1.149	1.142	1.199	1.120	1.004
Div. externo líquido do sector privado não financeiro	-348	-39	-173	188	-384	-43	1.350	2.654	2.956	5.290	4.994
Outros <sup>1</sup>	-142	-159	210	-854	105	-66	-78	-95	-114	-134	-150
<b>Erros e omissões líquidos</b>	58	17	39	91	0	0	0	0	0	0	0
<b>Saldo global</b>	608	323	246	373	155	100	320	805	636	187	-1.020
Financiamento externo	-58	-323	-246	-373	-155	-100	-320	-805	-636	-187	1.020
Activos de reserva <sup>1</sup>	-87	-321	-242	-369	-152	-97	-317	-770	-600	-152	1.054
Uso líquido do crédito	18	-2	-4	-4	-3	-3	-3	-35	-36	-35	-34
<i>D/q: Uso líquido do crédito do FMI</i>	20	-2	-2	-2	-3	-3	-3	-35	-36	-35	-34
Financiamento excepcional	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Por memória:</i>											
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	-11,7	-24,3	-26,9	-36,4	-26,3	-39,9	-41,3	-41,4	-39,8	-47,9	-46,2
Excluindo donativos externos	-18,5	-31,2	-31,9	-41,8	-30,0	-43,4	-44,8	-44,3	-42,2	-49,9	-47,9
Activos externos líquidos	1.745	2.082	2.285	2.451	2.479	2.551	1.205	2.010	2.646	2.833	1.813
Reservas internacionais líquidas <sup>1</sup>	1.908	2.239	2.438	2.605	2.685	2.704	3.023	3.828	4.463	4.651	3.631
Reservas internacionais brutas <sup>1,2</sup>	2.099	2.428	2.627	2.799	3.145	2.894	3.211	3.980	4.580	4.732	3.678
Meses de import. project. de bens e serviços não factoriais	3,3	2,9	4,7	3,0	2,9	2,8	2,6	3,1	3,0	2,8	2,1
Meses de imp. proj. de b/s (excl. imp. dos mega projectos)	4,2	3,7	5,1	3,8	5,1	3,7	3,7	4,2	4,3	4,1	2,9
Percentagem da massa monetária (M2)	80,8	62,3	...	62,5	...	58,7	57,5	61,6	62,9	57,4	39,4

Fontes: Dados do Governo de Moçambique e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Inclui o investimento de carteira líquido e outros activos de investimento.<sup>2</sup> O rácio em relação à dívida de curto prazo não é apresentado por uma questão de disponibilidade de dados.

Tabela 6. Moçambique: Indicadores da Solidez Financeira do Sistema Bancário, 2003–12

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Adequação dos fundos próprios										
Capital regulamentar/activos ponderados pelo risco	16,5	18,0	13,4	12,5	14,2	13,9	15,1	14,4	17,1	17,9
Capital regulamentar Tier 1/activos ponderados pelo risco	14,7	16,0	13,6	10,7	12,1	12,4	13,0	13,7	16,1	16,9
Capital (património líquido)/activos	7,4	7,4	6,6	6,3	7,2	7,5	7,7	8,0	9,0	9,5
Composição e qualidade dos activos										
Empréstimos em ME/total de empréstimos	60,8	62,0	51,4	33,2	28,5	32,8	32,4	29,5	25,1	28,1
Empréstimos mal parados/empréstimos brutos <sup>1</sup>	13,8	5,9	3,5	3,1	2,6	1,9	1,8	1,9	2,6	3,2
Empréstimos mal parados líquidos de provisões/capital <sup>1</sup>	8,8	3,8	1,9	3,6	0,5	2,5	5,9	5,6	6,6	6,8
Lucros e rentabilidade										
Rentabilidade dos activos	1,4	1,5	1,9	4,0	3,8	3,5	3,0	2,6	2,5	1,9
Rentabilidade do capital	18,6	20,6	26,9	60,8	50,7	44,7	36,6	32,9	26,5	19,6
Margem de juros/rendimentos brutos	62,1	65,8	63,6	67,4	70,2	58,8	55,7	59,4	64,9	58,9
Despesas líquidas de juros/rendimentos brutos	81,9	81,6	75,2	60,2	60,8	58,7	58,4	59,7	61,3	66,1
Despesas de pessoal/despesas não financeiras	42,4	43,1	43,5	42,6	46,3	45,1	45,9	45,5	47,1	49,1
Rendimento de tarifas e negócios/rendimento bruto	37,9	34,2	36,4	32,6	29,5	40,5	44,3	23,8	17,2	19,5
<i>Spread</i> entre taxas de referência activas e passivas (90 dias, MN)	17,4	14,9	13,8	14,6	11,1	10,7	11,1	10,3	11,4	...
Financiamento e liquidez										
Activos líquidos/activos totais <sup>2</sup>	45,2	38,3	31,1	33,9	36,0	36,2	27,9	22,4	27,8	33,4
Depósitos de clientes/total de empréstimos (não interbancários)	193,6	205,0	177,6	169,5	184,9	165,7	138,2	131,2	131,6	143,8

Fonte: Banco de Moçambique (BM).

<sup>1</sup> Os empréstimos mal parados são definidos conforme as normas contabilísticas moçambicanas (incluem apenas parte dos empréstimos em mora).

<sup>2</sup> Inclui os depósitos nas instituições-mãe.



**Tabela 8. Moçambique: Critérios de Avaliação Quantitativos e Metas Indicativas no âmbito do PSI Proposto para 2013-16<sup>1</sup>**  
(Milhões de Meticais, salvo indicação em contrário)

	2013		
	Fim de Junho Critérios de avaliação	Fim de Set Metas indicativas	Fim de Dez. Critérios de avaliação
	Proposto	Proposto	Proposto
<b>Critérios de avaliação para o final de Junho/Dezembro</b>			
Crédito líquido ao governo central (tecto cumulativo)	-5.858	1.504	895
Stock da base monetária (tecto)	40.787	43.817	47.493
Stock das reservas internacionais líquidas do BM (piso, milhões de USD)	2.360	2.621	2.704
Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central, o BM ou estatais seleccionadas com vencimento igual ou superior a um ano (tecto cumulativo durante a vigência do programa, milhões de USD) <sup>2</sup>	1.200	1.200	1.200
Stock da dívida externa de curto prazo contraída ou garantida pelo governo central (tecto) <sup>2</sup>	0	0	0
Atrasados de pagamentos externos do governo central (tecto, milhões de USD) <sup>2</sup>	0	0	0
<b>Metas indicativas</b>			
Receita pública (piso cumulativo) <sup>3</sup>	55.760	81.891	111.419
Despesas prioritárias (piso cumulativo)	43.748	76.041	119.025

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> As definições e os factores de ajuste são apresentadas na secção "Monitoria do Programa" do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e do Memorando

<sup>2</sup> Avaliado em base contínua.

<sup>3</sup> Líquido dos pedidos de reembolso do IVA verificados.

**Tabela 9. Moçambique: Condicionalidade Estrutural no âmbito do Actual PSI, 2010-13**

<b>Indicadores de referência estruturais</b>	<b>Data prevista de implementação</b>	<b>Ponto de situação</b>
O Ministério das Finanças apresentará ao Conselho de Ministros o projecto da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro (EDSF), conforme descrito no ¶26 do MPEF datado de 7 de Dezembro de 2012.	Final de Dezembro de 2012	Adiado. Concluído em Março de 2013.
O Banco de Moçambique concluirá o projecto do plano de contingência do sector financeiro, conforme descrito no ¶26 do MPEF datado de 7 de Dezembro de 2012.	Final de Março de 2013	Adiado. Concluído no início de Abril.
O governo adoptará um Plano Anual de Endividamento para 2013, conforme descrito no ¶20 do MPEF datado de 10 de Maio de 2012.	Final de Janeiro de 2013	Cumprido.



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**APÊNDICE I — Carta de Intenções**

**Maputo, Moçambique**  
**7 de Junho de 2013**

**Sra. Christine Lagarde**  
**Directora-Geral**  
**Fundo Monetário Internacional**  
**Washington, D.C. 20431**  
**E.U.A.**

Excelentíssima Sra. Lagarde:

O Governo de Moçambique solicita a conclusão da sexta avaliação no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) e a aprovação de um PSI sucessor para 2013-16. A nossa intenção é cancelar o actual PSI aquando da aprovação do PSI sucessor. Neste sentido, submetemos em anexo o Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF), que analisa a implementação do actual PSI e estabelece objectivos de política e metas dos indicadores de curto e médio prazos a adoptar no próximo programa.

Pretendemos que o novo PSI seja baseado em quatro pilares seguintes:

- (i) Consolidar a estabilidade macroeconómica no contexto da exploração de recursos naturais;
- (ii) Alcançar um crescimento robusto e mais inclusivo;
- (iii) Continuar com a capacitação institucional na formulação e condução de políticas macroeconómicas; e
- (iv) Reforçar a governação e a transparência do sector público.

O programa está alinhado com o nosso documento de Estratégia de Redução da Pobreza (PARP) para 2011-14, bem como os nossos planos relativamente à estratégia sucessora.

O Governo acredita que as políticas delineadas no MPEF são suficientes para o alcance dos objectivos do programa PSI. Estamos prontos para tomar quaisquer medidas adicionais que venham a ser necessárias para alcançar os nossos objectivos em matéria de políticas.

O Governo irá consultar o FMI sobre a adopção dessas medidas e — por iniciativa própria ou mediante a solicitação da Directora-Geral — sempre que haja necessidades de revisões das políticas que constam do MPEF anexo, em conformidade com as políticas do FMI relativamente a estas consultas. O Governo fornecerá, ainda, informações ao FMI de modo que este seja capaz de avaliar os progressos atingidos na implementação das políticas económicas e financeiras, e dos objectivos do programa.

O Governo autoriza o FMI a publicar a presente Carta de Intenções, os seus anexos e os correspondentes relatórios do corpo técnico.

Atenciosamente,

/s/

**Manuel Chang**  
**Ministro das Finanças**

/s/

**Ernesto Gouveia Gove**  
**Governador**  
**Banco de Moçambique**

Anexos: Memorando de Políticas Económicas e Financeiras  
Memorando Técnico de Entendimento



# Anexo 1 – Memorando de Políticas Económicas e Financeiras

7 de Junho de 2013

1. Este MPEF (i) descreve os desenvolvimentos recentes e o desempenho do programa económico do Governo no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) até à data e (ii) elabora as intenções de políticas económicas e de medidas estruturais para um novo programa no âmbito do PSI para 2013-16. O mesmo baseia-se nos MPEFs subjacentes ao PSI actual, nomeadamente o original de Maio de 2010 e todas as cinco revisões subsequentes, a última das quais foi concluída em Dezembro de 2012.

## Desenvolvimentos Económicos Recentes e Desempenho do Programa

2. **A economia de Moçambique continua robusta** num contexto em que a economia mundial continua frágil, em resultado da crise financeira que abalou a economia mundial e exacerbada pela crise da dívida soberana na zona do Euro.

- **Desempenho económico.** Dados preliminares relativos ao ano de 2012 indicam que a actividade económica cresceu 7,4% e está em linha com o crescimento previsto. Este desempenho é justificado pela expansão e rápido crescimento da produção do carvão e dos sectores de serviços financeiros, transportes e comunicações e agricultura, sendo que este último tem uma elevada contribuição para o PIB. Entretanto, não obstante a inexistência de estimativas preliminares da actividade económica para os primeiros meses, espera-se que o desempenho da economia no primeiro trimestre deste ano seja menor quando comparado com o período homólogo de 2012, devido aos impactos adversos das inundações no início de 2013, com maior influência nos sectores de agricultura, electricidade, mineiro, transportes e comunicações.
- **Comportamento da inflação.** A taxa de inflação anual registou uma desaceleração de 5,5% no final de 2011 para 2,2% no final de 2012, porém está a registar uma evolução no sentido inverso da tendência de 2012, tendo-se situado em 5,1% em Abril de 2013. A desaceleração da inflação em 2012 foi determinada pela boa colheita e o aumento correspondente da oferta de produtos alimentares, a relativa estabilidade do metical face às principais moedas, os desenvolvimentos favoráveis dos preços internacionais e a estabilidade dos preços administrados. Espera-se que a inflação aumente, principalmente devido a subida dos preços dos produtos alimentares, em resultado do impacto das cheias, e do preço da educação, de Janeiro a Abril de 2013.
- **A evolução da balança de pagamentos em 2012 foi dominada pelas operações relacionadas com o desenvolvimento do sector do GNL.** O IDE saltou de USD 2.600 milhões em 2011 para USD 5.200 milhões em 2012, essencialmente devido as operações de sondagem no Oceano Índico, no norte do país, onde foram identificadas enormes reservas de gás natural. As importações de bens e serviços relacionados com estas operações provocaram um aumento do défice da conta corrente, de 24% do PIB em 2011 para 36% do PIB em 2012. Os desembolsos dos doadores caíram de 10% para 7% em termos do PIB.

As exportações tradicionais, sobretudo de produtos agrícolas, continuaram a apresentar um desempenho vigoroso, registando um aumento de quase 16% em relação a 2011.

- **Reservas internacionais líquidas.** Como resultado desta evolução da balança de pagamentos, no final de Dezembro de 2012 o país acumulou reservas de USD 2.600 milhões, equivalente a cerca de 3,8 meses das importações projectadas para 2013 excluindo-se os mega projectos, em comparação a 3,7 meses de cobertura das importações no final de 2011. Entretanto, até Março de 2013, face ao fraco desembolso de ajuda externa (USD 45 milhões contra os USD 194 milhões previstos), aliado ao aumento das importações para cobrir o défice alimentar gerado pelas cheias e para reposição de infra-estruturas em carácter de emergência, o saldo das reservas internacionais líquidas reduziu para USD 2.300 milhões, cerca de 3,1 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais em 2013.
3. A avaliação do desempenho do programa é satisfatória, e as autoridades alcançaram a maior parte das metas quantitativas traçadas para o período.
- **Quatro dos seis critérios de avaliação quantitativos para Dezembro de 2012 foram cumpridos**, com a excepção do Crédito Líquido ao Governo (CLG) e da Base Monetária. O saldo médio da Base Monetária em Dezembro de 2012 foi de 40.300 milhões de Meticais, cerca de 1.000 milhões acima da meta estabelecida, um afastamento explicado pela procura de moeda nos últimos dias do ano, que foi mais elevada do que o esperado. Por seu turno, ainda em 2012, o fluxo acumulado do CLG foi de 2.700 milhões de meticais, — contra os 52 milhões de Meticais programados — por conta da não realização da receita no nível previsto no programa e de despesas de investimento acima do planeado, despesas estas que são difíceis de prever.
  - **De entre as metas indicativas para Março de 2013, a meta da Base Monetária foi também** excedida devido à procura continuamente elevada de moeda e a margem limitada de intervenção monetária no curto prazo (incluindo o aumento das reservas obrigatórias associado ao maior volume de depósitos do Governo e o fraco retorno de numerário ao sistema bancário no período pós-cheias). Em contrapartida, o CLG de Março de 2013 esteve dentro do previsto.
  - **Contratação de créditos não concessionais.** Ao longo do ano de 2012, o Governo fez a contratação de novos créditos não concessionais no valor total de USD 1.200 milhões, elevando o valor acumulado no âmbito do PSI para USD 1.400 milhões, abaixo do tecto de USD 1.600 milhões estabelecido para o final de Junho de 2013. Nos primeiros quatro meses de 2013 não houve contratação de créditos não concessionais. A contratação destes créditos visa o financiamento de projectos de infra-estruturas com capacidade de por si efectuar o pagamento do serviço da dívida.
  - **Todos os indicadores de referência estruturais foram cumpridos, porém com algum atraso.** O Plano Anual de Endividamento Interno para 2013 foi aprovado em Janeiro de 2013, conforme programado, enquanto que o Plano de Contingência do Sector Financeiro foi aprovado com dois dias de atraso, no dia 2 de Abril de 2013; a Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro foi submetida ao Conselho de Ministros em Março de 2013, tendo sido aprovada por aquele órgão no dia 9 Abril de 2013.

## Implementação da Estratégia de Redução da Pobreza

4. Estamos comprometidos a prosseguir na busca do crescimento mais inclusivo durante e para além do actual Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP 2011-14). O PARP prevê induzir padrões de crescimento inclusivo através do aumento da alocação de recursos para o investimento nos seguintes pilares: (i) aumento da produção e da produtividade dos sectores agrícola e da pesca; (ii) promoção do emprego; e (iii) desenvolvimento humano e social. Está em curso a análise dos indicadores quantitativos com vista a melhorá-los e torná-los mais pertinentes para medir a implementação das acções estratégicas, e para assegurar que todos sejam mensuráveis e adequados aos novos desafios de desenvolvimento.

- **Fortalecimento da produção e produtividade na agricultura.** A agricultura emprega 78% da população economicamente activa e contribui com 23% para o PIB. Por conseguinte, o aumento da produtividade e a expansão das áreas de cultivo são fundamentais para melhorar a vida da população. Para o efeito, adoptamos o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) para o período 2011-20 e lançamos o Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) para o período 2013-17, que ajudará na transição gradual da agricultura de subsistência para a agricultura em escala comercial.

Em 2012, foram obtidos progressos em diversas áreas:

- *Títulos de uso e aproveitamento de terras.* Foram delimitadas 108 áreas comunitárias, correspondentes a uma área de 1,6 milhões de hectares. A província de Niassa delimitou 48 comunidades (1,2 milhões de hectares), seguida pelas províncias de Zambézia, (27 comunidades), Gaza (16) e Nampula (6). Foram também certificadas 56 comunidades com uma área de 0,1 milhões de hectares. Isto permitiu a fiscalização dos direitos comunitários de uso e aproveitamento de terras, reduzindo os conflitos fundiários e garantindo o uso de terras para a agricultura e outros fins produtivos.
- *Aumento da produtividade.* A produtividade da soja aumentou em quase 40% (1,17 toneladas por hectare, face à 0,85 tonelada por hectare programada para o ano). 25 por cento dos agricultores adoptaram novas tecnologias segundo os dados do Trabalho de Inquérito Agrário (TIA). A adopção foi referente ao uso de insumos melhorados (sementes melhoradas e uso de mecanização) e uso de vacinações de gado.
- *Reforço dos sistemas de monitorização.* A aprovação do Plano Director de Estatísticas Agrárias em 2012, que integra o Sistema de Aviso Prévio e o TIA, constitui um “marco estatístico” para a medição mais precisa da produção e da produtividade e a melhor avaliação dos progressos no âmbito do PEDSA.
- **Promoção do emprego.** Foram criados 270.267 empregos, sendo 92.140 no sector público e 178.127 no sector privado; mais da metade destes últimos referem-se a mineiros moçambicanos recrutados para trabalhar na África do Sul, em linha com os acordos bilaterais. Embora a meta tenha sido superada em 6%, houve um decréscimo de 14% em relação a 2011, o que reflecte, sobretudo, a contracção do sector mineiro na África do Sul em razão de factores internos e da crise financeira mundial.
- **Estabelecimento do Observatório do Mercado de Trabalho.** Ao reunir todos os actores interessados em questões relacionadas com o mercado de trabalho, este fórum aprofundará os

debates sobre as interligações entre a procura e a oferta de empregos e ajudará a aperfeiçoar as políticas e estatísticas de emprego. Está em curso a integração de pareceres de outros ministérios e espera-se que no mês de Abril de 2013 seja aprovado o Regulamento para criação do mesmo.

- **O melhoramento do ambiente de negócios será essencial para atrair mais investidores e potenciar a criação de empregos.** Estamos a trabalhar em parceria com a CFI desde 2010 para avaliar e simplificar o regulamento e os procedimentos para o licenciamento de empresas, um trabalho que ainda está em curso. Entre os marcos atingidos em 2012 são de destacar:
  - A aprovação pela Assembleia da República da resolução que autoriza o Governo a legislar sobre a insolvência das empresas no âmbito de falência;
  - A aprovação pelo Conselho de Ministros do Decreto n.º 5/2012, que aprova o regulamento simplificado para o licenciamento em um dia de empresas em mais de 200 tipos de actividades;
  - O arranque do projecto Plataforma Integrada de Prestação de Serviços ao Cidadão e-BAU, que reduzirá procedimentos, tempo e custos de licenciamento e registo de empresas;
  - O Decreto 49/2004, sobre os procedimentos para o licenciamento comercial e a elaboração do formulário único para a simplificação de procedimentos para o início de negócio, foi alterado pelo Conselho de Ministros em 21 de Maio de 2013;
  - A finalização da Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios II, que prevê, entre outros aspectos, a simplificação dos formulários para a abertura e o registo de empresas e dos procedimentos para as licenças de construção. A estratégia se encontra em harmonização a nível dos ministérios sectoriais, Governos Provinciais e sector privado, estando a sua submissão ao Conselho de Ministros prevista para Junho de 2013 e a aprovação para Agosto de 2013 (**indicador de referência estrutural**).
- **Fortalecimento do desenvolvimento social e humano.** Prosseguiram os esforços para elevar a taxa de escolarização primária. A taxa de escolarização aos seis anos cresceu em 2 pontos percentuais relativamente a 2011, e a taxa líquida de escolarização aos sete anos está próxima de 100%. Destacam-se ainda como progressos a criação de um sistema cada vez mais equitativo em termos de género, particularmente no ensino secundário, bem como os avanços na área dos processos de monitoria e avaliação do desempenho do aluno no ensino primário. É também de realçar o aumento significativo do número de alunos ingressando nos vários níveis de ensino na idade certa.
- **Desempenho no sector da saúde.** A Estratégia da Saúde 2012-16 e os planos de monitoria e avaliação adoptados recentemente visam fazer avançar o sistema de saúde pública, que ainda é relativamente frágil. Lançamos o Plano Operacional de Acção da Logística Farmacêutica e finalizamos o Plano Estratégico de Logística Farmacêutica como forma de fazer face à crise e situação de emergência enfrentada em 2011 na área de logística de medicamentos. Os sistemas de GFP foram também reforçados com a monitoria bimensal das contas do sector.

## Políticas Macroeconómicas

### A. Objectivos Económicos

**5. Esperamos que o crescimento no médio prazo permaneça elevado e robusto**, reflectindo o “boom” na indústria extractiva e no sector de hidrocarbonetos. Contudo, a contínua fragilidade da economia mundial constituirá um factor de risco para o crescimento no curto prazo.

- Nos próximos cinco anos, o aumento da contribuição da produção e exportação do carvão, a implementação de projectos estruturantes em infra-estruturas, incluindo a planta do gás liquefeito, a maior dinâmica dos sectores de construção e transportes e comunicações e o contínuo crescimento dos outros sectores poderão acelerar o crescimento económico para níveis entre 7½ e 9% por ano, em linha com os nossos objectivos.
- Devido a choques temporários na nossa economia, esperamos que em 2013 haja uma aceleração da inflação. Contudo, manteremos o nosso objectivo de inflação média de 5 a 6% por ano.
- A evolução do sector externo nos próximos anos continuará a ser influenciada pelo surgimento e desenvolvimento de novas empresas no âmbito do investimento directo estrangeiro na área de exploração de recursos minerais. Assim, a conta corrente excluindo donativos poderá registar um défice de cerca de 45% do PIB, reflectindo essencialmente o aumento das importações de bens e serviços na economia para fazer face aos avultados investimentos realizados por aqueles empreendimentos, financiados na sua maioria por IDE e empréstimos privados. Esperamos que as reservas internacionais continuem a cobrir cerca de quatro meses das importações projectadas de bens e serviços não factoriais excluindo os mega projectos.

### B. Combinação de Políticas Macroeconómicas

**6. Prosseguiremos com a conjugação das políticas fiscal e monetária visando, a médio prazo, a manutenção da estabilidade macroeconómica e a promoção das reformas estruturais.** Iremos também reforçar as nossas ferramentas de planificação macroeconómica e a coordenação de política económica dentro do Governo e com o BM.

**7. A política monetária continuará orientada para o alcance dos objectivos de inflação baixa e estável, salvaguarda do sistema financeiro e incentivo ao crédito à economia.** Daremos seguimento às reformas para aperfeiçoar as operações do sistema bancário e alargar o acesso aos serviços financeiros para depositantes e mutuários.

**8. A política tributária e orçamental para 2013 continuará a cumprir os objectivos em termos de tributação dos recursos naturais, priorização das despesas de investimento em infra-estruturas, saúde e educação, e redistribuição de rendimentos.** O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2013–2015 prevê défices orçamentais moderados, forte e contínuo apoio externo e necessidades de financiamento interno moderadas. Ele atesta os esforços do Governo no sentido de aumentar a capacidade de geração de recurso internos e de cobertura de despesas para a operacionalização da máquina administrativa pública com recursos próprios. O CFMP prevê uma redução do défice orçamental global após donativos, de 8,6% para 7% entre 2013 e 2015, e o

Governo continuará a dar prioridade à contratação de créditos concessionais para o financiamento do défice orçamental. Todavia, o recurso aos créditos não concessionais deverá obedecer o limite aprovado e tais créditos serão alocados a projectos de investimento público em infra-estruturas com comprovado retorno financeiro e capacidade de pagamento do serviço da dívida, conforme evidenciado na descrição sumária do projecto.

**9. Iremos também prosseguir com as reformas estruturais e de governação com vista a melhorar o ambiente de negócios, facilitar a criação de empregos no sector privado e estimular a actividade fora dos mega projectos.** Estas medidas tratam, por um lado, da necessidade de elevar as qualificações médias da mão-de-obra e colmatar os défices de infra-estruturas e, por outro lado, da necessidade de facilitar as operações de negócios através da melhoria dos serviços de atendimento ao contribuinte, simplificação das exigências de licenciamento e disponibilização de dados sobre credores e devedores.

## C. Política Monetária e Cambial

**10. No curto prazo, a política monetária será orientada para apoiar o crescimento económico, sem comprometer a estabilidade macroeconómica.** O nosso objectivo Continuaremos a pautar por um crescimento da Base Monetária acima do PIB nominal por forma a apoiar o aprofundamento do sistema financeiro e a concessão de crédito à economia, mas empenhados em manter a inflação próxima dos 5-6% no médio prazo.

**11. O reforço do quadro para as operações de política monetária continua a ser uma prioridade.** O BM irá focalizar nas seguintes áreas:

- **Reforço da coordenação com o Ministério das Finanças.** O BM e o MF continuarão a fortalecer a sua coordenação e troca de informação tal como previsto no Memorando de Entendimento assinado a 25 de Março de 2011, visando melhor gestão de liquidez na economia.
- **Desenvolvimento do mercado doméstico de repos para ajudar na melhoria da gestão do mercado monetário e da liquidez dos títulos públicos.** Depois da aprovação, em Julho de 2012, do quadro legal que torna possível que todos os BTs sejam elegíveis para as operações de repo, e a negociação secundária de BTs, foi efectuada a revisão da plataforma electrónica (o Módulo Meticalnet) que permitiu o lançamento a 13 de Março corrente, da primeira operação de mercado primário com BTs fungíveis. O processo de melhorias no Meticalnet para o mercado secundário irá continuar, e deve ser concluído até ao final de Junho de 2013.
- **Continuação da coordenação com o MF tendo em vista o uso das OTs como colateral nas operações do Mercado Monetário Interbancário (MMI).** A inclusão de OTs no MMI tornou-se parte integrante de um projecto mais amplo de desenvolvimento do mercado de títulos públicos (mercado de dívida pública), que consistia numa primeira fase na realização de um estudo de diagnóstico das condições a para sua materialização. O estudo de diagnóstico foi concluído em Novembro de 2012, tendo sido identificados alguns constrangimentos de ordem técnica e legal que deverão ser removidos ao longo de 2013, antes da implementação prevista para princípios de 2014.

- **Transformação da facilidade permanente de depósitos em operações repo.** Para este fim, foi desenhado e testado um conjunto de transacções, estando actualmente na fase de aprimoramento para a respectiva implementação, prevista para Junho de 2013.

**12. Continuamos a registar melhorias substanciais na formulação e implementação da política monetária e na comunicação da mesma.** Está consolidado o processo de elaboração e publicação do relatório trimestral da política monetária no âmbito da melhoria de comunicação e transparência da política monetária, tendo a quinta edição sido publicada em Abril de 2013. Na implementação da política monetária, o BM continuará a melhorar a recolha de dados e aprimorar os modelos de previsão de inflação e de liquidez, bem como os conteúdos analíticos das suas publicações.

**13. Continuamos comprometidos com um regime de taxa de câmbio flexível.** O BM irá permitir que a taxa de câmbio ajuste-se livremente a padrões de evolução do comércio e dos fluxos financeiros e acompanhando de perto a evolução da taxa de câmbio real efectiva *vis-à-vis* uma variedade de moedas, com vista a assegurar a competitividade externa e um nível confortável de reservas internacionais.

**14. As autoridades moçambicanas continuam comprometidas com suas obrigações nos termos do Artigo VIII, Secções 2, 3 e 4 do Convénio Constitutivo do FMI.** O BM continuará a monitorar a implementação da nova regulamentação cambial e suas normas, assim como o funcionamento do mercado de câmbio, com vista a evitar práticas que possam vir a ser incompatíveis com os princípios do Artigo VIII. Iremos manter o FMI informado de qualquer evolução ou alteração que poderá ocorrer contra estes princípios.

## D. Política Fiscal

**15. A política fiscal visa a criação de capacidade produtiva do país, a redução da vulnerabilidade da economia nacional aos choques externos e a promoção do crescimento e desenvolvimento económico sustentável e inclusivo.** A lei orçamental para 2013 prevê um aumento do rácio fiscal corresponde a 23,6% do PIB através de melhorias contínuas na administração da receita. O nível de despesa inscrito no orçamento é de cerca de 35,4% do PIB. O défice resultante seria financiado por cerca de 11,8% e 0,6% do PIB por recursos externos e por crédito interno, respectivamente.

**16. Revisão do Orçamento de 2013.** Face às cheias que assolaram algumas províncias das regiões Sul, Centro e Norte do país no início de 2013, levando à desaceleração do crescimento da economia, o Governo pretende submeter à Assembleia da República um orçamento rectificativo, em Agosto de 2013. As despesas para mitigar a situação de vulnerabilidade dos afectados e para a reposição das infra-estruturas destruídas serão reforçadas, utilizando a receita excepcional já realizada com a tributação das mais-valias provenientes da venda de acções de empresas petrolíferas.

**17. Uso das possíveis receitas extraordinárias adicionais.** Dependendo das actividades entre privados envolvendo a venda de acções em projectos mineiros/petrolíferos, o Governo poderá auferir novas receitas extraordinárias em 2013. O Governo pretende utilizar tais receitas para avançar o desenvolvimento socioeconómico do país. As actuais regras orçamentais permitem o uso desta margem de manobra orçamental para: (i) aumentar o investimento, incluindo a contribuição das

empresas públicas em investimentos complexos em PPP, tais como os previstos para o sector de energia eléctrica, os projectos ferroviários e o GNL, ou (ii) reduzir a dívida do Governo, isto é, reduzir o stock de reembolsos do IVA em atraso.

**18. Prosseguimento da política salarial.** Em 2013 o Governo programou um nível de despesas com salários e remunerações correspondente a 10,4% do PIB para suportar o efectivo existente, para a contratação de novos quadros e promoções e progressões com grande impacto para os sectores da educação, saúde e justiça, não obstante o impacto de outros sectores. No médio prazo, as reformas da política salarial continuarão a (i) fazer avançar a descompressão da tabela salarial e atender às questões de equidade, através de ajustamentos diferenciados do salário mínimo entre os diferentes sectores; (ii) reforçar o vínculo entre a remuneração e a produtividade em diversos sectores, e (iii) diminuir o ritmo de contratações nos sectores não prioritários para criar espaço para suprir as necessidades dos sectores prioritários. Estas medidas são destinadas a reduzir a massa salarial como porção do PIB para cerca de 8,5% no médio prazo.

**19. Alocação de recursos privilegiada aos sectores prioritários.** O Governo privilegiou a alocação de significativos recursos para os sectores prioritários, perfazendo 72,3% da despesa pública total excluindo juros da dívida pública e operações financeiras do Estado, contra 66,9% em 2012, como forma de garantir a implementação de acções tendentes a reduzir os índices de incidência de pobreza rural e urbana, através de investimentos orientados para o fortalecimento da capacidade produtiva nacional, o aumento da produtividade e a competitividade dos factores produtivos domésticos. Nos últimos anos, o Governo dedicou atenção substancial à protecção social, nomeadamente às medidas para proteger os mais vulneráveis. De destacar:

- **Fortalecimento da protecção social.** As afectações do Governo à protecção social no orçamento de 2013 aumentaram para 1,7 mil milhões de meticais (0,4% do PIB).<sup>1</sup> Esperamos contar com a possibilidade de financiamentos adicionais do Banco Mundial para programas de obras públicas, para o qual já estão a ser implementados programas piloto. O Governo reiterou o seu cometimento de aumentar as afectações orçamentais para 0,8% do PIB no médio prazo para atingir cerca de 900 mil beneficiários e aumentar o nível das transferências monetárias para o nível da linha de pobreza nos próximos anos.
- **Desenvolvimento de um sistema mais eficaz de direccionamento dos programas.** O Governo começou a desenvolver e testar um conjunto de ferramentas operacionais para melhorar a selecção dos beneficiários e fortalecer a implementação dos programas de protecção social, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento. Entre elas figuram um sistema comum de direccionamento, um registo consolidado de beneficiários, um sistema de gestão da informação e um mecanismo para a resolução de queixas e reclamações. O Governo desenvolveu um sistema inovador de direccionamento, que combina a identificação geográfica e a selecção de comunidades, para minimizar erros de exclusão, e um instrumento representativo da avaliação dos meios de subsistência, para minimizar os erros de inclusão. O sistema será testado em 2013 e utilizado a partir de 2014 na selecção dos beneficiários do Programa de Acção Social Produtiva (PASP).
- **Alívio do impacto das inundações ocorridas no princípio de 2013.** Para aliviar o impacto negativo das calamidades naturais sobre as populações afectadas, o Governo irá aprovar um

<sup>1</sup> De destacar o aumento do valor mínimo do subsídio social básico de 130 MT para 253 MT mensais por beneficiário.



Plano de Reconstrução Pós-Cheias, o qual inclui as seguintes medidas a serem implementadas ao longo dos próximos três ciclos orçamentais: mitigação, reassentamento e reconstrução das infra-estruturas (substituição permanente e em carácter de emergência de infra-estruturas, estradas, pontes, abastecimento de água e saneamento, caminhos de ferro, edifícios da administração pública, melhoria da resistência do solo). Prevemos a reabilitação e construção das infra-estruturas afectadas nos sectores da educação e saúde; a substituição de móveis e utensílios danificados e, no caso específico da saúde, a reposição dos stocks de medicamentos.

- **Modernização das infra-estruturas.** O Governo está comprometido com o ordenamento do território nas áreas rurais e urbanas, e com a regulamentação do uso e aproveitamento das terras nas zonas urbanas e peri-urbanas, tendo como meta a demarcação de 70.000 lotes em todo o país. Entre os grandes investimentos de transportes nos próximos anos figuram a estrada circular de Maputo; a estrada Beira–Machipanda; a via férrea da Moatize via Malawi até Nacala, o porto de águas profundas de Nacala e o aeroporto internacional de Nacala. No que respeita ao abastecimento de água e saneamento, o foco será na promoção de sistemas sustentáveis de abastecimento de água nas zonas rurais, a expansão dos sistemas em todas as cidades e a reabilitação e construção de fontes dispersas de abastecimento de água. O Governo também instituirá mecanismos para monitorizar a água que entra em Moçambique, reabilitar os diques de defesa e plataformas de refúgio, reforçar as áreas susceptíveis a cheias e mitigar os efeitos das cheias e secas.
- **Na área da educação,** os esforços do Governo serão concentrados na construção da infra-estrutura da educação e na melhoria da qualidade do ensino, com o aumento dos recursos financeiros, humanos e materiais destinados às escolas e à melhoria do aprendizado. A universalização da educação primária continuará a ser priorizada, com ênfase no aprendizado e no desenvolvimento das competências básicas de leitura, escrita e cálculo.
- **No sector da saúde,** o Governo irá aperfeiçoar a rede sanitária através da reabilitação e expansão das redes primária, secundária, terciária e quaternária. Promoveremos o acesso equitativo aos serviços de saúde, com ênfase na saúde da mulher, da criança e de outros grupos vulneráveis. Promoveremos também melhorias na gestão dos recursos humanos, com um nível mais elevado de humanização dos serviços, o controlo do impacto das doenças endémicas e a redução das taxas de desnutrição.

## 20. Subsídios à energia.

- **Subsídios aos produtos petrolíferos.** O Governo vai prosseguir com o monitoramento da evolução dos preços de combustíveis no mercado internacional e o seu devido enquadramento no mercado nacional. Para assegurar a sustentabilidade da actividade de fornecimento de combustíveis, incluindo a remuneração dos investimentos das empresas fornecedoras, o Governo vai implementar uma estratégia de eliminação gradual dos subsídios generalizados, direccionando os subsídios somente aos segmentos sociais vulneráveis.
- **Compensação às gasolineiras.** O Governo afectou cerca de 1.300 milhões de meticais do orçamento de 2013 (0,3% do PIB) para fazer face às compensações das perdas de combustíveis incorridas pelas gasolineiras no ano de 2012.

- **Tarifas de electricidade.** Entre os desafios actuais no sector da electricidade figuram a realização de investimentos para o desenvolvimento das infra-estruturas de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica; a electrificação rural com vista a responder ao crescimento da procura, que nos últimos anos caracteriza-se por um aumento progressivo em resultado da dinâmica da economia nacional; e o restabelecimento da sustentabilidade financeira da empresa pública de electricidade, a EDM. Foi concluído um estudo tarifário e propôs-se um mecanismo de ajustamento tarifário em cada segmento de consumo. A expectativa é que a proposta daí resultante seja submetida ao Conselho de Ministros no primeiro semestre de 2013. Estão ainda a ser considerados outros elementos, tais como as transferências do Governo à EDM para fins de investimento na electrificação rural.

## Reformas Estruturais

### A. Gestão das Finanças Públicas e Relatórios

#### 21. A Gestão das Finanças Públicas continuará a ser uma área prioritária.

- **Simplificação da administração da massa salarial (expansão da cobertura do e-Folha e e-CAF).** O plano de acção para a expansão do sistema de pagamento de salários por via electrónica (incluindo o e-Folha) e da base de dados integrada do serviço público (e-CAF) deverá ser aprovado até ao final de Junho de 2013 (**indicador de referência estrutural**). O e-CAF permitirá ao Governo efectuar o pagamento de salários por via directa aos funcionários e agentes do Estado, especialmente aqueles que não reúnem os requisitos exigidos pelos atributos do e-Folha. A expansão do pagamento de salários por via directa abarcará todas as instituições abrangidas pelo e-CAF e com acesso directo ao e-SISTAFE e terá lugar até ao final de Dezembro de 2013 (**indicador de referência estrutural**).
- **Fortalecimento dos processos de execução de despesas.** O sistema informático integrado de administração financeira (e-SISTAFE) é utilizado actualmente sobretudo para fins de pagamentos. Contudo, o sistema é capaz de gerir as três fases distintas de execução da despesa: *cabimentação*, quando é feito um pedido de bens ou serviços; *verificação*, quando o recebimento dos bens e serviços é confirmado e o seu valor é aceite como uma obrigação de pagamento; e *pagamento*, quando a obrigação de pagamento para com o fornecedor é cumprida. Um projecto piloto para as três etapas da cadeia de despesas foi implementado na área de serviço da dívida pública, e planeamos generalizar esta prática para outras áreas/unidades de despesas a partir de Janeiro de 2014.

**Migração para uso de relatórios compatíveis com o IPSAS.** No âmbito do Plano de Acção da Reforma da Contabilidade Pública aprovado em Outubro de 2012, até Julho de 2013 será concluída a proposta do novo Normativo Contabilístico da Contabilidade Patrimonial por compromissos segundo as Normas Internacionais de Contabilidade para o Sector Público (NICs-SP/IPSAS). A proposta será objecto de auscultação pública em Agosto e, na sequência, apreciação pelo Conselho de Ministros, com vista à sua submissão à apreciação e aprovação pela Assembleia da República.

- **Melhoramento da classificação orçamental.** O Governo está a mapear as despesas prioritárias de acordo com os objectivos gerais do PARP através de uma classificação orçamental mais pormenorizada por programas de despesas, que esperamos concluir em

meados de 2013 para o orçamento de 2014. Para além disso, começamos a estruturar a apresentação das despesas segundo os classificadores programáticos, de modo a alinhá-las com a estrutura programática do próximo Plano Quinquenal do Governo. Um passo intermédio será a actualização da classificação económica e orgânica da despesa em 2013 de modo a permitir uma classificação mais pormenorizada das unidades de despesas no nosso sistema contabilístico.

- **Elaboração do novo classificador económico de receitas.** Está em curso a elaboração do novo classificador económico de receitas (CER), perspectivando-se a sua conclusão no final de 2013 e implementação nos próximos orçamentos. Enquanto o actual CER visa identificar a natureza da receita, o novo classificador procura identificar a origem do recurso segundo a natureza económica do seu facto gerador pelo que, deste modo, fornecerá maior precisão, transparência e consistência.

## B. Planeamento do Investimento e Gestão da Dívida

### 22. O Governo continuará a priorizar e modernizar os procedimentos de planeamento da dívida e do investimento.

- **Fortalecimento da planificação do investimento.** O Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) irá submeter para aprovação do Conselho de Ministros, até Junho de 2013, o Plano Integrado de Investimentos (PII). O documento apresentará a lista dos projectos prioritários com informação suficientemente específica a ser usada na análise do impacto dos empréstimos correspondentes sobre a sustentabilidade da dívida. (**indicador de referência estrutural**)
- **Fortalecimento dos instrumentos de selecção de projectos.** O MPD concluiu em Fevereiro de 2013 o manual para preparação de projectos e o modelo com a descrição sumária de cada projecto. O Comité de Gestão e Selecção de Projectos passará a usar o manual na análise dos projectos em Julho de 2013 e, sempre que um projecto for aprovado, o MPD irá publicar na Internet o modelo com a informação e a descrição sumária relativa àquele projecto. Os Comités da Dívida e de Selecção de Projectos darão continuidade às acções de formação dos ministérios sectoriais chave, por forma a capacitá-los no uso dos novos instrumentos e critérios de selecção de projectos.
- **Fortalecimento da gestão da dívida pública.** Está em curso a preparação da Análise de Sustentabilidade da Dívida (ASD) que servirá de base para a preparação do Orçamento do Estado (OE) para 2014, prevendo-se a conclusão em Junho de 2013. O Governo pretende ainda incorporar nos relatórios trimestrais sobre a dívida pública a análise dos custos e riscos associados à carteira da dívida pública e aos planos de financiamento, fazendo a ligação com o OE e o Plano Integrado de Investimentos, bem como fortalecer a monitoria da dívida em linha com a implementação da estratégia de dívida a médio prazo (EDMP). Esta última foi concluída em 2012 e consiste numa ferramenta de análise prospectiva para informar a selecção de projectos de investimento à luz do volume e da composição da dívida pública, utilizando uma análise de custo-risco coerente com as projecções macroeconómicas e a ASD.
- **Aprofundamento do desenvolvimento do mercado de capitais e primeiro Plano Anual de Endividamento Interno para 2013.** A fim de promover a poupança pública e estimular o desenvolvimento do mercado de capitais doméstico, um plano anual de endividamento

interno será elaborado anualmente após a aprovação do orçamento. O primeiro plano foi aprovado e publicado em Janeiro de 2013. Em conformidade com as recomendações da assistência técnica do Banco Mundial/FMI no desenho da estratégia para a realização de leilões, e a definição de uma curva de rendimentos para o Estado, a partir de 2013 as emissões de Obrigações do Tesouro (OTs) passam a ser em séries, e as taxas de juro serão definidas nos leilões a serem realizados na Bolsa de Valores. O Decreto n.º 5/2013, de 22 de Março, assentou as bases para a criação dos Operadores Especializados em Obrigações do Tesouro (OEOT). Cerca de três quartos das instituições financeiras convidadas a se tornar OEOTs aceitaram o convite, facilitando a criação de um mercado secundário. O primeiro leilão de OTs ocorreu em Abril de 2013, com uma participação muito acima do esperado.

## c. Política e Administração Tributária

**23. A modernização da administração tributária irá prosseguir.** A prioridade continuará centrada no desenvolvimento de acções que visam massificar a utilização de tecnologias de informação e comunicação para a gestão dos processos tributários, quer na área do comércio externo, quer na área de tributação interna, permitindo maior cobertura dos potenciais contribuintes e o alargamento da base tributária. Prestará também especial atenção à tributação das actividades dos sectores mineiro e petrolífero e aos mega projectos no geral, mediante o desenvolvimento da capacidade institucional de realização de fiscalização e auditorias especializadas.

- **Administração e reembolsos do IVA.** O Governo irá dar seguimento à assistência técnica prestada pelo FMI em Abril de 2013 que realizou um estudo sobre a orçamentação do IVA e propôs medidas para a solução da problemática dos reembolsos. Estamos a analisar as recomendações no contexto global do processo de orçamentação e esperamos formular um plano até Outubro de 2013 (**indicador de referência estrutural**) por forma a reduzir gradualmente os reembolso pendentes, evitar a acumulação de novas pendências e otimizar a administração do IVA e o processo de reembolsos. Esperamos aumentar a dotação orçamental para os reembolsos do IVA em 2014 de modo a evitar uma nova acumulação de reembolsos pendentes. Pretendemos apresentar à Assembleia qualquer emenda que venha a ser necessária na lei do IVA a tempo para a incidência do IVA em base líquida, a partir do orçamento de 2015.
- **Implementação da base de dados do NUIT no âmbito do projecto e-Tributação.** A base de dados do NUIT no âmbito do projecto e-Tributação já está disponível e presentemente decorre o processo de actualização dos dados dos grandes contribuintes em todas as Unidades de Grandes Contribuintes (UGCs), esperando-se a conclusão do processo até ao final de Junho de 2013. Está também em curso a expansão do sistema NUIT para todas as DAFs informatizadas, prevendo-se a conclusão também para o final de Junho de 2013, decorrendo paralelamente a actualização dos dados dos demais contribuintes quer singulares, quer pessoas colectivas, cujo processo será concluído em 2014.
- **Implementação do módulo do IVA/ISPC e do pagamento de impostos via bancos no âmbito do projecto e-Tributação.** Foi concluída a elaboração do modelo de negócios para a aplicação do módulo e-Tributação ao IVA/ISPC e a acomodação à realizada legislativa, estando na fase de parametrização informática.<sup>2</sup> A implementação do módulo está em vias

<sup>2</sup> Isto envolve alterações na tecnologia ETPM.

de preparação, com vista a lançar um projecto piloto no primeiro trimestre de 2014. O pagamento efectivo de impostos via bancos só ocorrerá numa segunda etapa, após a plena aceitação do módulo do IVA/ISPC; um projecto piloto correspondente está planeado para o segundo semestre de 2014.

- **Simplificação do sistema de tributação para pequenos contribuintes.** As disposições do regime geral do ISPC rivalizam com aquelas dos regimes simplificados do IVA, IRPC e IRPS. Um estudo sobre as sobreposições e possíveis incoerências será concluído até Dezembro de 2013. Acções subsequentes para simplificar o sistema, quer para os contribuintes, quer para a administração tributária, serão tomadas em função dos resultados desses estudos.
- **Fortalecimento das Unidades de Grandes Contribuintes (UGCs e DCAT).** Actualmente decorre a fase piloto da Base de Dados dos Grandes Contribuintes instalada na UGC de Maputo e na Direcção de Coordenação e Apoio Técnico da DGI. A instalação nas restantes UGCs (Beira e Nampula) está prevista para o quarto trimestre de 2013. A base de dados permitirá uma melhor manipulação de informação sobre a actividade económica dos grandes contribuintes e melhor acompanhamento fiscal.
- **Mitigação dos preços de transferência.** Para mitigar os preços de transferência, o Governo, com a assistência técnica do FMI, está a trabalhar numa proposta de regulamento, prevendo a sua conclusão no quarto trimestre de 2013. Pretendemos também adoptar um plano de acção para a implementação dos regulamentos e o reforço da capacitação.
- **Revisão dos acordos bilaterais de dupla tributação.** O Governo está a analisar os acordos de bitributação existentes de modo a identificar possíveis deficiências ou áreas que possam resultar numa perda de receitas injusta para Moçambique. É nossa intenção negociar os ajustamentos necessários com os nossos parceiros.

## D. Melhoramento dos Ganhos Provenientes da Exploração dos Recursos Naturais

**24. O Governo continuará a reforçar a sua capacidade de gestão da riqueza em recursos naturais do país e canalizar os seus benefícios para toda a população.** Isto requer melhorias em diversas áreas, nomeadamente ferramentas analíticas, legislação e tributação do sector, transparência e optimização da participação do Estado nos sectores mineiro e de hidrocarbonetos. O Governo está a receber assistência técnica nestas áreas de diversos parceiros de desenvolvimento, e esta assistência será complementada, sempre que necessário, pela contratação de peritos.

**25. O Governo está a reforçar as ferramentas estatísticas para auxiliar na análise dos desenvolvimentos e informar a planificação e definição de políticas económicas e sociais.** Isto envolve a produção de estatísticas, contas nacionais, dados orçamentais, estatísticas da balança de pagamentos e do sector financeiro, com a participação conjunta do INE, BM, MF, MIREM e outros órgãos governamentais.

**26. Iniciativa de Transparência na Industria Extractiva (ITIE) e transparência.** Moçambique já publicou três relatórios da ITIE de acordo com as leis em vigor no país, nos quais fez a reconciliação dos pagamentos efectuados pelas empresas das áreas mineira e hidrocarbonetos previamente seleccionadas, com as receitas reportadas pelas instituições do Estado encarregues de as colectar.

O segundo relatório da ITIE permitiu a qualificação do país ao estatuto de cumpridor das regras da Iniciativa. A inclusão de mais empresas nos relatórios de reconciliação reflecte o crescimento da indústria extractiva no país, sendo de notar que no primeiro relatório foram abrangidas apenas seis empresas, no segundo 36 e no terceiro 46. Está prevista até finais de 2013 a publicação do quarto relatório da ITIE de reconciliação sobre os pagamentos pela indústria extractiva e recebimentos pelo Governo de acordo com as leis em vigor no país, referente ao ano financeiro de 2011.

**27. Legislação de Minas e Petróleos.** O Governo aprovou as propostas de revisão da legislação das minas e hidrocarbonetos em Abril de 2013, sendo que esta última inclui dispositivos legais para concessões de infra-estruturas para permitir o desenvolvimento de projectos de GNL. Foram efectuadas consultas públicas, inclusive através da publicação dos projectos de lei na Internet. A legislação será submetida à Assembleia nos próximos meses. A actual legislação que rege as Parceiras Público-Privadas (PPPs) prevê a publicação do contrato de PPP, o que também será aplicado aos contratos de minas e hidrocarbonetos. Uma vez aprovada a lei, o Governo actualizará os respectivos regulamentos num prazo de seis meses. O Governo espera lançar concursos para novas áreas de sondagem de hidrocarbonetos somente após a aprovação das revisões à lei dos hidrocarbonetos.

**28. Fortalecimento do regime fiscal específico para os sectores de minas e de petróleo.** Com a assistência técnica do FMI e de outros doadores, continuaremos a trabalhar na revisão dos regimes fiscais específicos para os sectores de minas e de hidrocarbonetos. Iniciamos o processo de consultas públicas em Maio de 2013, e prevemos a submissão das duas propostas de lei à Assembleia da República em Agosto de 2013. Estamos também a solicitar assistência técnica adicional para a formulação de instrumentos de previsão de receitas e o reforço da capacidade administrativa.

**29. Participação de empresas públicas no desenvolvimento da actividade mineira e de hidrocarbonetos.** No caso do petróleo e do gás, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos de Moçambique (ENH) participa das PPPs. Embora esta participação normalmente seja em forma de *full carry* durante o período de sondagem, ainda estamos a estudar o tipo de envolvimento da ENH nas etapas de desenvolvimento e produção, com vista a preservar a sustentabilidade da dívida e gerir os riscos.

## E. Gestão das Empresas Públicas

**30. Reforço da fiscalização das empresas públicas.** Com a aprovação da Lei das Empresas Públicas, Lei n.º 6/2012, de 8 de Fevereiro, o Governo reforçou a monitoria das actividades das empresas públicas visando reduzir o risco fiscal e integrar estas actividades na EDMP. O objectivo é melhorar a governação e reforçar a prestação de contas, bem como assegurar que os planos de investimento e o endividamento sejam previamente apreciados e aprovados pelo ministério sectorial e pela unidade de supervisão financeira do MF.

**31. Garantia da transparência na gestão das empresas públicas.** No âmbito da Lei das Empresas Públicas e visando maior transparência na sua gestão, o Governo vai garantir que os relatórios e contas de 2012 (incluindo os relatórios de auditoria) das quatro maiores empresas públicas sejam publicados em 2013, com contínua publicação anual no futuro.

**32. Está a ser elaborada a estratégia do Governo com respeito à participação das maiores empresas públicas nos projectos de investimento em infra-estruturas.** Figuram entre estas empresas/projectos a participação dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) na construção de novos caminhos de ferro e portos (linha de Nacala, portos de Nacala e Techobanine), a participação da ENH nos projectos de hidrocarbonetos, como já se referiu, e a participação da EDM na geração, transmissão e distribuição de electricidade (hidroeléctrica e linha de transmissão de Mphanda Nkuwa, central eléctrica a gás de Ressano Garcia, com a Sasol), entre muitos outros em potencial. O Governo irá administrar cuidadosamente a participação das empresas estatais de modo a mitigar os riscos e preservar a sustentabilidade da dívida pública.

## F. Quadro da Boa Governação

**33. O Governo continua empenhado em melhorar a governação e combater a corrupção.** As questões são complexas e estão no centro do nosso diálogo com os parceiros de desenvolvimento, envolvendo os aspectos legislativo (pacote anti-corrupção) e a sua implementação, bem como a reforma da justiça e da aplicação da lei. O Judiciário continua a investigar todas as denúncias de corrupção recebidas.

**34. Em 2012, o Governo submeteu à Assembleia da República as duas leis remanescentes do pacote anti-corrupção,** que aguardam pela aprovação, nomeadamente: (i) o Código Penal Revisto e Consolidado e (ii) o Código do Processo Penal Revisto. Está em curso a elaboração do plano de acção contendo os custos, para implementação do pacote anti-corrupção, prevendo-se para Maio de 2013 a circulação do primeiro esboço.

**35. Os três outros elementos do pacote anti-corrupção adoptado** são: (i) a Lei da Probidade Pública, (ii) a Lei dos Informadores e de Protecção das Testemunhas, e (iii) emendas à Lei Orgânica do Ministério Público e dos Tribunais Judiciais, as quais entraram em vigor em Novembro de 2012. Estão a ser observados avanços na solução dos conflitos de interesse e na fiscalização das declarações obrigatórias de activos para os detentores de cargos públicos. Cabe às Comissões de Ética de cada órgão público fazer o acompanhamento interno dos procedimentos, e uma Comissão de Ética Central foi instituída em Fevereiro de 2013.

## Políticas do Sector Financeiro

### A. Supervisão do Sector Financeiro

**36. O BM irá prosseguir com as reformas visando intensificar a supervisão do sector financeiro mesmo face à conjuntura internacional adversa, mantendo o foco em:**

- **Reforço da Supervisão bancária, visando a mitigação e prevenção de risco sistémico.** Foi colectada uma amostra de dados de instituições de crédito para a realização dos primeiros testes de esforço e espera-se que a partir de Julho de 2013 este exercício, a ser realizado por uma equipa designada para o efeito, faça parte do processo de supervisão numa base trimestral, com a emissão do respectivo relatório sobre os resultados dos testes de esforço. Neste contexto, o regulamento relativo à contabilidade dos empréstimos mal parados será revisto em Junho de 2013 para que seja comparável internacionalmente, a ser seguido, antes de Setembro de 2013, pela revisão do regulamento sobre limites de concentração, inclusivamente as aplicações dos bancos no estrangeiro, e pela alteração das regras de

reporte. Ainda visando o fortalecimento da supervisão, foram aprovadas, a 14 de Março de 2013, as directrizes da gestão de risco e o quadro legal e analítico de supervisão baseada no risco, que serão postas em prática ao longo de 2013, em tempo para a adopção do Acordo de Capital de Basileia II, em 2014.

- **Conclusão do Plano de Contingência do sector financeiro.** Foi concluída a proposta do pacote regulamentar do Plano de Contingência e da Assistência de Liquidez de Emergência, que culminou com a sua aprovação em princípios de Abril de 2013 (**indicador de referência estrutural existente**), com um pequeno atraso. Os dispositivos legais inerentes foram publicados em Abril de 2013. A implementação do plano será iniciada em Junho, incluindo o trabalho preparatório para a conclusão dos exercícios de simulação, com a assistência do Banco Mundial.
- **Operacionalização do Fundo de Garantia de Depósitos (FGD).** O capital social do FGD foi aprovado e integralmente constituído, e os membros da Comissão Directiva foram nomeados em Abril de 2013. A materialização do FGD aguarda pelo desembolso de fundos da KFW, esperando-se que o processo esteja finalizado após a nomeação da Comissão Directiva, em Maio de 2013.

## B. Desenvolvimento do Sector Financeiro

### 37. Continuaremos a intensificar os esforços visando melhorar a inclusão financeira como parte da Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro em Moçambique 2013-2022.

Neste âmbito, em Abril de 2013, o Conselho de Ministros aprovou a Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro (EDSF), que tem como principais objectivos: (i) manter a estabilidade do sector financeiro através de melhorias nas políticas orçamental e monetária e do aprofundamento do mercado de títulos públicos, do reforço da supervisão e regulamentação bancárias e das redes de segurança do sector financeiro, e do desenvolvimento dos sectores de seguros e fundos de pensões; (ii) melhorar o acesso aos serviços financeiros, eliminando as barreiras estruturais da economia, no geral, e da intermediação financeira em particular, que limitam o acesso ao crédito e contribuem para o aumento dos custos e riscos de concessão do crédito e de prestação de serviços financeiros; e (iii) aumentar a oferta de capital privado para apoiar o desenvolvimento do sector privado, através da melhor mobilização e investimento de fundos de longo prazo, incluindo PPPs, e do apoio ao desenvolvimento do mercado interno de capitais e das funções e capacidades da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM). O plano de divulgação da Estratégia foi aprovado pelo Ministro das Finanças em Maio de 2013 e inclui a realização de seminários e workshops em Junho de 2013. As principais prioridades incluem:

- **Criação da Central privada de Registo de Crédito.** Foi elaborada a proposta de Lei sobre a Criação da Central de Registo de Crédito Privada em Novembro de 2012, estando a sua submissão à Assembleia da República prevista para Novembro de 2013. (**indicador de referência estrutural**)
- **Promoção do “mobile banking”.** A regulamentação específica para os serviços de banca móvel está em fase de preparação por um grupo de trabalho do BM, prevendo-se a sua conclusão em Setembro de 2013. Enquanto isso, dada a dinâmica deste segmento específico, já foi licenciado um operador desta área, e está em processo de licenciamento um segundo operador.



- **Estímulo à concorrência bancária.** A concorrência no sector bancário será fomentada através: i) da criação de leis e regulamentos de combate a práticas anti-concorrenciais, ii) do estímulo à tarifação transparente dos serviços financeiros para que os consumidores possam comparar custos e iii) da introdução do acesso em linha, de baixo custo, a dossiês de crédito. Será elaborado um quadro de protecção ao consumidor e a sensibilização pública aumentará a compreensão financeira, para que consumidores (inclusivamente PME) utilizem melhor os serviços financeiros disponíveis; para estimular a concorrência e a inovação entre os prestadores de serviços financeiros; e para oferecer aos consumidores protecção razoável contra práticas comerciais desleais, garantindo a solidez das instituições financeiras.
- **Reforço do quadro de insolvência.** Foi redigida uma lei da insolvência, e a Assembleia autorizou o Governo a desenvolver a base jurídica para os processos de insolvência. Espera-se que esta legislação seja adoptada em 2013.
- **Quadro de garantias.** Iremos trabalhar na redacção de uma lei das garantias, com vista a criar um registo de garantias móveis.

## C. Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

**38. O quadro AML/CFT está em contínuo progresso.** O projecto de lei AML/CFT foi aprovado pela Assembleia da República em 16 de Maio de 2013. No âmbito da nova lei, o financiamento do terrorismo é considerado um crime.

**39. Progressos na evolução do quadro jurídico da AML/CFT.** O Governo tem em curso um plano de implementação dos padrões normativos internacionais do GAFI/FATF aprovados pelo ESAAMLG, tendo como base as recomendações de uma missão do Departamento Jurídico do FMI decorrida em Abril de 2013 e do plano de acção para a assistência técnica, com vista à eliminação das deficiências identificadas no sistema legal, supervisão das instituições financeiras e das Actividades e Profissões Financeiras não Designadas (APNFDs/DNFBPs), Pessoas Colectivas e Entidades sem Personalidade Jurídica, assim como aspectos da cooperação internacional. A missão conduziu também uma sessão de formação introdutória sobre a supervisão baseada no risco para o pessoal das diferentes instituições envolvidas no combate ao branqueamento de capitais.

## D. Sistema de Pagamentos

**40. O BM continuará a reforçar a estabilidade do sistema financeiro e promover o desenvolvimento do mercado através de reformas no sistema de pagamentos.** No prosseguimento desta acção, o BM continuará a aprimorar as práticas de superintendência do sistema de pagamentos e a desenvolver o sistema de liquidação a retalho:

- **Aperfeiçoamento das práticas de supervisão.** O BM aprovou a estratégia de política de supervisão do sistema de pagamentos em Março de 2012 e concluirá e implementará uma função de supervisão até ao final de Novembro de 2013 (**indicador de referência estrutural**). As principais medidas serão: i) a implementação de um manual de supervisão e ii) a implementação de uma unidade de supervisão. O regulamento revisto do sistema de compensação electrónica de cheques também será aprovado e publicado até ao final de Junho de 2013.

- **Desenvolvimento da rede de pagamentos de retalho partilhada pelo BM e pelos bancos comerciais.** Foi desenvolvida e testada com sucesso a rede interbancária de pagamentos a retalho, vulgo SIMO. Dois bancos estão actualmente ligados a esta rede e a expandir os seus serviços, sendo que os restantes bancos encontram-se uns na fase de testes e outros a ajustarem os seus sistemas para se interligarem à rede SIMO. Espera-se que até ao final de Novembro de 2013 estejam ligados a esta rede a maioria dos bancos que operam na praça e processam transacções de retalho.

## Monitoria do Programa

**41.** Os critérios de avaliação propostos e metas indicativas até Dezembro de 2013 são apresentados na Tabela 1. A Tabela 2 contém uma lista dos indicadores de referência estruturais propostos. Espera-se que a primeira avaliação do PSI seja concluída em Dezembro de 2013, e a segunda no final de Junho de 2014.

**Tabela 1. Moçambique: Critérios de Avaliação Quantitativos e Metas Indicativas no âmbito do PSI de 2010-13<sup>1</sup>**  
(Milhões de Meticals, salvo indicação em contrário)

	2012				2013							
	Fim de Set Metas indicativas		Situação	Fim de Dez. Assessment Critéria		Status	Fim de Março Metas indicativas					
	Prog.	Ajust.		Prog.	Ajust.		Prog.	Ajust.	Efect.			
<b>Critérios de avaliação para o final de Junho/Dezembro</b>												
Crédito líquido ao governo central (tecto cumulativo)	-745	-745	-5.823	C	52	52	2.707	NM	517	3.534	-7.488	C
Stock da base monetária (tecto)	37.031	36.676	35.975	C	39.264	39.264	40.283	NM	36.495	36.495	38.048	NC
Stock das reservas internacionais líquidas do BM (piso, milhões de USD)	2.323	2.323	2.693	C	2.530	2.530	2.604	M	2.544	2.444	2.278	NC
Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central, o BM ou estatais seleccionadas com vencimento igual ou superior a um ano (tecto cumulativo durante a vigência do programa, milhões de USD) <sup>2</sup>	1.500	1.500	1.379	C	1.600	1.600	1.387	M	1.600	1.600	1.387	C
Stock da dívida externa de curto prazo contraída ou garantida pelo governo central (tecto) <sup>2</sup>	0	0	0	C	0	0	0	M	0	0	0	C
Atrasados de pagamentos externos do governo central (tecto, milhões de USD) <sup>2</sup>	0	0	0	C	0	0	0	M	0	0	0	C
<b>Metas indicativas</b>												
Receita pública (piso cumulativo)	69.687	69.687	73.619	C	99.043	99.043	98.615	NM	23.656	23.656	30.022	C
Despesas prioritárias (piso cumulativo)	35.934	35.934	42.269	C	72.563	72.563	81.400	M	10.797	10.797	17.979	C

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

1 As definições e os factores de ajuste são apresentadas na secção "Monitoria do Programa" do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e do Memorando Técnico de Entendimento.

2 Avaliado em base contínua.

**Tabela 2. Moçambique: Critérios de Avaliação Quantitativos e Metas Indicativas no âmbito do PSI Proposto para 2013-16**<sup>1</sup>  
(Milhões de Meticais, salvo indicação em contrário)

	2013		
	Fim de Junho	Fim de Set	Fim de Dez.
	Critérios de avaliação	Metas indicativas	Critérios de avaliação
	Proposto	Proposto	Proposto
<b>Critérios de avaliação para o final de Junho/Dezembro</b>			
Crédito líquido ao governo central (tecto cumulativo)	-5.858	1.504	895
Stock da base monetária (tecto)	40.787	43.817	47.493
Stock das reservas internacionais líquidas do BM (piso, milhões de USD)	2.360	2.621	2.704
Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central, o BM ou estatais seleccionadas com vencimento igual ou superior a um ano (tecto cumulativo durante a vigência do programa, milhões de USD) <sup>2</sup>	1.200	1.200	1.200
Stock da dívida externa de curto prazo contraída ou garantida pelo governo central (tecto) <sup>2</sup>	0	0	0
Atrasados de pagamentos externos do governo central (tecto, milhões de USD) <sup>2</sup>	0	0	0
<b>Metas indicativas</b>			
Receita pública (piso cumulativo) <sup>3</sup>	55.760	81.891	111.419
Despesas prioritárias (piso cumulativo)	43.748	76.041	119.025

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> As definições e os factores de ajuste são apresentadas na secção "Monitoria do Programa" do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e do Memorando

<sup>2</sup> Avaliado em base contínua.

<sup>3</sup> Líquido dos pedidos de reembolso do IVA verificados.

**Tabela 3. Moçambique: Indicadores de Referência Estruturais no Âmbito do Actual PSI, 2010-13**

<b>Indicadores de referência estruturais</b>	<b>Data prevista de implementação</b>	<b>Ponto de situação</b>
O Ministério das Finanças apresentará ao Conselho de Ministros o projecto da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro, conforme descrito no §26 do MPEF datado de 7 de Dezembro de 2012.	Final de Dezembro de 2012	Adiado. Concluído em Março de 2013.
O Banco de Moçambique concluirá o projecto do plano de contingência do sector financeiro, conforme descrito no §26 do MPEF datado de 7 de Dezembro de 2012.	Final de Março de 2013	Adiado. Concluído em no início de Abril.
O Governo adoptará um Plano Anual de Endividamento para 2013, conforme descrito no §20 no MPEF datado de 10 de Maio de 2012.	Final de Janeiro de 2013	Cumprido.

**Tabela 4. Moçambique: Indicadores de Referência Estruturais no Âmbito do PSI Proposto, 2013-16**

	<b>Indicadores de referência estruturais</b>	<b>Data prevista de implementação</b>
1.	Aprovação pelo Governo do plano de acção para a expansão do sistema de pagamento de salários por via electrónica (incluindo o e-Folha) e da base de dados integrada do serviço público (e-CAF). (§21)	Final de Junho de 2013
2.	Extensão do pagamento de salários por via bancária directa a todas as instituições abrangidas pelo e-CAF e com acesso directo ao e-SISTAFE. (§21)	Final de Dezembro de 2013
3.	Submissão ao Conselho de Ministros do Plano Integrado de Investimento, com informação suficientemente específica a ser usada na análise do impacto dos respectivos empréstimos sobre a sustentabilidade da dívida. (§22)	Final de Junho de 2013
4.	Submissão ao Conselho de Ministros da Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios II. (§4)	Final de Agosto de 2013
5.	Submissão à Assembleia da República da proposta de Lei sobre a Criação da Central de Registo de Crédito Privada. (§37)	Final de Novembro de 2013
6.	Dotação de pessoal à unidade de supervisão do sistema de pagamentos do BM e a sua operacionalização até ao final de Novembro de 2013. (§40)	Final de Novembro de 2013
7.	Elaboração de um plano para reduzir gradualmente os reembolsos de IVA pendentes, evitar a acumulação de novas pendências e otimizar a administração do IVA e o processo de reembolsos. (§23)	Final de Outubro de 2013

## Anexo 2 — Memorando Técnico de Entendimento

7 de Junho de 2013

1. O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) define os critérios de avaliação quantitativos, as metas indicativas e os indicadores de referência estruturais que servirão de base para a monitoria da implementação do programa apoiado pelo FMI no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI). Para além disso, o MTE estipula os termos e prazos para a transmissão dos dados de que os técnicos do FMI necessitam para monitorizar a implementação do programa.

### Definições

#### A. Crédito líquido ao governo central

2. Define-se o crédito líquido do sistema bancário ao governo central (CLG) como a diferença entre o saldo do crédito bancário ao governo central e os depósitos do governo central no sistema bancário, excluídos os depósitos em contas de projectos no sistema bancário, os títulos de recapitalização emitidos ao Banco de Moçambique (BM), e a comissão de assinatura dos acordos para a exploração de recursos minerais. O crédito abrange os empréstimos bancários, os adiantamentos concedidos ao governo central e os haveres na forma de títulos públicos e livranças. O CLG será calculado com base nos dados dos balanços patrimoniais da autoridade monetária e dos bancos comerciais em conformidade com a síntese monetária. Os limites à variação do CLG serão aplicados cumulativamente, a partir do final de Dezembro do ano transacto.

3. O governo central abrange todas as instituições cujas receitas e despesas são incluídas no Orçamento do Estado: ministérios do governo central, órgãos sem autonomia financeira e a administração das 11 províncias. Embora os governos locais (43 autarquias) sejam excluídos desta definição por serem independentes, parte da sua receita é registada no orçamento do Estado como transferências aos governos locais.

4. Para efeitos do programa, os desembolsos líquidos da linha de crédito não concessional do governo português são excluídos do critério de avaliação do CLG, pois a despesa correspondente não se enquadra na definição do governo central especificada no parágrafo 3.

#### B. Receita pública e financiamento

5. A definição da receita engloba todos os recebimentos da Direcção Geral dos Impostos (DGI) e da Direcção Geral das Alfândegas (DGA), bem como todas as receitas não fiscais, inclusivamente algumas receitas próprias geradas pelos distritos e alguns ministérios sectoriais, conforme definido no orçamento. A receita é a receita bruta, líquida dos pedidos verificados de reembolsos solicitados. O produto líquido da privatização recebido pela Direcção Nacional do Património do Estado e os lucros não realizados transferidos pelo banco central para o tesouro não serão considerados como receita (acima da linha), sendo contabilizados como outro financiamento interno (abaixo da linha).

6. Para fins de monitoria do programa, considera-se que a receita é arrecadada no momento em que é recebida pelas repartições das finanças pertinentes, em dinheiro ou em cheque, ou ainda através de transferência para a conta bancária respectiva.

### **C. Despesa social prioritária**

7. A despesa social prioritária social baseia-se nas categorias programáticas do PARPA, que foram alargadas para incorporar todas as áreas no contexto do novo PARP. Portanto, incluirá a despesa total nos seguintes sectores: i) educação, ii) saúde, iii) HIV/SIDA, iv) desenvolvimento das infra-estruturas, v) agricultura, vi) desenvolvimento rural, vii) governação e sistema judicial e viii) acção social, trabalho e emprego.

### **D. Base monetária**

8. Para fins da monitorização do programa, a base monetária é definida como a soma da emissão de moeda pelo BM e os haveres dos bancos comerciais no BM. A meta é definida em termos da média dos stocks, ao final do dia, no mês da data de teste. O stock da base monetária será monitorizado e reportado pelo BM.

### **E. Reservas internacionais líquidas**

9. As reservas internacionais líquidas (RIL) do BM são definidas como os activos de reserva menos os passivos de reserva. Os activos de reserva do BM incluem: a) ouro monetário; b) haveres em DSE; c) posição de reserva no FMI; d) haveres em divisas e e) activos sobre não residentes, como depósitos no estrangeiro (exclui as contas de poupança do governo central relativas às concessões para a extracção de recursos minerais). Os activos de reserva excluem os activos dados em garantia ou penhorados, os quais compreendem, entre outros, os activos utilizados como garantia de obrigações externas de terceiros (activos não prontamente disponíveis). Os passivos de reserva do BM incluem: a) todos os passivos de curto prazo em moeda estrangeira com não residentes com vencimento original de até um ano e b) todas as obrigações com o FMI.

### **F. Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central, pelo BM ou por empresas públicas seleccionadas com vencimento superior a um ano**

10. O limite máximo (tecto) da dívida externa não concessional aplica-se à dívida externa contraída ou garantida pelo governo central, o BM, o Fundo Rodoviário, o Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água (FIPAG), a Electricidade de Moçambique (EDM) e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), ou por empresas e órgãos nas quais as entidades acima referidas detêm participação maioritária. Aplica-se também à dívida contraída por estas quatro entidades do sector público junto a bancos nacionais ou outras empresas públicas que esteja contratualmente inter-relacionada com empréstimos externos não concessionais.

11. O tecto aplica-se à dívida externa com vencimento original de um ano ou mais e elemento de concessionalidade inferior a 35%. O elemento de concessionalidade é calculado utilizando taxas



de desconto específicas ao país, com base nas taxas de juros comerciais de referência da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), de acordo com a lei anual do orçamento.

12. O termo “dívida” terá o sentido especificado no Ponto 9 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa, adoptadas em 3 de Agosto de 1979 e posteriormente modificadas em 31 de Agosto de 2009, que vigora desde 1 de Dezembro de 2009. O conceito de dívida externa é definido com base no país de residência do credor. Este critério de avaliação é definido cumulativamente a partir do início do programa e será monitorizado continuamente.

### **G. Stock da dívida externa de curto prazo contraída ou garantida pelo governo central**

13. O governo central não contrairá ou garantirá dívida externa com vencimento original inferior a um ano. Este critério de avaliação aplica-se à dívida conforme definida no Ponto 9 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa, adoptadas em 3 de Agosto de 1979 e posteriormente modificadas em 31 de Agosto de 2009, que vigora desde 1 de Dezembro de 2009. O conceito de dívida externa é definido com base no país de residência do credor. Excluem-se deste critério de avaliação os créditos comerciais de curto prazo ligados às importações. Este critério de avaliação será monitorizado continuamente.

### **H. Atrasados de pagamentos externos do governo central**

14. O Governo compromete-se a não incorrer em atrasados de pagamentos sobre a dívida externa contraída ou garantida pelo governo central, com excepção dos pagamentos externos em atraso decorrentes da dívida do governo central que está em processo de renegociação com os credores. Este critério de avaliação será monitorizado continuamente.

### **I. Assistência financeira externa ao programa**

15. Define-se a assistência financeira externa ao programa como os donativos e os empréstimos recebidos pelo Ministério das Finanças através das contas do BM, excluídos os relacionados a projectos (Tabela 1).

### **J. Pagamentos efectivos do serviço da dívida externa**

16. Definem-se os pagamentos efectivos do serviço da dívida externa como os pagamentos em numerário de obrigações do serviço da dívida externa do governo central e do banco central, inclusivamente as obrigações com os credores do Clube de Paris e outros credores bilaterais que foram reescaladas nas condições vigentes no ponto de conclusão da Iniciativa HIPC reforçada e as obrigações com os credores multilaterais e credores privados, mas excluídas as obrigações com o FMI (Tabela 1).

## Factores de Ajuste

### A. Reservas internacionais líquidas

17. As metas quantitativas (pisos) para as reservas internacionais líquidas (RIL) serão ajustadas:
- para baixo pelo montante da insuficiência da ajuda externa ao programa, menos os pagamentos do serviço da dívida (até ao máximo de USD 100 milhões), em comparação com o cenário de base do programa (Tabela 1);
  - para baixo/cima para acompanhar quaisquer revisões nos números do final do ano fiscal correspondentes ao ano transacto, e
  - para baixo para acomodar a elevação das despesas públicas com financiamento externo para fazer face a calamidades naturais, até ao montante de USD 20 milhões.

#### a. Crédito líquido ao governo central

18. As metas quantitativas (tectos) para o crédito líquido ao governo central (CLG) serão ajustadas:
- para cima pelo montante em Meticais da insuficiência da ajuda externa ao programa, menos os pagamentos do serviço da dívida (até ao equivalente em meticais do montante de USD 100 milhões, às taxas de câmbio em vigor nas respectivas datas de teste), em comparação ao cenário de base do programa (Tabela 1);
  - para baixo pelo montante das receitas de privatização acima do previsto no programa, salvo se estas receitas forem depositadas nas contas de poupança do Governo no estrangeiro;
  - para baixo (cima) em função de qualquer aumento (diminuição) no financiamento interno proveniente do sector privado não financeiro, e
  - para cima para acomodar a elevação da despesa pública com financiamento interno para fazer face a calamidades naturais, até ao equivalente em meticais do montante de USD 20 milhões, às taxas de câmbio em vigor nas respectivas datas de teste.

#### b. Base monetária

19. O tecto para a base monetária para cada data de teste será ajustado para baixo/para cima de modo a reflectir acréscimos/decréscimos na reserva legal obrigatória sobre os passivos nos bancos comerciais. O factor de ajuste será calculado como a alteração no coeficiente da reserva obrigatória multiplicado pelo montante dos passivos dos bancos comerciais sujeitos a esta reserva, considerado ao final do período de manutenção da reserva obrigatória anterior à alteração do regulamento.

### Deveres de Informação

20. O Governo fornecerá as seguintes informações aos técnicos do FMI:
- dados mensais e trimestrais necessários para monitorizar a implementação do programa em relação às metas quantitativas e à evolução económica mais ampla;

- actualização semanal dos dados diários descritos na Tabela 1;
- dados semanais descritos na Tabela 4 do MTE datado de 26 de Maio de 2005;
- actualizações mensais do fluxo de caixa em divisas do BM;
- dados mensais sobre a receita pública (com nível de desagregação compatível com o mapa fiscal) com um desfasamento não superior a um mês;
- dados mensais sobre os pedidos verificados de reembolso do IVA.
- informações mensais sobre o saldo das contas de poupança do Governo no estrangeiro;
- dados mensais sobre os atrasados de pagamentos internos;
- dados mensais sobre os atrasados de pagamentos externos;
- relatórios mensais de execução orçamental (que também serão publicados) com um desfasamento não superior a 45 dias;
- o mapa fiscal, com um desfasamento não superior a 60 dias;
- dados mensais da síntese monetária com um desfasamento não superior a 30 dias;
- dados mensais sobre as reservas internacionais brutas, com a composição nas moedas originais e o equivalente em dólares norte-americanos, às taxas de câmbio efectivas;
- dados trimestrais da balança de pagamentos com um desfasamento não superior a 65 dias;
- os desembolsos mensais da linha de crédito não concessional do governo português, com um desfasamento não superior a 30 dias.

21. A síntese monetária disponibilizada pelo BM identificará claramente os depósitos referentes a projectos financiados por doadores (com a desagregação em moeda nacional e moeda estrangeira) incluídos na rubrica “crédito líquido ao governo” dos balanços patrimoniais do banco central e dos bancos comerciais.

22. O Governo fornecerá aos técnicos do FMI a documentação sobre acordos de financiamento externo tão logo estes sejam assinados e entrem em vigor.

**Tabela 1 do MTE. Moçambique: Assistência Externa Líquida, 2012-13**

	2012				2013			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
	Efect.	Efect.	Efect.	Efect.	Prel.	Proj.	Proj.	Proj.
Assistência externa líquida ao programa (milhões de USD)	91	114	128	-5	-5	230	102	45
Assistência externa bruta ao programa	118	141	155	21	37	271	144	86
Donativos para programas	118	32	125	21	37	191	34	36
Empréstimos para programas	0	109	30	0	0	80	110	50
Serviço da dívida externa	27	27	27	27	41	41	41	41
Assistência externa líquida acumulada ao programa, em USD	91	205	334	328	-5	225	328	373
Assistência externa bruta ao programa	118	259	414	435	37	307	451	537
Serviço da dívida externa	27	53	80	107	41	82	124	165
Assistência externa líquida ao programa (milhões de MT)	2.578	3.274	3.767	-64	-59	6.848	3.169	1.366
Assistência externa bruta ao programa	3.221	3.946	4.432	627	1.105	8.274	4.472	2.737
Donativos para programas	3.221	900	3.569	627	1.105	5.823	1.047	1.150
Empréstimos para programas	0	3.046	863	0	0	2.451	3.426	1.587
Serviço da dívida externa	643	672	666	691	1.164	1.426	1.303	1.371
Assistência ext. líq. acumulada ao progr., em milhões de MT	2.578	5.852	9.619	9.555	-59	6.789	9.959	11.324
Assistência externa bruta ao programa	3.221	7.167	11.599	12.225	1.105	9.379	13.851	16.588
Serviço da dívida externa	643	1.314	1.980	2.670	1.164	2.590	3.893	5.264

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

## APÊNDICE II. MOÇAMBIQUE: O IMPACTO DOS MEGA PROJECTOS SOBRE O CRESCIMENTO E A RECEITA FISCAL

*Juntamente com a agricultura, os “mega projectos” têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento pós-guerra da economia moçambicana. Com o início das operações de extracção de carvão em Tete no ano de 2011 e a iminente expansão da produção de gás natural, têm potencial para transformar radicalmente a estrutura da economia do país no espaço de uma década. Estimativas preliminares sugerem que a produção de carvão e gás natural poderá dinamizar o crescimento em 2 pontos percentuais (p.p.) ao ano em 2013-23. Embora as receitas fiscais dos mega projectos devam manter-se moderadas no médio prazo, estas poderão atingir um quarto das receitas fiscais totais no longo prazo, na sua maioria do sector de gás natural.*

### Panorama dos Mega Projectos

- 1. Desde Cahora Bassa e Mozal, os mega projectos têm prestado uma importante contribuição para o sucesso económico de Moçambique nas últimas duas décadas.** Mega projectos são grandes operações isoladas, geralmente de capital estrangeiro e intensivas em capital, que dependem da extracção de recursos e/ou de bens intermédios importados e que exportam a quase totalidade da sua produção. Há actualmente seis mega projectos a operar em Moçambique (Tabela 1 e Figura 1): i) a central hidroeléctrica de Cahora Bassa; ii) a fundição de alumínio Mozal; iii) a extracção de gás natural em terra da Sasol; iv) o projecto de areias pesadas da Kenmare; v) a mina de carvão da Vale; e vi) a mina de carvão da Rio Tinto. No momento, há vários novos mega projectos potenciais em fase de exploração ou desenvolvimento, tais como: i) a exploração marítima de petróleo e gás pela Anadarko, ENI, Statoil e Petronas; ii) a barragem hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa, 60 km a jusante de Cahora Bassa e o eixo principal da rede de transmissão para a África do Sul, países vizinhos e distribuição interna; iii) a exploração de carvão da JSPL e da Beacon Hill; e iv) a exploração de areias pesadas no sul de Moçambique.
- 2. A maioria dos mega projectos actuais e planeados enquadram-se na indústria extractiva.** Moçambique é rico em vários recursos minerais e extrai gás natural e areias pesadas desde meados dos anos 2000. Todavia, foi a descoberta de grandes jazidas de carvão em Tete, região centro-oeste do país, e a recente descoberta de enormes campos marítimos de gás na Bacia de Rovuma, a sul da fronteira com a Tanzânia, que levou Moçambique para a cena mundial da produção de minerais e hidrocarbonetos e que tem potencial para transformar radicalmente a estrutura da economia do país. Há mais de 32 mil milhões de toneladas de jazidas de carvão confirmadas em Moçambique; a exploração integral desses recursos pode tornar o país num dos maiores exportadores mundiais de carvão.<sup>9</sup> As reservas de gás confirmadas na Bacia de Rovuma ascendem actualmente a 130 biliões de pés cúbicos (comparável à Noruega) e são esperadas mais descobertas com valor comercial substancial num futuro próximo. Portanto, Moçambique pode tornar-se um importante exportador de gás natural no médio prazo.

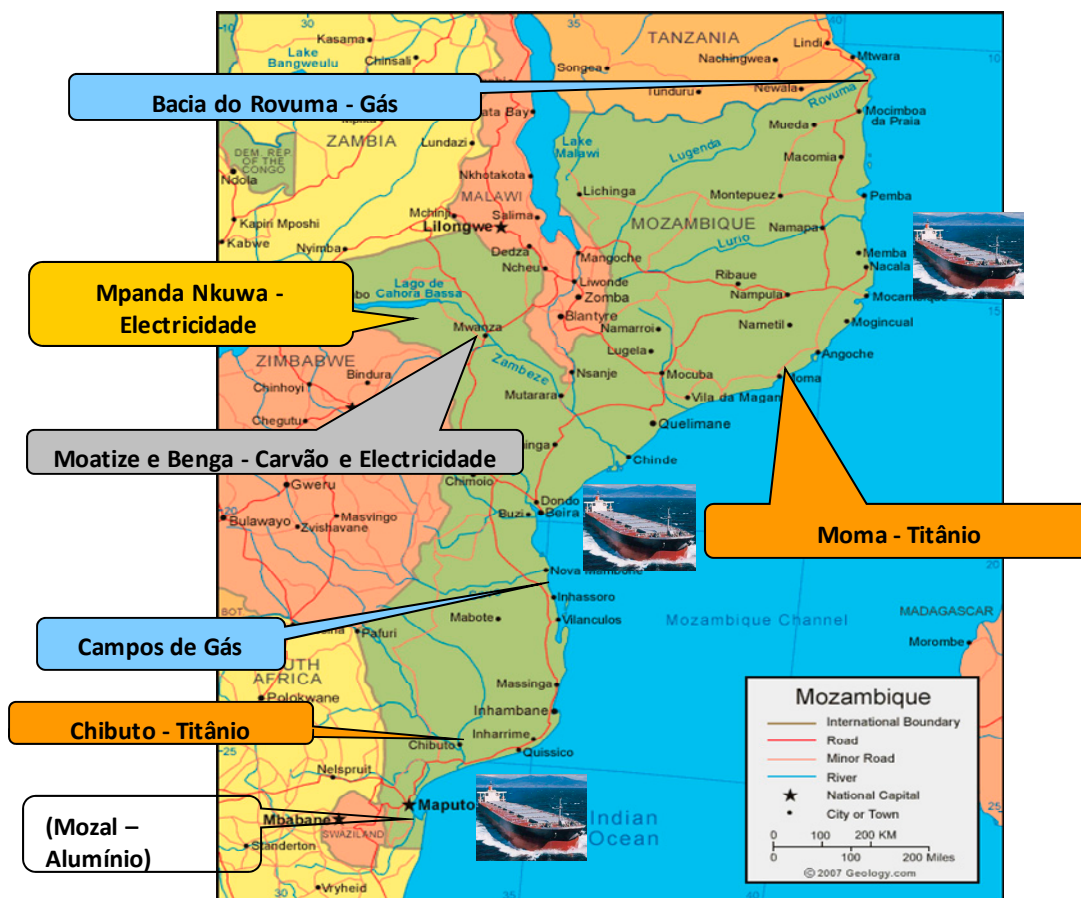
<sup>9</sup> A produção mundial de carvão foi de 7,7 mil milhões em 2011, da qual a China consumiu cerca de metade.

**Tabela 3.1: Moçambique: Lista de Mega projectos**

Nome da Empresa	Sector	Localização (cidade, província)	Capacidade/ reservas	Construção	Produção
<b>Projectos actuais e ampliações em estudo</b>					
1 Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) HCB HCB_North	geração de electricidade	Cahora Bassa, Tete	2.075 MW 1.240 MW	1995-97	1998
2 Mozal Mozal I Mozal II Mozal III	fundição de alumínio	Parque Industrial Beluluale, Maputo	245 mil toneladas 245 mil toneladas	1998-2000 2001-2003	2000 2003
3 Sasol	gás natural	Campos de gás de Pande e Temane, Inhambane	154 GJ	2002-2004	2004
expansão de 50%			183 GJ	2011	Arranque até 2016
4 Kenmare expansão de 50%	areias pesadas	Moma, Nampula	600 mil toneladas 300 mil toneladas	2004 2011-2012	2007 2013
5 Vale (CVRD)	carvão	Mina de Moatize, Tete	25 milhões de toneladas por ano	2007-2011	2011
6 Rio Tinto	carvão	Mina de Benga, Tete	45 milhões de toneladas por ano	Aquisição em 2011	2012
7 JSPL	carvão	Distrito de Changara, Tete	10 milhões de toneladas		Arranque 2012-2016
8 Beacon Hill	carvão	Moatize, Tete	87 milhões de toneladas em reservas	Aquisição em 2010	2013
<b>Em estudo</b>					
1 Mphanda Nkuwa	electricidade	Rio Zambeze, Tete	1500 MW	2014-18	2018
2 Anadarko (US)	gás natural	Bacia de Rowuma	10 milhões de toneladas por ano	2014-19	2020
3 ENI (Italy)	gás natural	Bacia de Rowuma	10 milhões de toneladas por ano	2014-19	2020
4 Statoil (Noruega)	gás natural	Bacia de Rowuma			
5 Petronas (Malásia)	gás natural	Bacia de Rowuma			
6 Minas de Revuboe	Carvão	Revuboe, Tete	5 milhões de toneladas por ano	2013-2015	2016
7 Ncondezi (usina mineira e central eléctrica integradas)	Carvão e energia térmica	Tete	1,2 milhões de toneladas por ano / 300 MW	2015	2016 (mina), 2017
8 Baobab Resources	Minério de ferro	Jaziga Tenge/Ruoni, Tete	725 milhões de toneladas		
9 ENRC					
Logística transporte Minas de carvão	Via férrea carvão	Tete	40 milhões de toneladas	2014-2015	2016
		Tete	20 milhões de toneladas por ano	2014-2015	2016
10 Corridor Sands	areias pesadas	Chibuto, província de Gaza			

Fonte: Autoridades moçambicanas e operadores dos projectos.

Figura 3.1: Moçambique: Mega projectos



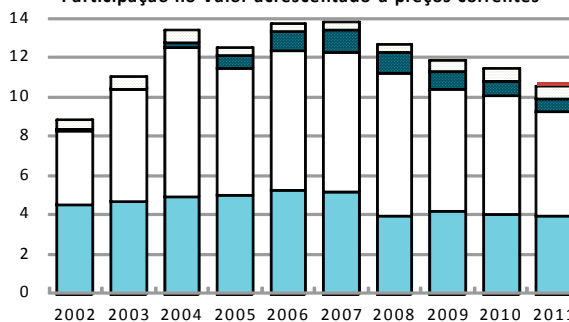
Fonte: Banco Mundial (2013).

3. **Historicamente, nos anos em que um determinado mega projecto iniciou a sua produção, houve um impulso de 2 a 4 p.p. no crescimento económico,**<sup>10</sup> o que inclui o período 1998-99 (relançamento da geração de energia em Cahora Bassa) e 2001-03 (lançamento da Mozal). Depois da Sasol em Março de 2004, não foi inaugurado nenhum mega projecto até 2011 e a participação dos mega projectos no valor acrescentado manteve-se relativamente estável (Figura 3.2).

4. **A contribuição dos mega projectos para as receitas fiscais foi baixa no passado.** O regime de tributação dos mega projectos e das indústrias extractivas foi evoluindo ao longo do tempo.

Figura 3.2 Mega Projectos

Participação no valor acrescentado a preços correntes



■ Cahora-Bassa (electricidade)  
 ■ Mozal (alumínio)  
 ■ Sasol (gás natural)  
 □ Outros, mineração e extração  
 ■ Vale e Rio Tinto (carvão)

Contribuição para o PIB nominal, 2002-2011

<sup>10</sup> Ver Relatório do FMI n.º 11/350, Apêndice II: “O Impacto dos Mega projectos no Crescimento em Moçambique”, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2011/cr11350.pdf>.

O principal motivo das autoridades para lançar os primeiros mega projectos foi consolidar Moçambique como um destino atraente do investimento estrangeiro após uma longa guerra civil e, portanto, as condições fiscais desses contratos eram muito favoráveis às empresas estrangeiras. Em média, os mega projectos contribuíram com menos de 0,5% do total das receitas fiscais em 2007-11. As condições tributárias aproximaram-se das normas internacionais com a revisão da legislação fiscal de minas e petróleo em 2007 e foram aplicadas aos contratos celebrados desde então. O governo também planeia renegociar o tratamento tributário dos mega projectos mais antigos no vencimento dos prazos iniciais (normalmente após 20 anos). Neste momento, o tratamento tributário dos sectores de minas e hidrocarbonetos está a ser revisto, com a assistência técnica do FMI e não só, para o adaptar às actuais normas internacionais.

## Principais Mega Projectos em Curso: Carvão e Gás Natural

**5. No futuro, os mega projectos em dois sectores emergentes de recursos naturais, carvão e gás natural, deverão contribuir significativamente para o crescimento económico, as exportações e a receita fiscal.** As operações de extracção de carvão na Província de Tete são lideradas por duas grandes operadoras, Vale e Rio Tinto. Esta produção atingiu 5 milhões de toneladas em 2012, limitada sobretudo pela capacidade ferroviária e portuária. Reservas de gás natural abundantes e de alta qualidade foram descobertas no mar, na bacia de Rovuma. Os operadores de gás natural (Anadarko e ENI) planeiam iniciar a construção de instalações de extracção, produção e transporte de GNL em 2014 e exportá-lo até 2020.

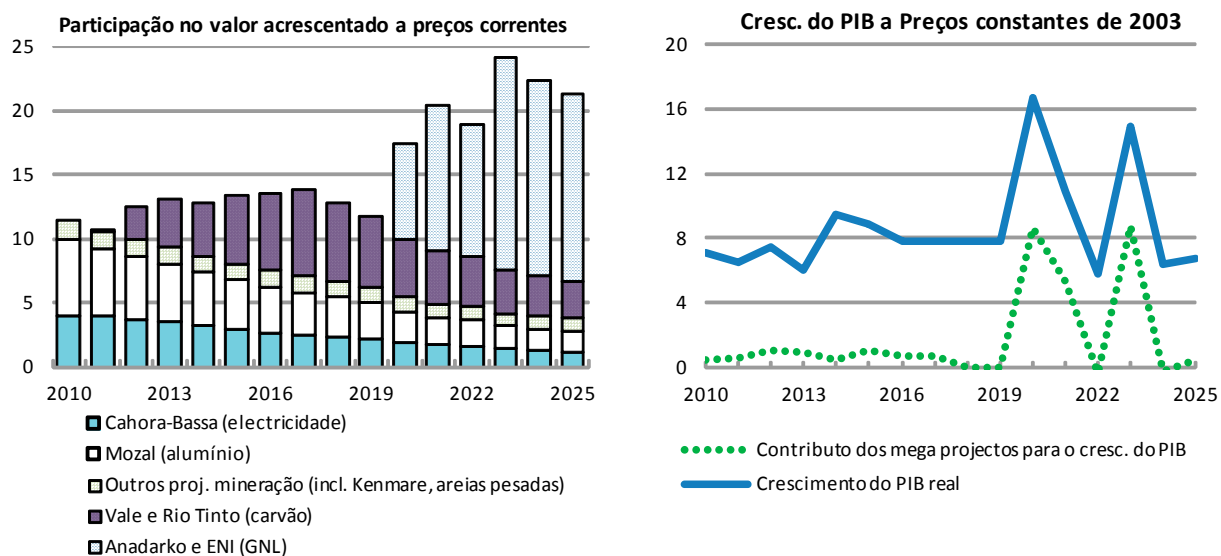
**6. O corpo técnico estimou o impacto do sector de GNL no PIB e na receita fiscal com base no modelo Análise Fiscal das Indústrias Extractivas (FARI).** O modelo FARI é um modelo projecto-a-projecto, inicialmente desenvolvido pelo Departamento de Finanças Públicas do FMI, que permite a criação, modelação e comparação pormenorizadas de regimes fiscais ao longo de todo o ciclo de vida de projectos petrolíferos ou de mineração. O resultado do modelo depende de uma série de pressupostos sobre produção, investimento, estrutura de custos, preços e regime fiscal. Os resultados aqui apresentados são muito preliminares, mas reflectem a melhor estimativa do corpo técnico com base na mais recente informação disponibilizada pelas autoridades e empresas de carvão e gás.

- **Carvão:** actualmente exportado através da linha do Sena (cerca de 500 km), a única via férrea que liga as minas de carvão a um porto (Beira). Com a actual reabilitação desta linha, prevê-se que a produção atinja 9 milhões de toneladas até 2014 (das quais 6 milhões são de carvão de coque). A construção/reabilitação de uma segunda via férrea pela Vale, através do Malawi, ligada a um novo porto de águas profundas em Nacala (800 km) está prevista para entrar em operação em 2015, permitindo o aumento da produção e das exportações de carvão. A produção projectada é de 22 milhões de toneladas ao ano a partir de 2017. Existem planos provisórios para uma nova via férrea, sentido sul, e um novo porto de águas profundas perto de Quelimane, que aumentariam ainda mais os volumes de exportação, mas que não estão projectados neste documento.

**Gás natural:** a construção de uma planta de GNL, formada por quatro terminais de produção de GNL deverá começar em 2014. Cada terminal tem capacidade para produzir 5 milhões de toneladas de GNL ao ano. A produção de GNL começaria gradualmente, entre 2020 e 2023; o primeiro terminal deverá começar a funcionar até ao final de 2019, o segundo até ao final de 2020 e os últimos dois até ao final de 2022. O custo projectado total de cerca de USD 40 mil milhões (2,7 vezes o PIB de 2012) inclui todos os investimentos *upstream* (exploração de gás natural, perfuração e gasodutos) e *midstream* (planta de GNL). Este documento não inclui eventuais projectos *downstream* (distribuição interna).



**Figura 3.3: Moçambique: Contribuição Projectada dos Mega projectos para o Valor Acrescentado, 2010-2023**



Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

**7. O valor acrescentado projectado da produção de carvão e GNL superará amplamente o dos actuais mega projectos no decorrer da próxima década.** A proporção de valor acrescentado dos sectores de carvão e GNL deverá ser cerca de 20% do PIB até 2023, enquanto a proporção dos actuais mega projectos cairá para menos de 5% (Figura 3.3, painel da esquerda). As contribuições do carvão e do gás para o crescimento do PIB serão em média de 2 p.p. ao ano entre 2013 e 2023. O crescimento do PIB chegará a dois dígitos nos anos em que alguns dos terminais de GNL entrarem em operação (Figura 3.3, painel da direita). O modelo FARI inclui apenas os projectos planeados pelo governo e pelas empresas.<sup>11</sup> As actuais estimativas sugerem que tanto as reservas de carvão como as de gás podem absorver uma capacidade de produção acima da actualmente planeada.

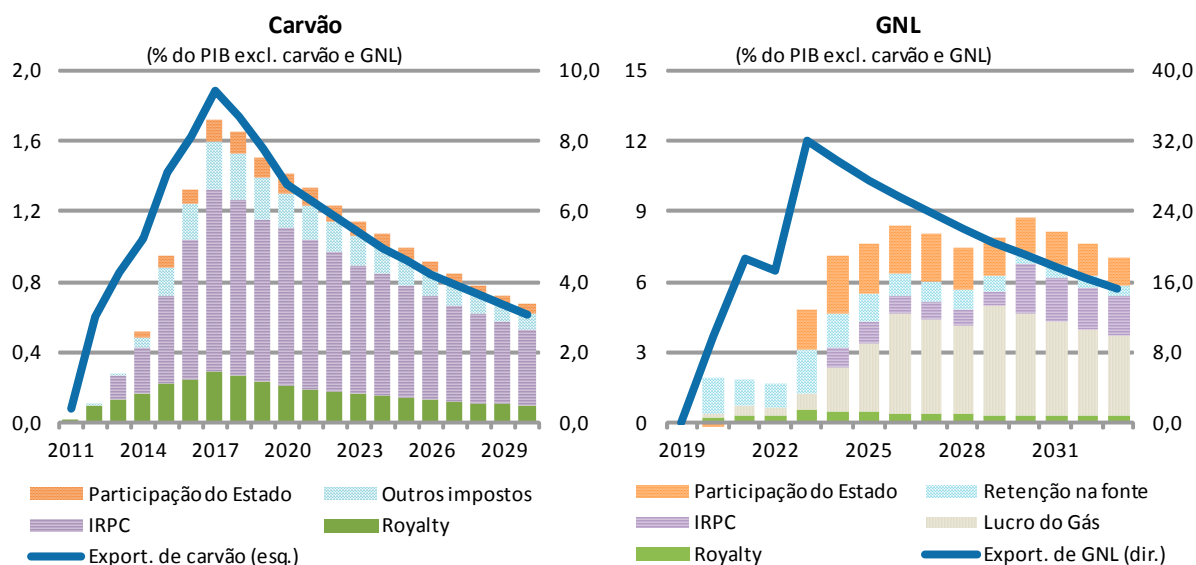
**8. Para além disso, investimentos nos sectores de carvão e GNL impulsionarão o crescimento a médio prazo.** O sector de carvão investirá mais de USD 3 mil milhões em portos e caminhos de ferro nos próximos cinco anos. Até à data, a maior parte dos investimentos em gás é destinada às actividades de exploração, com conteúdo nacional muito limitado. O valor acrescentado nacional aumentará durante a fase de construção da planta de GNL, empregando trabalhadores da construção e utilizando materiais e serviços de construção nacionais. As contribuições exactas destes investimentos para o crescimento são difíceis de projectar e assume-se que façam parte da projecção de rápido crescimento do PIB, de 8% a cada ano.

**9. A receita pública do carvão e gás deverá ser reduzida no médio prazo** (Figura 3.4). As receitas do sector de carvão aumentarão proporcionalmente ao aumento das exportações do produto.

<sup>11</sup> Por lei, o governo celebra Parcerias Público-Privadas com operadores privados no sector de recursos naturais, em que o Estado detém uma participação de 10% a 15%.

Cerca da metade da receita corresponderá ao IRPC; o restante é em sua maioria *royalties* e outros impostos. A receita total do carvão não ultrapassará os 2% do PIB. O sector de GNL não gerará nenhuma receita fiscal antes de entrar em produção em 2020, para além de possíveis impostos sobre mais-valias extraordinárias obtidas na venda de participações entre investidores.

**Figura 3.4: Moçambique: Contribuição do Carvão e do GNL para a Receita Fiscal**



Fontes: Autoridades moçambicanas, empresas de carvão e de gás e estimativas do corpo técnico do FMI.

**10. Prevê-se que a receita de recursos naturais se torne uma importante fonte de receita pública dentro de uma década.** O grosso da receita será gerado pelo sector de GNL. Apesar de se prever que a produção de GNL atingirá plena capacidade em 2023, a receita fiscal aumentará gradualmente ao longo da década de 2020. Isto deve-se ao facto de: i) as empresas de gás pagarem menos IRPC nos primeiros 8-10 anos de produção, e ii) a participação do Estado no lucro do gás aumentar apenas gradualmente devido a cláusulas de recuperação dos custos. Prevê-se que a receita combinada do carvão e do GNL atinja 9% do PIB excluindo o carvão e o GNL em 2030, ou cerca de um quarto de toda a receita pública.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Isto pressupõe que a receita pública será de cerca de 27% do PIB excluindo o carvão e o GNL em 2026, ligeiramente acima do rácio receita fiscal/PIB em 2012 (25%).

## APÊNDICE III. MOÇAMBIQUE: EQUILÍBRIO EXTERNO E AVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DAS RESERVAS<sup>1</sup>

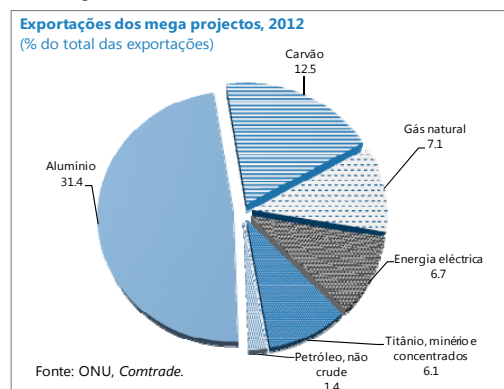
### Evolução Comercial e Cambial

#### 1. A balança comercial e a conta corrente de Moçambique sofreram importantes alterações com o início das exportações de carvão em 2011 e a exploração do gás natural.

Os mega projectos respondem por cerca de 2/3 das exportações, apesar das exportações tradicionais, em especial das novas grandes explorações agrícolas, terem dobrado entre 2010 e 2012. Em decorrência do facto dos mega projectos mais antigos terem atingido a sua fase de produção, eles representavam apenas 25% das importações em 2010. Todavia, com o início de novos grandes investimentos, as importações de mega projectos representaram mais de um 1/3 do total em 2012 e contribuíram para um forte aumento da importação de serviços (sobretudo para a exploração *off-shore*) desde 2010. Em consequência, o défice da conta corrente aumentou de 12% para 36% do PIB entre 2010 e 2012.

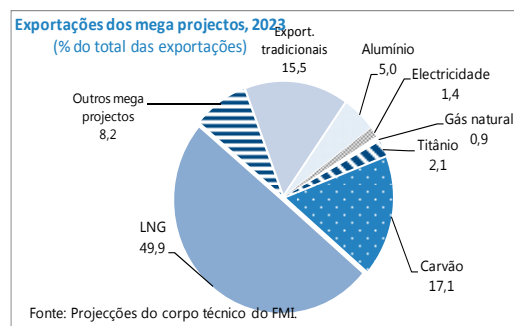
#### 2. As exportações são dominadas por mega projectos (que representam mais de 60% do total de exportações) e continuarão a sê-lo num futuro previsível. Actualmente, as

exportações de alumínio e carvão constituem a maioria das exportações dos mega projectos. A operação de fundição de alumínio em Moçambique atingiu a fase de maturidade e opera a plena capacidade; não se espera, portanto, que o volume das exportações de alumínio aumente, a não ser em caso de investimento adicional na operação. As exportações de carvão deverão aumentar à medida que se expande a capacidade de transporte terrestre e marítimo. As exportações de electricidade deverão aumentar com o maior aproveitamento do potencial hidroeléctrico.



#### 3. A partir de 2020, as exportações de gás natural liquefeito (GNL) alterarão a composição do comércio e da economia.

Quando a produção de GNL atingir plena capacidade (projectada para 2023), as exportações deverão ascender a quase 30% do PIB e 50% das exportações totais. Moçambique tornar-se-ia um dos cinco maiores exportadores mundiais de GNL.

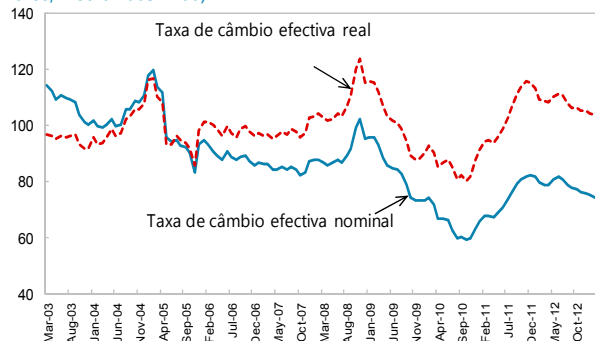


<sup>1</sup> Preparado por Perry Perone (SPR) e Yi Xiong (AFR) com o apoio de Naly Carvalho (AFR) na investigação.

**4. As importações aumentaram a ritmo acelerado recentemente devido aos novos investimentos em mega projectos.** As importações de serviços quase duplicaram em 2012 com o crescimento dos custos de exploração do GNL. As importações de bens também aumentaram 15% em 2012, impulsionadas pelas empresas de extracção de carvão.

**5. A taxa de câmbio efectiva real (TCER) apresentou algumas oscilações nos últimos anos.** A TCER atingiu um pico no início de 2009, tendo desvalorizado no final de 2010 em virtude do Banco de Moçambique ter relaxado a política monetária em resposta à crise financeira mundial. Em 2011 houve uma recuperação devido ao aperto da política monetária pelas autoridades, desvalorizando ligeiramente em 2012 e no início de 2013, após o relaxamento monetário. Desde 2011 a TCER ficou acima do nível médio dos anos anteriores, o que provavelmente está relacionado com o início das exportações de carvão em 2011 e pode, portanto, sinalizar maior valorização no futuro.

**Taxas de câmbio efectivas nominal e real**  
(Índice, média 2005=100)



**6. Bom desempenho das exportações tradicionais.** Entre 2006 e 2012, as exportações tradicionais cresceram, em média, quase 19% ao ano, puxadas pelas exportações de açúcar, tabaco e madeira. Mais impressionante ainda, cresceram em média 40% ao ano desde 2010, com a desvalorização da TCER. As exportações tradicionais deverão continuar fortes com o aumento da produção e da produtividade em virtude dos investimentos contínuos na agricultura e em infra-estruturas, além de melhorias no ambiente de negócios.

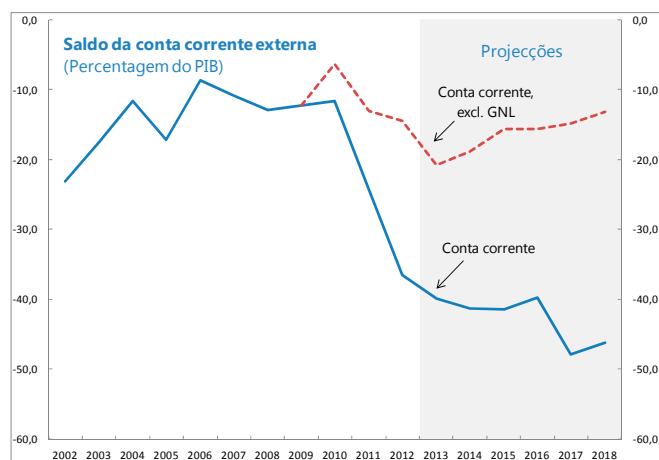


## Avaliação Cambial

**7. Os cálculos padrão do CGER (Grupo Consultivo sobre Taxas de Câmbio) não fornecem uma visão precisa da avaliação do metical.** As avaliações tanto do equilíbrio macro como da estabilidade externa mostram uma ampla sobrevalorização, visto que obtêm a norma de conta corrente com base na derivação econométrica de parâmetros baseados em valores históricos. Contudo, conforme observado acima, o défice da conta corrente mais do que triplicou recentemente devido às importações de bens e serviços relacionadas à exploração de grandes reservas de gás natural, recentemente descobertas. Portanto, a metodologia CGER padrão precisa de ser ajustada à realidade moçambicana.

**8. É importante considerar o domínio dos mega projectos (em especial, gás natural) na avaliação cambial. As exportações dos mega projectos são praticamente inelásticas a**

movimentos na taxa de câmbio. Além disso, a dimensão das operações no sector de gás provocará mudanças drásticas no saldo da conta corrente. Actualmente, as operações de gás estão em fase de exploração e, dentro em breve, iniciarão a construção de plantas de liquefacção (terminais) que produzirão gás natural liquefeito (GNL) para exportação. Estas fases geram e gerarão grandes importações de bens e serviços e grandes défices da conta



corrente, financiados até recentemente por IDE e, no futuro, cada vez mais por dívida privada. Assim que os terminais forem concluídos e as exportações iniciadas, haverá uma queda dessas importações e as exportações crescerão vertiginosamente, gerando uma redução drástica no défice da conta corrente.

**9. A aplicação da metodologia do CGER excluindo o GNL da conta corrente produz resultados heterogêneos, mas sugere que a TCER está relativamente próxima da taxa de equilíbrio.** O desvio em relação à conta corrente excl. o GNL é de cerca de 2 a 5 p.p. do PIB no

médio prazo (nos cálculos do macro equilíbrio e da sustentabilidade externa, respectivamente).<sup>2</sup> O ajustamento cambial necessário para que a conta corrente atinja o seu nível normal calculado depende da elasticidade da balança comercial a variações cambiais. Para este cálculo, foi usada a elasticidade da

Moçambique: Desalinhamento cambial (excl. GNL)

Método	2018
Equilíbrio macro	-3,2
Taxa de câmbio real de equilíbrio	-7,9
Sustentabilidade externa	10,1
Paridade do poder de compra	1,7
Média	<b>0,2</b>

balança comercial obtida em Tokarik (2010) para Moçambique, sob o pressuposto de país pequeno, em vez da elasticidade padrão do CGER.<sup>3</sup> Isto indica uma desvalorização cambial necessária da ordem de -3% a -10%. Inversamente, o cálculo da taxa de câmbio de equilíbrio indica uma subvalorização próxima a 8%, devido sobretudo ao aumento da produtividade em Moçambique em relação aos seus parceiros comerciais.

<sup>2</sup> O método de macro equilíbrio sugere uma conta corrente normal de -15% em 2018, em relação à balança corrente excl. o GNL subjacente de cerca de -13%.

<sup>3</sup> Presume que o volume de exportações e importações do país não é capaz de afectar os preços mundiais (IMF Working Paper WP/10/180).

**10. Em suma, o corpo técnico considera que, em linhas gerais, a taxa de câmbio está em consonância com os fundamentos económicos.** É provável que a evolução nos sectores de carvão e gás natural leve a uma valorização da taxa de câmbio de equilíbrio. O facto das exportações tradicionais terem crescido a um ritmo forte aponta para ganhos de produtividade.

## Avaliação da Adequação das Reservas

**11. A cobertura das reservas de Moçambique é razoavelmente comparável a outros países com acordos PSI.** Os países de

baixo rendimento mantêm reservas sobretudo para suavizar o consumo/absorção em caso de choques externos e, em menor grau, como protecção contra a fuga de capitais. No primeiro caso, a medida padrão da adequação é reservas em termos de meses de importações. No segundo caso, a medida padrão é

Comparação da suficiência das reservas nos países PSI					
	2008	2009	2010	2011	2012
Meses de import.					
Média PSI	4,7	5,1	4,3	4,3	4,5
<b>Moçambique</b>	<b>4,4</b>	<b>5,2</b>	<b>4,2</b>	<b>3,7</b>	<b>3,8</b>
% da base monetária					
Média PSI	53,3	51,8	48,9	48,8	46,2
<b>Moçambique</b>	<b>49,7</b>	<b>50,2</b>	<b>52,7</b>	<b>49,1</b>	<b>43,5</b>
% do PIB					
Média PSI	12,9	14,2	14,5	14,0	13,7
<b>Moçambique</b>	<b>16,7</b>	<b>20,2</b>	<b>22,0</b>	<b>19,3</b>	<b>19,5</b>

reservas em termos de massa monetária. Em relação a outros países PSI, a cobertura de reservas de Moçambique está um pouco abaixo da média PSI em termos de meses de importações projectadas de bens e serviços excluindo-se os mega projectos, mas continua perto de 4 meses e é de cerca de 44% da massa monetária, contra a média de 46% dos países PSI. As reservas de Moçambique em termos do PIB (20%) estão acima da média PSI (14%).

**12. Ademais, a cobertura de reservas parecer ser suficiente para suportar um choque externo de um desvio padrão.**

Um choque de um desvio padrão a conta corrente ou as exportações totais em termos de PIB revela que o impacto sobre Moçambique poderia ser entre um e dois meses de importações, o que poderia ser superado considerando-se a actual cobertura de reservas.

Impacto da cobertura das reservas - Moçambique e países PSI					
	Conta corrente/PIB		Exportações/PIB		
	Desvio-padrão	Impacto da cobertura das reservas	Desvio-padrão	Impacto da cobertura das reservas	
	(1990-2012)	(1990-2012)	(1990-2012)	Cobertura efectiva das reservas (2012)	
Rwanda	3,5	1,1	2,9	1,0	5,2
Tanzânia	4,0	1,2	5,6	1,7	4,4
Uganda	3,5	2,9	5,0	4,1	4,2
Moçambique	3,5	0,7	8,2	1,7	3,8

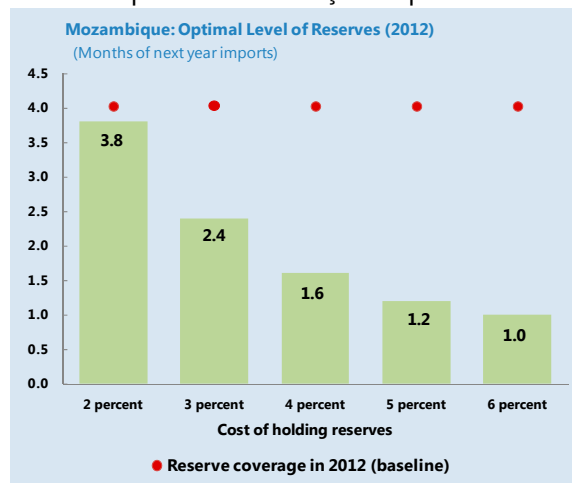
**13. A análise de custo-benefício da adequação das reservas também mostra que as reservas de Moçambique estão perto do ideal.**

Usando um modelo desenvolvido pelo corpo técnico do FMI (Dabla-Norris *et al.* 2011 e SM/11/31), define-se uma crise como uma queda súbita na absorção interna. O nível ideal de reservas é determinado quando os benefícios de se manterem

Variáveis para Moçambique <sup>1</sup>	
Saldo do Governo 2012 (% do PIB)	-4.16
CPIA de 2011	3.68
Crescimento da procura externa, 10.º percentil 2001-12	-2.08
Crescimento dos termos de troca, 10.º percentil 2006-12	-8.80
Varição IDE-PIB, 10.º percentil 2001-12	-2.66
Varição Ajuda-PIB, 10.º percentil 2001-2012	-9.68

<sup>1</sup> Procura externa, 10.º percentil 2001-12; TdT média 2006-12; IDE, 10.º percentil 2001-12. Ajuda 10.º percentil, variação Ajuda-PIB, 2001-12.

reservas para a prevenção e atenuação de crises são avaliados em relação ao custo financeiro líquido das reservas, definido pela perda de oportunidades de investimento medida pela produtividade marginal do capital.<sup>14</sup> Utilizando-se variáveis específicas de Moçambique a valores extremos para simular um choque e pressupondo vários custos de manutenção de reservas, o modelo mostra reservas ideais variando entre 4 meses de importações (quando o custo de manutenção de reservas é relativamente baixo) a cerca de 1 mês de importações (quando o custo de manutenção de reservas é relativamente alto). Dadas as grandes necessidades de investimento em infra-estruturas em Moçambique, é provável que o custo de oportunidade da manutenção de reservas seja relativamente alto. Portanto, a cobertura de reservas projectada no médio prazo de 4 meses de importações de bens e serviços excluindo-se os mega projectos parece ser confortável. A medida relevante de cobertura de reservas em Moçambique é a importação de bens e serviços excluindo-se os mega projectos, porque as importações dos mega projectos são financiadas por IDE e na verdade são auto-financiadas.



## Competitividade Externa

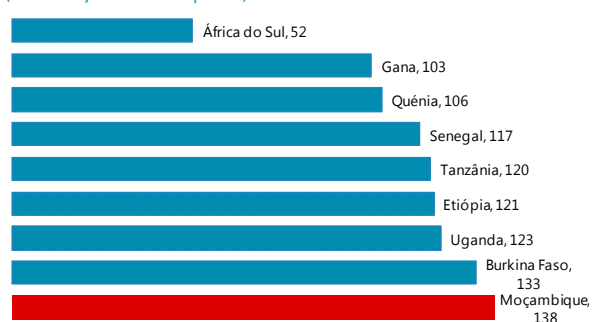
**14. Apesar da taxa de câmbio estar, em linhas gerais, de acordo com os fundamentos económicos, os indicadores da facilidade de fazer negócios em Moçambique sugerem que são necessárias melhorias em áreas não tarifárias.** O país está a ficar para trás na região ou tem avançado pouco em vários indicadores baseados em sondagens, como o Índice de Competitividade Mundial e o *Doing Business* do Banco Mundial. Em 2012 Moçambique ficou em 139.º lugar entre 144 países em termos de competitividade. Também ficou nos últimos lugares na mais recente edição do *Doing Business*, caindo de 139.º em 2012 para 146.º em 2013.

Moçambique: Posição no índice <i>Doing Business</i>			
	2013	2012	Alteração
Classificação geral	146	139	-7
Abertura de empresas	96	82	-14
Obtenção de alvarás para construção	135	135	0
Obtenção de electricidade	174	174	0
Registo de propriedade	155	160	5
Obtenção de crédito	129	127	-2
Protecção dos investidores	49	46	-3
Pagamento de impostos	105	103	-2
Comércio internacional	134	135	1
Cumprimento de contratos	132	132	0
Encerramento de empresas insolventes	147	146	-1

Fonte: Base de dados *Doing Business*.

### Competitividade global, 2012

(Classificação entre 144 países)



<sup>14</sup> Dabla-Norris *et al.* (IMF Working Paper WP/11/249) e "Assessing Reserve Adequacy" (IMF Staff Paper SM/11/31).

**15. Estes resultados sugerem que a melhoria da competitividade externa dependerá da implementação de reformas estruturais.** Várias medidas foram implantadas em 2012 para facilitar os negócios em Moçambique, como a autorização pela Assembleia da República para que o governo crie regras de falência para empresas insolventes e a simplificação das regras e procedimentos de licenciamento de empresas. Contudo, é preciso fazer mais para melhorar a competitividade externa, inclusivamente a melhoria de instituições, infra-estruturas (como sistemas de transporte), a prestação de serviços de saúde e educação e medidas adicionais para melhorar o ambiente de negócios (como a simplificação do processo de abertura de empresas). Moçambique está a beneficiar da assessoria da CFI nesta área.



## APÊNDICE IV. GÁS NATURAL, INVESTIMENTO PÚBLICO E SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA <sup>1</sup>

**1. A evolução na extração de carvão e de gás natural deverá transformar a economia moçambicana nas próximas décadas.** Em particular, em uma década, as receitas públicas do gás natural liquefeito (GNL) poderão ser consideráveis (até 40% das receitas totais). Isto representa uma oportunidade para o investimento público gerador de crescimento, além de um desafio para assegurar a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida.

**2. O corpo técnico aplicou a DIGNAR (*Dívida, Investimento, Crescimento e Recursos Naturais*) à economia moçambicana.** <sup>2</sup> A DIGNAR é uma ferramenta quantitativa (desenvolvida pelo Departamento de Estudos do FMI) para analisar como o aumento do investimento público em países em desenvolvimento com recursos naturais abundantes afecta a sustentabilidade da dívida. A ferramenta baseia-se num modelo macroeconómico dinâmico, que captura a relação crescimento-investimento, para além de ineficiências dos investimentos e limitações à capacidade de absorção encontradas em muitos países de baixo rendimento.

**3.** Dada a incerteza que normalmente existe nos mercados de GNL, foram analisados dois cenários:

- a. um **cenário de base** no qual a produção de GNL é igual à utilizada nas projecções de receita obtidas no modelo FARI (desenvolvido pelo Departamento de Finanças Públicas do FMI) e uma tendência de preços observável em tempos normais. Especificamente, a produção começa em 2020 e atinge um nível de 1.019 milhões de pés cúbicos até 2023. Neste cenário, a receita do GNL atinge o seu pico de 40% das receitas totais.
- b. um **cenário adverso** no qual a produção média de GNL é menor (80% do nível no cenário de base), ocorrem choques de preços do GNL negativos, com dimensões habitualmente observáveis durante crises no mercado de petróleo e gás, bem como um esgotamento precoce das reservas de gás. Neste cenário, a receita do GNL atinge um pico de 20% das receitas totais.

<sup>1</sup> Preparado por Giovanni Melina (RES) e Yi Xiong (AFR).

<sup>2</sup> Para pormenores técnicos do DIGNAR ver Melina G., Yang S. e Zanna F. (2013) "Debt Sustainability, Public Investment and Natural Resources in Developing Countries", *IMF Working Paper* (a publicar), Washington DC: International Monetary Fund. Este marco combina o modelo de análise da sustentabilidade da dívida (Buffie E., Berg A., Pattillo C., Portillo R. e Zanna L.F. (2012) "Public Investment, Growth and Debt Sustainability: Putting Together the Pieces", *IMF Working Paper*, 12/144, Washington DC: International Monetary Fund) e um modelo de recursos naturais (Berg A., Portillo R., Yang S., Zanna L.F. (a publicar) "Public Investment In Resource-Abundant Developing Countries", *IMF Economic Review*).

**4. O investimento público, caso seja correctamente planeado e executado, tem o potencial para aumentar consideravelmente o capital público moçambicano, com impacto positivo na produtividade e, portanto, na produção e no crescimento de outros sectores.**

Saliente-se, todavia, que o investimento público nem sempre se traduz em capital público produtivo.

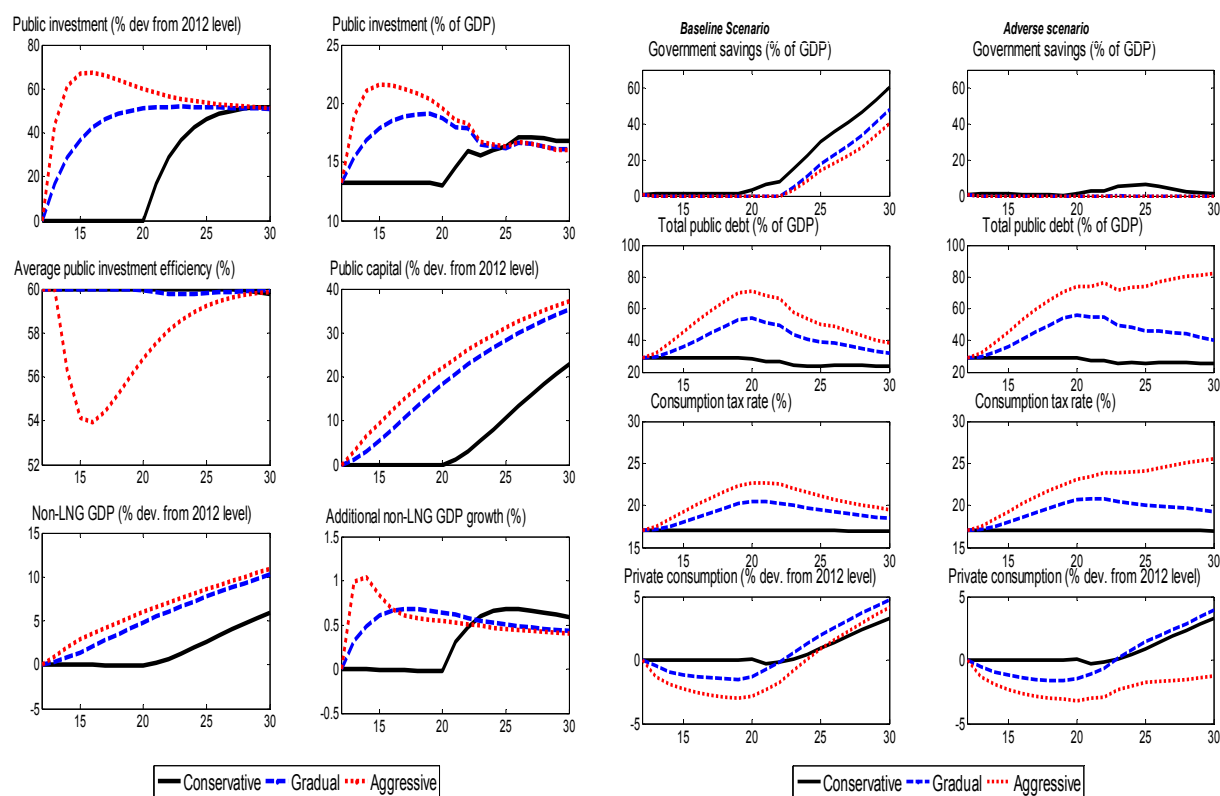
**5. Estudos empíricos sugerem que ineficiências de investimento (falta de planeamento, custos acima do previsto, governação deficiente, corrupção, estrangulamentos no abastecimento, falta de infra-estruturas complementares etc.) são comuns em países em desenvolvimento.** Em média, apenas cerca da metade da despesa em investimento público se traduz em investimento público eficiente (ou seja, investimento que melhora o capital público).

**6. Se o investimento público é intensificado demasiado depressa, é provável que aumente o grau de ineficiência, ou seja, é mais provável que esbarre em limitações à capacidade de absorção.** Existem limites para o nível de investimento público que a economia pode reter. Se o aumento do investimento é feito a um ritmo demasiado rápido, é mais provável que essas limitações se solidifiquem, a eficiência do investimento talvez seja ainda mais reduzida e, portanto, grande parte dessa despesa será desperdiçada.

**7. Foram exploradas três abordagens alternativas para a intensificação do investimento público** (Figura V.1).

- a. **Uma abordagem conservadora aguardaria as receitas do GNL.** A despesa em projectos de investimento geradores de crescimento (ex., até 50% acima do nível de 2012 em termos reais) aumentaria apenas nos anos em que se iniciasse a produção de GNL. A dívida pública não aumenta em termos de percentagem do PIB e cai a mais longo prazo e, portanto, nenhum ajustamento fiscal é necessário. O início da produção de GNL permitiria criar margens de manobra orçamental na forma de poupança pública.
- b. **Numa abordagem gradual, o investimento público é aumentado gradualmente em antecipação à produção de GNL e atinge o seu novo nível no momento em que se iniciar a produção.** Esta abordagem permite antecipar parte da receita de GNL. A dívida pública aumenta gradualmente até ao pico de 50% do PIB em 2019-20, para cair no longo prazo para níveis mais sustentáveis e, portanto, o ajustamento fiscal necessário (ex. em termos de aumento de impostos) é pequeno. A plena produção de GNL permitiria criar margens de manobra orçamental na forma de poupança pública a partir de 2023.
- c. **Uma abordagem agressiva anteciparia todas as receitas futuras de GNL e aumentaria o investimento público radicalmente desde cedo** (até 8 p.p. do PIB). Contudo, devido às limitações à capacidade de absorção, a despesa de investimento mais elevada resulta num aumento do capital público semelhante ao da abordagem gradual. O efeito gerado sobre o crescimento adicional não relacionado ao GNL também é atenuado. Uma abordagem agressiva implica um aumento muito maior da dívida pública, para 70% do PIB em 2019-20, e exigiria um ajustamento fiscal doloroso para assegurar o serviço da dívida acumulada.

**Figura V.1. Moçambique: Efeitos de Diferentes Alternativas de Aumento do Investimento Público, 2013–30**

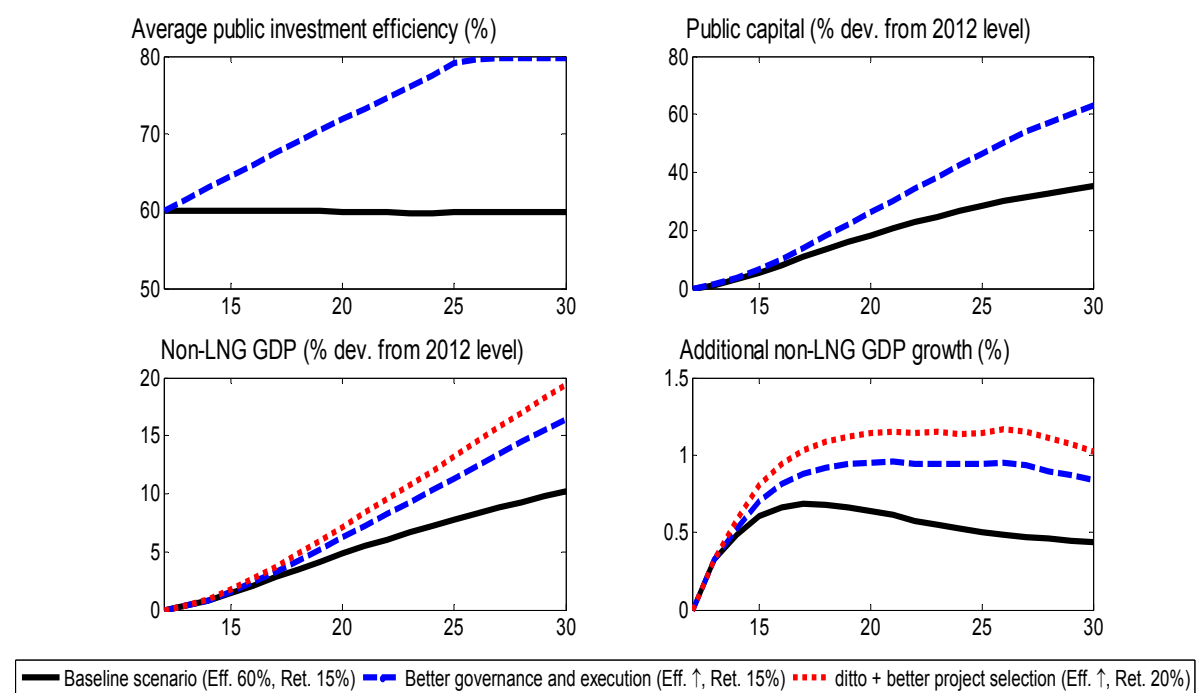


Fonte: Simulações do corpo técnico do FMI.

**8. Num cenário adverso com produção baixa de GNL, preços baixos e esgotamento precoce das reservas de gás, não haveria espaço para criar margens orçamentais significativas.** A dívida pública i) não aumenta na *abordagem conservadora*; ii) na *abordagem gradual* aumenta mais rapidamente do que no cenário de base; iii) sobe em flecha na *abordagem agressiva*, exigindo um ajustamento fiscal doloroso, sem deter a acumulação de dívida. **As simulações presumem que pelo menos metade dos custos recorrentes de infra-estrutura são cobertos pelas taxas pagas pelos utentes. A não cobrança de taxas agrava os risco para a sustentabilidade da dívida.**

**9. Se, com o tempo, houver uma melhoria das instituições, da governação e das práticas de gestão, o investimento público torna-se, em média, mais eficiente e as limitações à capacidade de absorção ficam menos severas.** Se houver uma melhor concepção, selecção e implementação dos projectos de investimento, aumenta o retorno médio real do investimento (Figura V.2), o que aumentará a produtividade de factores de produção privados, com um impacto mais positivo sobre a acumulação de capital, o crescimento e os rendimentos. Por exemplo, um aumento da eficiência média do investimento público de 60% para 80% em dez anos,<sup>3</sup> combinado com uma melhor selecção de projectos, amplia a rentabilidade económica média do investimento de 15% para 20% e gera um aumento de mais de meio p.p. na taxa de crescimento adicional do PIB excl. o GNL no espaço de 15 anos.

<sup>3</sup> Este aumento de eficiência serve apenas de exemplo. Com efeito, alcançar tal melhoria de eficiência em dez anos pode constituir um desafio para um país em desenvolvimento. Em última instância, depende de escolhas políticas e das experiências dentro de cada país.

**Figura V.2. Moçambique: Efeitos das Melhorias na Governação e Selecção de Projectos, 2013–30**

Fonte: Simulações do corpo técnico do FMI.

**10. Em suma, uma intensificação gradual do investimento público, antecipando alguma mas não toda a receita futura de GNL seria adequada, dadas as necessidades de investimento em infra-estruturas de Moçambique e as incertezas em relação à produção/receita de GNL.** Devido a limitações na capacidade de absorção, uma abordagem agressiva provavelmente não traria resultados palpáveis em termos de crescimento e seria uma ameaça à sustentabilidade da dívida.

**11. A boa governação e a selecção e execução criteriosas de projectos são determinantes essenciais do impacto que o investimento público tem sobre o crescimento.** Optimizar a eficácia do investimento é crucial para maximizar os seus efeitos positivos e limitar a acumulação de dívida para financiá-lo.

## APÊNDICE V. IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA POBREZA

*Os avanços de Moçambique na implementação do Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) são, em geral, satisfatórios. Vários indicadores quantitativos essenciais – em especial as taxas de escolarização e de mortalidade materno-infantil – mostram melhorias claras, mas, devido ao âmbito alargado e ao cariz de longo prazo dos desafios, o progresso não foi uniforme.*

**1. A estratégia do PARP prevê induzir padrões de crescimento inclusivo através do aumento da afectação de recursos para o investimento** nos seguintes pilares: i) aumento da produção e da produtividade dos sectores agrícola e da pesca; ii) promoção do emprego; e iii) desenvolvimento humano e social.

**2. O governo emite relatórios anuais sobre o progresso no âmbito do PARP como parte do seu Plano Económico e Social (PES) e de uma revisão conjunta realizada com um grupo central de doadores.**

- O *PES anual* oferece uma exposição de indicadores de progresso pormenorizados. Apesar do relatório de 2013 manter o destaque das melhorias significativas num leque alargado de indicadores sociais, o avanço de diferentes indicadores e entre regiões foi desigual (ver MPEF ¶4). Os maiores avanços foram alcançados nas taxas de escolarização e de mortalidade materno-infantil e os menores no acesso à saúde, à água e ao saneamento. O governo planeia realizar o próximo Inquérito às despesas das famílias em 2014/15, que fornecerá uma perspectiva abrangente das condições sociais. Um inquérito mais frequente, com uma amostra mais pequena, também está a ser preparada para permitir uma monitorização mais frequente dos progressos alcançados.
- *As revisões anuais com doadores/parceiros de desenvolvimento* realizadas em Maio de 2013 concluíram que os avanços no âmbito do PARP foram suficientes para permitir a continuação do apoio de doadores ao orçamento. A revisão destacou importantes avanços jurídicos e institucionais, tais como: i) a melhoria do quadro jurídico de combate à corrupção (com a aprovação parcial pela Assembleia do pacote anticorrupção); ii) a aprovação do Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) e iii) a aprovação do regulamento simplificado para o licenciamento de empresas. Contudo, estes e outros avanços jurídicos e institucionais não se traduziram ainda num aumento claro da produção e da produtividade da agricultura de pequena escala ou na resposta à procura crescente de competências técnicas e profissionais. Outras medidas discutidas incluíram a necessidade de: i) um sólido sistema de monitoria de indicadores de resultado que possam ser medidos mais frequentemente; ii) um avanço mais determinado na reforma do ambiente de negócios, que começou a ganhar impulso e iii) uma visão clara e unificada sobre como potenciar a grande riqueza em recursos ainda inexplorada para transformar e diversificar a economia de Moçambique.

**3. Houve um aumento das despesas orçadas/afecções de apoio ao PARP.**

Os principais programas no próximo período para cumprir os objectivos do PARP estão identificados no MPEF ¶19. A despesa em sectores prioritários aumentou de menos de metade da despesa em 2011 para quase 75% no orçamento de 2013, ou de 15,9% do PIB em 2011 para 20,2% em 2012 e 26,2% em 2013. As actuais reformas da GFP devem permitir uma discriminação pormenorizada da despesa por área nos próximos anos.

# REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## SEXTA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA (PSI) — ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA (ASD)

10 de Juho de 2013

Aprovado por  
**David Robinson e Vivek Arora (FMI) e Marcelo Giugale e Jeff Lewis (Banco Mundial)**

Elaborado pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)

*A presente análise de sustentabilidade da dívida (ASD) actualiza a ASD conjunta FMI/AID de Maio de 2012. Moçambique passa da categoria de risco baixo para a categoria de risco moderado de sobreendividamento, em função dos seguintes factores: i) uma taxa de desconto mais baixa, ii) um aumento significativo da dívida contraída nos últimos dois anos em consequência de um ambicioso programa de investimento público que visa colmatar as lacunas em matéria de infra-estruturas e facilitar o desenvolvimento dos recursos naturais e iii) as grandes oscilações na balança de pagamentos subjacente com o início das exportações de carvão e investimentos comerciais significativos na exploração e liquefacção de gás natural. O corpo técnico concorda com as autoridades quanto à importância do programa de investimento público para o desenvolvimento. Todavia, os riscos acrescidos para a sustentabilidade da dívida deverão ser contidos através da moderação do endividamento externo público em relação ao seu acelerado ritmo actual. A ASD realça a importância de novas melhorias na capacidade de gestão da dívida e planificação do investimento para preservar a sustentabilidade da dívida, especialmente no que respeita aos empréstimos comerciais.<sup>18</sup> Uma vez que a dívida pública é maioritariamente externa, a evolução dos indicadores do total da dívida pública espelha a evolução da dívida externa pública. Acredita-se que a dívida externa privada venha a adquirir importância crescente, impulsionada sobretudo pelo investimento no sector de gás natural, e que até ao final desta década passe a representar a maior parte da dívida externa.*

<sup>18</sup> A ASD apresentada neste documento baseia-se na estrutura padrão da ASD dos países de baixo rendimento. Ver “Debt Sustainability in Low-Income Countries: Further Considerations on an Operational Framework, Policy Implications” (IMF/SM/05/109 e IDA/SECM2004/0629, de 10/9/04). Segundo os critérios de Avaliação Institucional e de Políticas (CPIA) do Banco Mundial, Moçambique é classificado como um país de desempenho médio, embora esteja próximo do limiar de 3,75 que o separa dos países de forte desempenho, com uma pontuação média de 3,71 no período 2009–11; a presente ASD utiliza os limiares indicativos que se aplicam aos países de desempenho médio.

# I. PRESSUPOSTOS SUBJACENTES À ASD

1. **A presente ASD é coerente com o enquadramento macroeconómico descrito no Relatório do Corpo Técnico sobre a Sexta Avaliação no âmbito do PSI (Caixa 1).** Em comparação à ASD anterior,<sup>19</sup> as principais alterações na presente ASD são as seguintes:

- a. **O quadro macroeconómico a médio prazo sofreu revisões** (Tabela de Texto 1). De destacar o abrandamento do crescimento económico em 2013 por causa das inundações ocorridas no início do ano, que provocaram danos à produção agrícola e às infra-estruturas de transportes. É de esperar uma rápida recuperação do crescimento e a sua aceleração no médio prazo, à medida que a agricultura se recupera, as indústrias extractivas se expandem e os investimentos em infra-estruturas se concretizam. Os défices orçamentais foram reduzidos em 2012-13, entre outros factores devido as receitas auferidas com a tributação das mais-valias. Foram feitas revisões significativas na balança de pagamento, as quais resultaram em grandes défices da conta corrente e num acréscimo da entrada de investimento directo estrangeiro (IDE), quer em termos históricos quer nas projecções. A revisão se refere, na sua maioria, aos mega projectos, nomeadamente à inclusão das importações de bens e serviços relacionados à exploração no sector de gás natural; a contraparte dessas importações é um forte aumento do registo de entradas de IDE.

**Tabela de Texto 1: Evolução de indicadores económicos seleccionados entre as actualizações da ASD**

	2011	2012	2013	2014	2015
		Est.	Projecções		
Crescimento do PIB real (%)					
ASD anterior	7,1	6,7	7,2	7,8	7,8
ASD actual	7,3	7,4	7,0	8,5	8,5
PIB nominal (milhões de USD)					
ASD anterior	12,8	14,2	15,5	17,3	19,4
ASD actual	12,6	14,2	14,7	16,0	17,9
Défice fiscal global (% do PIB)					
ASD anterior	5,2	6,4	6,6	6,6	6,6
ASD actual	5,3	4,2	6,7	7,2	6,7
Défice da conta corrente (% do PIB)					
ASD anterior	13,1	12,7	12,4	11,9	11,3
ASD actual	24,3	36,5	39,9	41,3	41,4
IDE (% do PIB)					
ASD anterior	16,4	11,2	10,2	10,1	9,7
ASD actual	20,7	36,6	32,2	25,8	20,8
Uso do tecto de ENC (% do PIB) 1/					
ASD anterior	1,5	2,5	3,2	3,4	0,0
ASD actual	0,6	0,8	2,4	2,5	1,6
Desemb. no âmbito da LPT (% do PIB) 2/					
ASD anterior	1,8	0,9	0,9	0,5	0,0
ASD actual	1,0	0,4	0,2	0,3	0,2
Financ. através de donativos (% do PIB) 3/					
ASD anterior	9,2	8,7	8,1	8,0	8,0
ASD actual	9,2	6,6	7,5	7,6	7,4

1/ O ritmo de desembolsos não é mais veloz do que na ASD anterior porque a execução de alguns projectos foi mais lenta do que o esperado e a expectativa relativamente ao grande empréstimo em perspectiva para a barragem de Moamba Major é que os desembolsos comecem apenas em 2015.

2/ Linha de crédito portuguesa.

3/ O financiamento equivalente a donativos inclui os donativos directos ao governo e os novos empréstimos (diferença entre o valor de face e o VA dos novos desembolsos).

<sup>19</sup> Ver o Relatório do FMI n.º EBS/12/64, Suplemento 1.

### Caixa 1. Pressupostos macroeconómicos para 2013–33

*Os pressupostos de médio prazo do cenário de base para 2013-33 são coerentes com o quadro macroeconómico que fundamenta o Relatório do Corpo Técnico sobre a Sexta Avaliação no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica.*

**O crescimento do PIB real não relacionado ao GNL** será de cerca de 8%, em média, nos próximos anos, e 7,5% num prazo mais longo. O crescimento abrandará em 2013 devido ao impacto das cheias, mas deve acelerar a médio prazo, apoiado pela recuperação da produção agrícola, expansão da extracção do carvão e investimentos em infra-estruturas em perspectiva, inclusive em apoio às exportações de carvão e à produção de GNL. No longo prazo, o crescimento será sustentado pelo forte aumento da população activa, investimento contínuo em infra-estruturas e respectivos ganhos de produtividade. Entre os riscos para o crescimento figuram a não materialização dos benefícios advindos do investimento público, o que limitaria os ganhos de produtividade, e a possibilidade de efeitos da chamada “doença holandesa”. O governo está ciente destes riscos e está a tomar medidas para reforçar a avaliação e selecção de projectos; está também a considerar algumas opções, como regras orçamentais e fundos soberanos, para atenuar o risco de valorização cambial excessiva.

**Sector do GNL.** Presume-se que a construção das plantas de GNL ocorrerá no período 2014–22. A projecção tem como base uma planta de tamanho moderado, formada por quatro terminais. Um terminal deve iniciar a produção em 2020, seguido por um segundo terminal em 2021; o terceiro e o quarto terminais iniciarão a produção em 2023. O investimento total é estimado em USD 40 mil milhões. A contribuição do sector para o PIB deve ser baixa durante a fase de construção, devido a um elevado conteúdo de importações. A produção anual de GNL ascenderá a 20 milhões de toneladas em 2023, um contributo de mais de 20% para o PIB nominal de então.

**A inflação dos preços no consumidor** deve subir para 5–6% em 2013, devido aos crescentes preços dos alimentos e ao aumento das tarifas de transporte público no final de 2012, bem como à reduzida oferta interna de alimentos como resultado das cheias. Com base na meta de longo prazo do Banco Central, presume-se que a inflação estabilize em torno dos 5,5% no período projectado, a partir do início de 2014.

**O crescimento das exportações** deve estabilizar em torno dos 5% ao ano no longo prazo, com a estabilização das exportações de carvão e GNL. No curto prazo, verifica-se uma acentuada variação das taxas de crescimento das exportações como resultado das operações de carvão e GNL. De destacar que a taxa de crescimento das exportações chega a quase dobrar em 2020-23 devido ao início das exportações do GNL.

**As importações** devem crescer acentuadamente em 2014 durante a etapa de construção da planta de GNL; no longo prazo, esse crescimento deve estabilizar em cerca de 9% ao ano.

**O défice da conta corrente externa excl. juros** deve aumentar para mais de 40% do PIB no médio prazo, impulsionado sobretudo pelas importações relacionadas ao GNL. O défice será financiado principalmente através de IDE e empréstimos externos privados, e estabilizará em cerca de 8% do PIB no longo prazo, à medida que as exportações de carvão crescem em paralelo com a capacidade de transporte e à medida que começam as exportações de GNL.

**O défice orçamental primário excl. juros** deve aumentar em 2013 e 2014, como reflexo dos grandes investimentos públicos em perspectiva para colmatar o défice de infra-estruturas. O saldo orçamental melhoraria no médio a longo prazo, com o investimento público a estabilizar em níveis mais sustentáveis e os gastos não relacionados aos juros a cair como percentagem do PIB. O início da produção de GNL, em 2020, deve contribuir para novas melhorias no saldo orçamental.

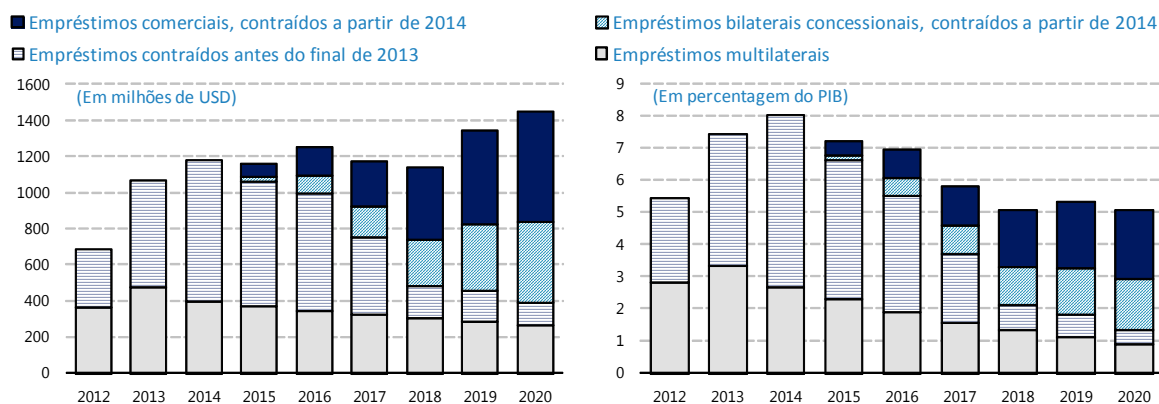


- b. O sector do gás natural.** O cenário de base nesta ASD incorpora o sector emergente do gás natural em Moçambique. A base para o desenvolvimento deste sector é uma das maiores descobertas mundiais de gás natural, que teve como consequências: i) um nível mais elevado de investimento directo estrangeiro e empréstimos privados externos para fins de exploração (desde 2010) e a construção de uma planta de liquefacção de gás (GNL) com quatro terminais (2014-2022); ii) o aumento das importações de bens e serviços relacionados com o GNL e iii) o aumento do PIB e das exportações a partir de 2020, quando a planta de GNL entrar em actividade. De acordo com os pressupostos de base, o contributo do sector do GNL será de 20% do PIB e metade das exportações até 2023. As receitas orçamentais do GNL serão baixas no princípio por causa das cláusulas de recuperação dos custos, aumentando gradualmente no médio e longo prazos.
- c. O sector da extracção de carvão.** A expectativa é que a produção de carvão acelere rapidamente no médio prazo, para 20 milhões de toneladas (6% do PIB) em 2017 contra cerca de 5 milhões de toneladas (2% do PIB) em 2012. A maior parte do carvão produzido será destinada à exportação — carvão de coque de alta qualidade, pois o abundante carvão térmico de valor inferior não está a ser comercializado devido à limitada capacidade de transporte. Segundo estimativas conservadoras, os investimentos em minas, caminhos de ferro, portos e centrais alimentadas a carvão devem ascender a USD 5 mil milhões em 2013–17, financiados pela entrada de IDE. As oscilações adversas nos preços mundiais do carvão representam um risco para estes planos de expansão, podendo resultar em atrasos na sua implementação ou redimensionamentos.
- d. As correspondentes revisões substanciais na balança de pagamentos** mostram alterações muito maiores nas variáveis, especialmente no IDE, e, por conseguinte, uma volatilidade maior do que se presumia na ASD anterior. Os correspondentes choques-padrão no modelo da ASD produzem desvios maiores em relação ao cenário de base e, assim, as ultrapassagens dos limiares de sustentabilidade são mais prováveis e mais prolongadas do que na última ASD.
- e. Uma revisão do perfil de investimento público e endividamento externo.** Até à altura, os desembolsos, especialmente os de empréstimos não concessionais, têm sido menores do que o esperado na ASD anterior, especialmente em razão de um arranque ligeiramente mais lento dos projectos. Segundo as projecções, os desembolsos aumentarão em 2013-16, em linha com o recente aumento do tecto aplicado aos empréstimos não concessionais, para USD 1,6 mil milhões no âmbito do actual programa apoiado pelo FMI, e com o tecto proposto para os empréstimos não concessionais no programa sucessor do actual PSI, mas também em razão de um aumento considerável nos empréstimos bilaterais concessionais (Tabela de Texto 2). Após a aceleração dos empréstimos externos até ao final de 2013, as autoridades planeiam moderar o ritmo de contratação de novos empréstimos no médio prazo (Figura de Texto 1). A começar do final desta década, a expectativa é que os novos empréstimos contraídos pelo sector público declinem gradualmente em relação ao PIB, face a entrada de receitas dos sectores do carvão e do gás natural. Todavia, prevê-se que os desembolsos nominais continuarão a aumentar durante todo o período das projecções. Outros possíveis projectos de investimento de grande envergadura, nomeadamente em caminhos-de-ferro e nos sectores do GNL e da energia, são considerados comercialmente viáveis pelas autoridades, e seria de esperar que fossem maioritariamente realizados pelo sector privado, sem a necessidade de financiamento ou garantias substanciais da parte do Estado. Contudo, esses projectos poderiam representar um risco para a trajectória da dívida pública caso o financiamento do Estado venha a ser necessário. Outro risco é a emergência de pressões que dificultem o abrandamento do ritmo futuro da contratação de empréstimos públicos, especialmente face as vastas necessidades do país em matéria de infra-estruturas. Por último, não se deve subestimar os custos dos projectos, como ocorreu com o aeroporto de Nacala.

**Tabela de Texto 2. Empréstimos não concessionais contraídos e em perspectiva**

	Data de assinatura	Montante (milhões USD)	Antes da 5a. aval.	Entre a 5a. e 6a. aval.	Apos a 6a. aval.
<b>Total de empréstimos não concessionais</b>		<b>2.073</b>	<b>1.387</b>	<b>45</b>	<b>641</b>
Brasil					
Aeroporto de Nacala	28 de Abril de 2011	80	80		
Estudo s/Barragem de Moamba Major	22 de Novembro de 2012	9	9		
Aeroporto de Nacala (Reforço)	Prevista para meados de 2013	45		45	
Transportes Públicos Maputo-Matola	Prevista para o final de 2013	135			135
Zona Franca Industrial de Nacala	Prevista para o final de 2013	40			40
Barragem de Moamba Major	Prevista para o final de 2013	466			466
China					
Aeroporto de Maputo	16 de Dezembro de 2010	67	67		
Estrada Circular *	17 de Fevereiro de 2012	300	300		
Ponte Katembe/Estrada Ponta d'Ouro	18 de Julho de 2012	682	682		
Índia					
Electricificação de Maputo *	20 de Setembro de 2012	250	250		
<b>Grandes empréstimos concessionais em perspectiva</b>		<b>946</b>			<b>946</b>
China					
Estrada Beira-Machipanda	Prevista para meados de 2013	433			433
Índia					
Estrada Tica-Buzi-Nova Sofala	Prevista para o final de 2013	150			150
400-1000 moradias básicas	Prevista para o final de 2013	47			47
Água Rural III	Prevista para o final de 2013	20			20
KFW					
Reabilitação Mavuzi-Chicamba	Prevista para o final de 2013	24			24
Coreia					
Estrada Nampula-Nametil	Prevista para o final de 2013	182			182
Aterro Sanitário de Maputo	Prevista para o final de 2013	25			25
250 autocarros em Maputo e Matola	Prevista para o final de 2013	30			30
Japão					
Dique da cidade de Chókwè	Prevista para o final de 2013	19			19
Reabilitação barragem Macarretane	Prevista para o final de 2013	16			16

\* Elemento concessional de 34%.

**Figura de Texto 1. Trajectória de desembolsos da dívida externa do sector público**

**Um elemento de concessionalidade revisto para as condições de contratação de empréstimos no futuro.** A presente ASD presume que o elemento de concessionalidade dos novos empréstimos sofrerá um declínio acentuado nas próximas duas décadas, o que contraria o pressuposto da anterior ASD de um elemento de concessionalidade basicamente constante a 30%. Este desenvolvimento reflecte os pressupostos revistos sobre a disponibilidade de financiamento dos doadores no longo prazo, com o governo a recorrer cada vez mais aos empréstimos comerciais.

**f. A redução da taxa de desconto da ASD, de 4% há um ano para 3% nesta ASD,** resulta num rácio mais elevado entre o valor actual (VA) da dívida e o PIB na presente ASD em comparação à anterior.

## II. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

**2. A dívida externa deve aumentar rapidamente ao longo desta década, como reflexo, sobretudo, dos investimentos do sector privado no sector do gás natural.** A expectativa é que a dívida externa (pública e privada) atinja um máximo de cerca de 128% do PIB em 2019, numa altura em que a dívida do sector privado constituirá cerca de dois terços do total da dívida externa. Com as projecções a indicarem que o investimento no sector do carvão será financiado através do investimento directo estrangeiro, este aumento da dívida externa privada será impulsionado na sua maioria pelos investimentos no sector do gás natural. A dívida do sector público deve também atingir um máximo de 45% do PIB (em termos de VA) em 2018, como consequência dos investimentos em infra-estruturas. A acumulação significativa de dívida externa do sector privado precisará ser monitorada pelas autoridades para conter as vulnerabilidades. Todavia, considerando que o investimento no sector de recursos naturais está a ser liderado por empresas mundiais de renome, considera-se a esta altura que é baixo o risco de passivos contingentes para o governo ou de outras vulnerabilidades para além daquelas específicas para as operações de recursos naturais.<sup>20</sup>

**3. Todos os indicadores da dívida externa pública no cenário de base permanecem abaixo dos seus respectivos limiares, mas estão agora mais próximos dos limiares do que na análise anterior** (Figura 1).<sup>21</sup> Embora os indicadores permaneçam contidos ao longo de todo o período projectado, eles estão consideravelmente mais elevados do que à altura da última ASD – especialmente no que respeita ao VA da dívida em relação ao PIB. O referido rácio atinge agora um máximo de cerca de 39% (em 2018), contra um máximo de 28,5% na ASD anterior. Mas o início da produção de GNL e o conseqüente salto do PIB levarão à que o rácio volte a um nível seguro, abaixo dos 33%, na próxima década (Tabela 1). Este aumento dos rácios da dívida deve-se, em parte, à redução da taxa de desconto de 4 para 3%, que contribuiu com cerca de um terço (3 pontos

<sup>20</sup> Da mesma forma, considera-se baixo o risco de emergirem pressões sobre a balança de pagamentos como resultado directo da actividade de investimento relacionada aos mega projectos. Todavia, será preciso cuidado no mais longo prazo; quando as receitas desses empreendimentos começarem a se materializar, elas podem ser voláteis, em função dos preços mundiais dos produtos de base e em relação às importações. Ademais, as exportações avultadas de recursos naturais poderão também gerar riscos para a competitividade resultantes de uma possível valorização do câmbio, que deve ser administrada com cuidado.

<sup>21</sup> Em comparação à ASD contida no Relatório do FMI n.º 12/148 (Maio de 2012).

percentuais) do aumento do rácio VA da dívida-PIB. O rácio VA da dívida-PIB seria cerca de 6 pontos percentuais mais baixo em todo o período coberto pela ASD com uma taxa de desconto de cerca de 5% (a média histórica de longo prazo da taxa de referência) ao invés dos 3% presumidos nesta ASD (Figura 1 e Tabela 2).

**4. Os rácios da dívida externa ainda são vulneráveis a choques do IDE e da taxa de câmbio.** O limiar do rácio VA da dívida-PIB seria ultrapassado por um período prolongado sob testes de stress.<sup>22</sup> Uma forte redução do IDE não gerador de dívida em 2014-2015 pressionaria o rácio VA da dívida-PIB para muito acima do limiar de 40% na segunda metade desta década, com um máximo de mais de 80% (Figura 1). Para além do choque do IDE, uma forte depreciação do metical em 2014 também levaria à ultrapassagem deste limiar (Tabela 2). Ambos os choques provocariam uma ultrapassagem significativa do limiar por um período prolongado: 13 anos no caso do choque do IDE e 19 anos no caso do choque de depreciação.<sup>23</sup> O impacto destes dois choques é agora muito maior do que na ASD anterior, tendo em conta as revisões nos dados históricos da balança de pagamentos para incorporar a exploração do gás natural financiada por IDE.<sup>24</sup> O VA da dívida também ultrapassa dois outros limiares — 150% das exportações e 250% das receitas — no cenário de choque do IDE.<sup>25</sup> O limiar do rácio VA da dívida-exportações é ultrapassado por uma série de indicadores, especialmente um choque dos fluxos não geradores de dívida. Em muitos países com sector de recursos naturais de grande envergadura, a volatilidade dos preços é mais uma fonte de risco para a sustentabilidade da dívida externa. Considerando que os contratos que em geral regem o desenvolvimento do GNL – inclusive no que respeita aos preços de compra – são de longo prazo, o risco de volatilidade significativa para a sustentabilidade da dívida externa parece relativamente pequeno.

**5. A concretização da produção do GNL é essencial para a sustentabilidade da dívida de Moçambique.** O sector do GNL dará um contributo significativo ao PIB, às exportações e à receita pública. No cenário de base, uma expansão gradual do investimento público, em antecipação à receita do GNL, seria apropriada tendo em vista as necessidades de Moçambique em matéria de infra-estruturas. Se, porém, a produção ou as receitas do GNL forem muito inferiores ao esperado, os rácios da dívida seriam mais elevados no médio a longo prazo.<sup>26</sup>

<sup>22</sup> O cenário em que as variáveis estão nos seus níveis históricos foi omitido uma vez que ele gera dívida negativa em resultado das acentuadas alterações nas variáveis no cenário de base em função das actividades na área do GNL.

<sup>23</sup> Os gráficos na Figura 1 mostram o teste de stress com os resultados mais desfavoráveis em 2023.

<sup>24</sup> As revisões de dados da balança de pagamentos em 2010-2012 por conta da exploração do gás natural levaram a um aumento mais acentuado do IDE em comparação aos anos anteriores. Como resultado, o cenário de stress da ASD para os fluxos de capital não geradores de dívida presume agora que estes fluxos estão sujeitos a uma maior volatilidade do que na ASD anterior.

<sup>25</sup> Todavia, não se deve atribuir demasiada importância a estas ultrapassagens, uma vez que uma queda do IDE provavelmente estaria ligada a um menor nível de importações e não a um nível mais elevado de endividamento, como se presume implicitamente no cenário do choque padrão.

<sup>26</sup> O Apêndice V do Relatório do Corpo Técnico sobre as Consultas de 2013 ao Abrigo do Artigo IV, “Gás Natural, Investimento Público e Sustentabilidade da Dívida”, contém uma discussão sobre a expansão do investimento público e os riscos para a sustentabilidade da dívida resultantes de choques adversos da produção e dos preços do GNL.

### III. SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO

**6. A evolução dos indicadores da dívida pública (que inclui a dívida interna) espelha a evolução dos indicadores externos, devido a predominância da dívida externa** (Tabela 3 e Figura 2). O aumento da dívida pública no médio prazo reflecte o salto temporário no investimento público financiado em parte por empréstimos externos em condições não concessionais. No cenário de base, o VA da dívida pública continua abaixo dos 50% do PIB em todo o período e, por conseguinte, permanece bem contido, abaixo das metas indicativas que, segundo estudos, estão ligadas a uma probabilidade acrescida de sobreendividamento.<sup>27</sup>

**7. A análise de sustentabilidade da dívida pública ilustra que um requisito essencial para a sustentabilidade da dívida é a moderação do ritmo de contratação de novos empréstimos, conforme planeado pelas autoridades.** Por outras palavras, o saldo orçamental primário precisará de ser reduzido no médio e longo prazos. Para fins ilustrativos, o cenário de “Saldo Primário Fixo”<sup>28</sup> mostra o impacto de fixar o saldo primário nos seus valores máximos, registados no período 2013-15, ou seja, caso não ocorra a referida moderação na contratação de novos empréstimos.<sup>29</sup> Os rácios da dívida continuariam a subir em todo o período das projecções, agravando rapidamente os riscos para a sustentabilidade da dívida, quaisquer que sejam os pressupostos sobre a produção do GNL.

### IV. CONCLUSÕES

**8. Na opinião do corpo técnico, embora os choques-padrão da ASD indiquem que Moçambique estaria na categoria de risco moderado de sobreendividamento, o programa de investimento público deveria continuar a avançar, mas a um ritmo mais moderado de endividamento público.** Mesmo contra um cenário de ritmo temporariamente acelerado de contratação de empréstimos para projectos de infra-estruturas, as trajectórias de base da dívida permanecem abaixo dos respectivos limiares ao longo de todo o período. Outro ponto importante é que os indicadores do serviço da dívida continuam muito abaixo dos seus limiares, mesmo sob testes de stress, e reflectem pressupostos conservadores sobre o elemento de concessionalidade dos novos empréstimos.<sup>30</sup> As ultrapassagens sob testes de stress são temporárias, seriam revertidas após o início da produção do GNL e parecem ser administráveis à luz do sólido historial das autoridades em matéria de gestão económica prudente.

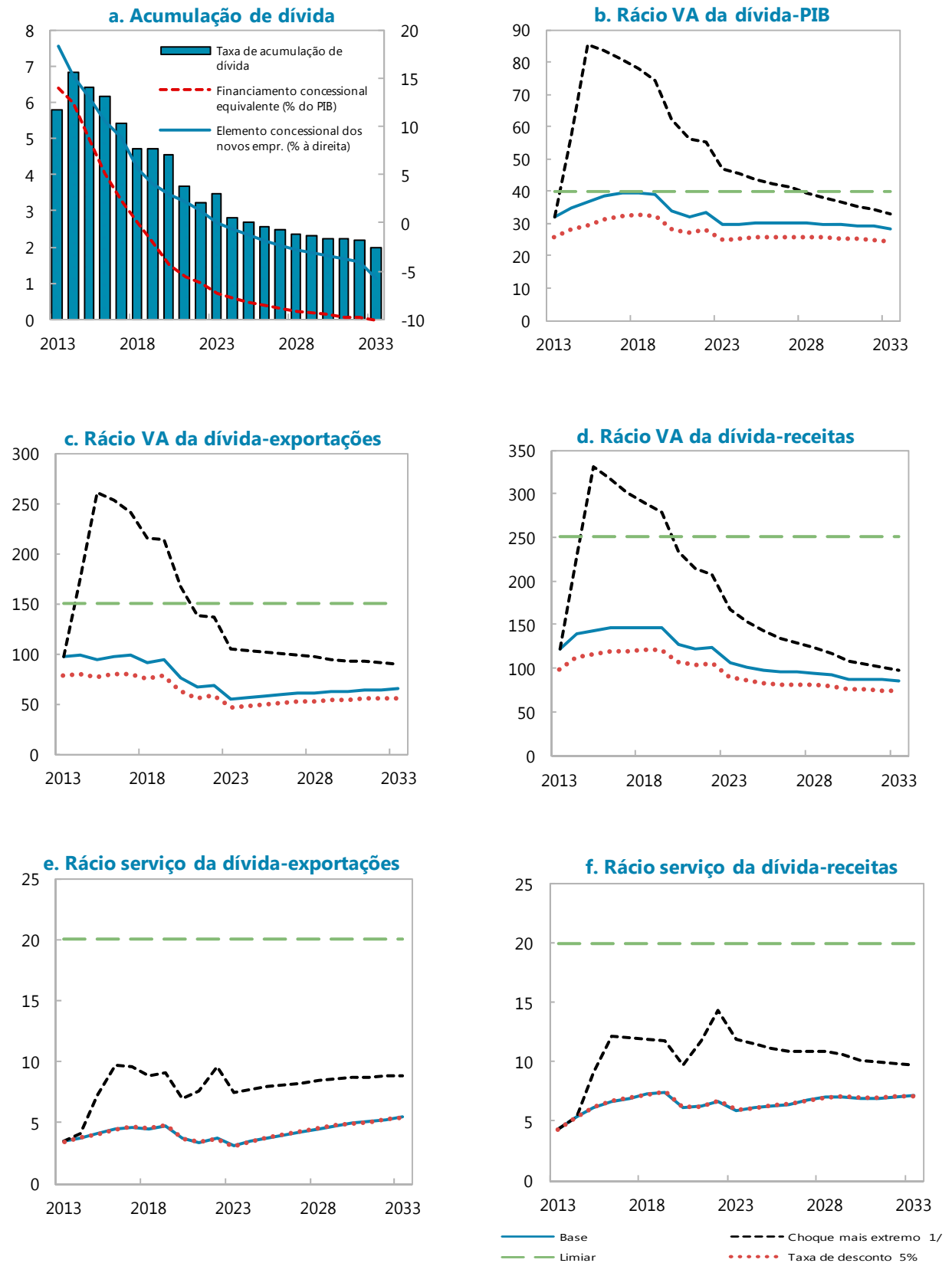
<sup>27</sup> Com base na pontuação de Moçambique no índice CPIA, o nível da dívida pública indicativo de um risco mais elevado de sobreendividamento situa-se entre os 56% e 74% do rácio VA da dívida-PIB. Ver o documento do FMI (2012), “Revisiting the Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries”.

<sup>28</sup> Ver a Figura 2 e a Tabela 4 (linhas A2).

<sup>29</sup> Para fins desta ilustração, o cenário de “Saldo Primário Fixo” foi modificado nesta análise: em vez do padrão de fixar o saldo primário no nível de 2012, optou-se por fixá-lo no seu valor médio de 2013-15 em termos de percentagem do PIB. Esta alteração foi feita porque o saldo primário de 2012 é baixo em comparação àqueles no futuro próximo, por dois motivos: i) as receitas extraordinárias em 2012 e ii) os grandes projectos de investimento estão apenas a começar.

<sup>30</sup> Ademais, estes indicadores não levam em conta outros amortecedores, como os níveis confortáveis de reservas internacionais em relação às importações não ligadas aos mega projectos.

**A presente análise realça três pontos importantes para a sustentabilidade da dívida.** Primeiro, é essencial continuar a aperfeiçoar a gestão da dívida e a capacidade de planificação do



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em 2023. Em cada caso, corresponde a um choque combinado.

**Tabela 1. Moçambique: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2010-2033 1/**  
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média <sup>6/</sup> histórica	Desvio <sup>6/</sup> padrão	Projeções											Média 2013-2018	Média 2019-2033
	2010	2011	2012			2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2033		
<b>Dívida externa (nominal) 1/</b>	<b>63,8</b>	<b>48,3</b>	<b>50,7</b>			<b>54,9</b>	<b>64,8</b>	<b>78,0</b>	<b>89,9</b>	<b>109,0</b>	<b>122,5</b>	<b>127,6</b>	<b>106,9</b>	<b>99,2</b>		<b>76,6</b>	<b>55,4</b>	
<i>d/q: pública e com garantia pública (PGP)</i>	40,2	32,6	36,3			41,7	44,7	45,9	47,4	47,7	47,1	45,8	39,3	36,9		33,1	30,0	
Varição da dívida externa	-1,9	-15,6	2,5			4,2	9,8	13,3	11,9	19,0	13,5	5,1	-20,7	-7,7		-17,1	-0,7	
Fluxos líquidos geradores de dívida identificados	0,5	-11,7	-5,8			4,3	11,3	13,5	13,4	22,6	14,7	7,1	-14,3	-10,8		-17,0	0,1	
<b>Défice da conta corrente, excluindo juros</b>	<b>10,0</b>	<b>22,8</b>	<b>35,4</b>	<b>14,2</b>	<b>8,9</b>	<b>38,4</b>	<b>39,7</b>	<b>39,3</b>	<b>36,7</b>	<b>44,0</b>	<b>34,2</b>	<b>26,3</b>	<b>15,7</b>	<b>7,1</b>		<b>4,0</b>	<b>8,7</b>	
Défice da balança de bens e serviços	17,7	29,7	41,5			43,5	43,3	42,2	37,4	42,2	31,8	24,0	9,3	2,0		-10,5	4,0	
Exportações	31,2	30,7	29,8			32,7	35,7	39,0	39,4	40,1	43,4	41,4	44,5	48,7		53,7	44,1	
Importações	48,9	60,4	71,4			76,3	79,0	81,2	76,8	82,4	75,2	65,4	53,7	50,7		43,2	48,1	
Transferências correntes líquidas (negativo = ingresso)	-6,9	-6,9	-5,3	-6,6	1,2	-3,8	-3,6	-3,0	-2,6	-2,2	-1,9	-1,6	-1,2	-1,0		-0,7	-0,3	
<i>d/q: oficiais</i>	-6,3	-6,3	-5,0			-3,5	-3,4	-2,9	-2,4	-2,0	-1,7	-1,4	-1,0	-0,8		-0,5	-0,1	
Outros fluxos de transacções correntes (- = ingr. líq.)	-0,7	0,0	-0,8			-1,4	0,0	0,1	1,9	4,1	4,4	3,9	7,7	6,1		15,2	5,0	
<b>IDE líquido (negativo = ingresso)</b>	<b>-14,0</b>	<b>-20,7</b>	<b>-36,6</b>	<b>-10,7</b>	<b>10,8</b>	<b>-32,2</b>	<b>-25,8</b>	<b>-23,1</b>	<b>-20,8</b>	<b>-18,9</b>	<b>-17,0</b>	<b>-15,1</b>	<b>-11,8</b>	<b>-10,1</b>		<b>-8,0</b>	<b>-6,3</b>	
<b>Dinâmica endógena da dívida 2/</b>	<b>4,5</b>	<b>-13,9</b>	<b>-4,6</b>			<b>-1,9</b>	<b>-2,6</b>	<b>-2,7</b>	<b>-2,5</b>	<b>-2,6</b>	<b>-2,5</b>	<b>-4,2</b>	<b>-18,2</b>	<b>-7,9</b>		<b>-13,1</b>	<b>-2,4</b>	
Contribuição da taxa de juro nominal	1,7	1,5	1,0			1,6	1,7	2,2	3,1	3,9	5,3	6,3	6,0	4,8		3,2	1,0	
Contribuição do crescimento do PIB real	-4,9	-3,5	-3,2			-3,4	-4,3	-4,9	-5,6	-6,4	-7,8	-10,5	-24,2	-12,7		-16,3	-3,4	
Contribuição das variações cambiais e de preços	7,7	-11,8	-2,5			...	...	...	...	...	...	...	...	...		...	...	
<b>Resíduo (3-4) 3/</b>	<b>-2,4</b>	<b>-3,9</b>	<b>8,3</b>			<b>-0,2</b>	<b>-1,5</b>	<b>-0,2</b>	<b>-1,5</b>	<b>-3,6</b>	<b>-1,1</b>	<b>2,0</b>	<b>-6,5</b>	<b>3,1</b>		<b>0,0</b>	<b>-0,8</b>	
<i>d/q: financiamento excepcional</i>	-4,3	-5,5	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	
VA da dívida externa 4/	...	...	41,4			45,0	54,9	68,7	81,0	100,6	114,9	120,7	101,5	94,5		73,1	53,7	
Em percentagem das exportações	...	...	138,9			137,6	154,0	175,9	205,4	250,6	264,4	291,6	228,1	194,2		136,1	121,9	
<b>VA da dívida externa PGP</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>27,0</b>			<b>31,8</b>	<b>34,9</b>	<b>36,6</b>	<b>38,4</b>	<b>39,3</b>	<b>39,4</b>	<b>39,0</b>	<b>33,8</b>	<b>32,2</b>		<b>29,5</b>	<b>28,4</b>	
<b>Em percentagem das exportações</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>90,6</b>			<b>97,1</b>	<b>97,9</b>	<b>93,7</b>	<b>97,5</b>	<b>97,9</b>	<b>90,8</b>	<b>94,1</b>	<b>76,1</b>	<b>66,2</b>		<b>54,9</b>	<b>64,4</b>	
<b>Em percentagem da receita pública</b>	<b>...</b>	<b>...</b>	<b>110,7</b>			<b>121,6</b>	<b>138,9</b>	<b>142,2</b>	<b>146,3</b>	<b>146,4</b>	<b>146,0</b>	<b>146,5</b>	<b>127,5</b>	<b>122,7</b>		<b>105,7</b>	<b>84,9</b>	
<b>Rácio serviço da dívida-exportações (em percentagem)</b>	<b>34,4</b>	<b>19,4</b>	<b>11,0</b>			<b>14,7</b>	<b>14,3</b>	<b>13,4</b>	<b>15,4</b>	<b>15,1</b>	<b>16,9</b>	<b>20,1</b>	<b>28,4</b>	<b>21,6</b>		<b>14,0</b>	<b>5,6</b>	
<b>Rácio serviço da dívida PGP-exportações (em percentagem)</b>	<b>1,9</b>	<b>2,0</b>	<b>0,0</b>			<b>3,4</b>	<b>3,8</b>	<b>4,1</b>	<b>4,4</b>	<b>4,7</b>	<b>4,5</b>	<b>4,8</b>	<b>3,7</b>	<b>3,4</b>		<b>3,1</b>	<b>5,4</b>	
<b>Rácio serviço da dívida PGP-receita (em percentagem)</b>	<b>2,9</b>	<b>2,8</b>	<b>0,0</b>			<b>4,3</b>	<b>5,3</b>	<b>6,2</b>	<b>6,7</b>	<b>7,0</b>	<b>7,2</b>	<b>7,4</b>	<b>6,2</b>	<b>6,3</b>		<b>5,9</b>	<b>7,1</b>	
Total da necessidade bruta de finan. (em mil milhões de USD)	0,6	1,0	0,3			1,6	3,0	3,8	4,4	7,0	6,1	5,6	6,1	3,3		2,1	6,4	
Défice da c/c estabilizador do rácio da dívida, excl. juros	11,9	38,4	32,9			34,2	29,9	26,0	24,8	25,0	20,7	21,2	36,4	14,8		21,1	9,4	
<b>Principais pressupostos macroeconómicos</b>																		
Crescimento do PIB real (em percentagem)	7,1	7,3	7,4	7,4	0,8	7,0	8,5	8,5	8,0	8,0	8,0	9,7	24,4	13,9	8,0	21,6	6,6	8,9
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	-10,5	22,7	5,5	5,6	9,7	-3,7	0,4	3,5	3,5	3,4	3,5	3,5	3,5	2,9	1,8	2,4	2,4	2,6
Taxa de juro efectiva (em percentagem) 5/	2,4	3,0	2,4	3,1	1,0	3,2	3,4	3,8	4,4	4,8	5,4	5,9	6,1	5,3	4,2	4,2	1,9	3,5
Crescimento das export. de bens e serviços (em USD, %)	8,0	29,7	9,9	14,8	14,3	13,0	18,8	22,9	12,9	13,7	20,9	8,2	38,3	28,3	17,0	38,4	6,7	12,2
Crescimento das import. de bens e serviços (em USD, %)	3,9	62,8	33,8	18,6	19,1	10,1	12,8	15,5	5,7	19,7	2,1	-1,3	5,7	10,6	11,0	13,7	8,9	8,4
Elemento concess. do novo endivid. do sector público (%)	...	...	...	...	...	18,3	15,3	12,9	10,5	8,8	5,6	4,0	3,0	2,1	11,9	0,0	-5,8	-1,3
Receita pública (excl. donativos, percentagem do PIB)	20,5	22,2	24,4			26,1	25,1	25,7	26,3	26,9	27,0	26,6	26,5	26,2		27,9	33,5	30,4
Fluxos da ajuda financeira (em mil milhões de USD) 7/	0,9	1,0	0,8			1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	0,8	0,8	0,7	0,7		0,6	0,3	
<i>d/q: Donativos</i>	0,9	1,0	0,8			0,7	0,8	0,7	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5		0,4	0,2	
<i>d/q: Empréstimos concessionais</i>	0,0	0,0	0,0			0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2		0,2	0,1	
Financiamento equivalente aos donativos (% do PIB) 8/	...	...	...			6,4	6,0	4,9	4,0	3,3	2,6	2,1	1,5	1,2		0,7	0,0	0,6
Financ. equivalente aos donativos (% do financ. externo) 8/	...	...	...			51,9	47,1	43,6	39,1	36,7	34,0	29,4	26,2	23,1		16,4	-1,0	11,7
<i>Por memória:</i>																		
PIB nominal (em mil milhões de USD)	9,5	12,6	14,2			14,7	16,0	17,9	20,1	22,4	25,0	28,4	36,6	42,9		57,1	129,6	
Crescimento do PIB nominal em USD	-4,2	31,7	13,3			3,0	9,0	12,3	11,8	11,7	11,7	13,5	28,7	17,3	9,9	24,6	9,2	11,8
VA da dívida externa PGP (em mil milhões de USD)	...	...	3,7			4,5	5,5	6,5	7,6	8,7	9,8	11,0	12,3	13,6		16,6	36,3	
(VAT-VAT-1)/PIBt-1 (percentagem)	...	...	...			5,8	6,8	6,4	6,2	5,4	4,7	4,7	4,6	3,7	5,9	3,4	2,0	2,9
Remessas brutas de trabalhadores (em mil milhões de USD)	...	...	...			...	...	...	...	...	...	...	...	...		...	...	
VA da dívida externa PGP (% do PIB + remessas)	...	...	27,0			31,8	34,9	36,6	38,4	39,3	39,4	39,0	33,8	32,2		29,5	28,4	
VA da dívida externa PGP (% das exportações + remessas)	...	...	90,6			97,1	97,9	93,7	97,5	97,9	90,8	94,1	76,1	66,2		54,9	64,4	
Serviço da dívida externa PGP (% das exportações + remessas)	...	...	0,0			3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	4,5	4,8	3,7	3,4		3,1	5,4	

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui a dívida externa dos sectores público e privado.

2/ Calculada como  $[r - g - \rho(1+g)] / (1+g + \rho + g\rho)$  multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, onde  $r$  = taxa de juro nominal,  $g$  = taxa de crescimento do PIB real e  $\rho$  = taxa de crescimento do deflador do PIB, em USD.

3/ Inclui financiamento excepcional (ou seja, variação dos atrasados de pagamento e alívio da dívida), variação dos activos externos brutos e ajustes por variação de valor. As projecções também incluem a contribuição das variações cambial e dos preços.

4/ Pressupõe que o VA da dívida do sector privado seja equivalente ao seu valor de face.

5/ Pagamentos de juros no ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos últimos 10 anos, dependendo da disponibilidade de dados.

7/ Definida como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

8/ O financiamento equivalente aos donativos inclui os donativos concedidos ao governo por via directa e através de novos empréstimos (diferença entre o valor de face e o VA da nova dívida).

**Tabela 2. Moçambique: Análise da Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa PGP, 2013-2033**  
(Em percentagem)

	Projeções												
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2033	
<b>Rácio VA da dívida-PIB</b>													
<b>Base</b>	32	35	37	38	39	39	39	34	32	33	<b>29</b>	28	
<b>A. Cenários alternativos</b>													
A1. Taxa de desconto de 5% 1/	26	28	30	31	32	33	32	28	27	28	<b>25</b>	25	
A2. Novos empréstimos ao sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	32	37	40	44	46	47	47	41	40	42	<b>37</b>	40	
<b>B. Testes-limite</b>													
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	32	35	38	39	40	40	40	35	33	34	<b>30</b>	29	
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	32	40	54	54	54	53	51	43	40	40	<b>35</b>	29	
B3. Deflator do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	32	36	41	43	44	44	43	38	36	37	<b>33</b>	31	
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	32	59	81	79	77	74	70	59	53	52	<b>44</b>	31	
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	32	57	85	83	81	78	74	62	56	55	<b>47</b>	33	
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	32	49	52	54	55	56	55	48	45	46	<b>41</b>	40	
<b>Rácio VA da dívida-exportações</b>													
<b>Base</b>	97	98	94	97	98	91	94	76	66	69	<b>55</b>	64	
<b>A. Cenários alternativos</b>													
A1. Taxa de desconto de 5% 1/	73	72	78	81	75	75	76	61	53	55	<b>45</b>	51	
A2. Novos empréstimos ao sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	97	103	103	111	114	108	113	93	82	86	<b>70</b>	92	
<b>B. Testes-limite</b>													
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	97	96	93	96	97	90	93	75	65	67	<b>54</b>	63	
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	97	133	200	199	194	176	178	141	120	121	<b>94</b>	96	
B3. Deflator do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	97	96	93	96	97	90	93	75	65	67	<b>54</b>	63	
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	97	166	207	200	191	170	169	132	109	108	<b>82</b>	70	
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	97	175	261	253	241	215	214	167	138	137	<b>104</b>	89	
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	97	96	93	96	97	90	93	75	65	67	<b>54</b>	63	



**Tabela 2. Moçambique: Análise da Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa PGP, 2013-2033**  
(Em percentagem)

	Projeções												
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2033	
<b>Rácio serviço da dívida-exportações</b>													
<b>Base</b>	3	4	4	4	5	5	5	4	3	4	<b>3</b>	5	
<b>A. Cenários alternativos</b>													
A1. Taxa de desconto de 5% 1/	3	4	4	4	5	5	5	4	3	4	<b>3</b>	5	
A2. Novos empréstimos ao sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	3	4	4	4	5	4	5	4	4	5	<b>4</b>	8	
<b>B. Testes-limite</b>													
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	3	4	4	4	5	5	5	4	3	4	<b>3</b>	5	
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	3	4	6	8	8	8	8	6	6	8	<b>6</b>	9	
B3. Deflador do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	3	4	4	4	5	5	5	4	3	4	<b>3</b>	5	
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	3	4	6	8	8	7	7	5	6	8	<b>6</b>	7	
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	3	4	7	10	10	9	9	7	8	10	<b>7</b>	9	
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	3	4	4	4	5	5	5	4	3	4	<b>3</b>	5	
<b>Rácio serviço da dívida-receitas</b>													
<b>Base</b>	4	5	6	7	7	7	7	6	6	7	<b>6</b>	7	
<b>A. Cenários alternativos</b>													
A1. Taxa de desconto de 5% 1/	4	5	6	7	7	7	7	6	6	7	<b>6</b>	7	
A2. Novos empréstimos ao sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	4	5	6	7	7	7	7	6	7	8	<b>7</b>	10	
<b>B. Testes-limite</b>													
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	4	5	6	7	7	7	8	6	6	7	<b>6</b>	7	
B2. Crescimento do valor das exportações à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	4	5	7	9	9	9	9	7	8	9	<b>8</b>	8	
B3. Deflador do PIB à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	4	6	7	8	8	8	8	7	7	8	<b>7</b>	8	
B4. Fluxos líq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	4	5	9	12	11	11	11	9	11	14	<b>11</b>	9	
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	4	5	9	12	12	12	12	10	12	14	<b>12</b>	10	
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	4	8	9	10	10	10	11	9	9	9	<b>8</b>	10	
<i>Por memória</i>													
Elemento concessional presumido do financ. residual (i.e., o financiamento necessário acima do valor de base) 6/	-4	-4	-4	-4	-4	-4	-4	-4	-4	-4	<b>-4</b>	-4	

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ Aplica-se uma taxa de desconto de 5% ao cálculo do VAL da dívida (a taxa de desconto é de 3% no cenário de base).

2/ Presume que a taxa de juro sobre os novos empréstimos seja 2 pp superior à do cenário de base, enquanto os prazos de carência e vencimento são os mesmos.

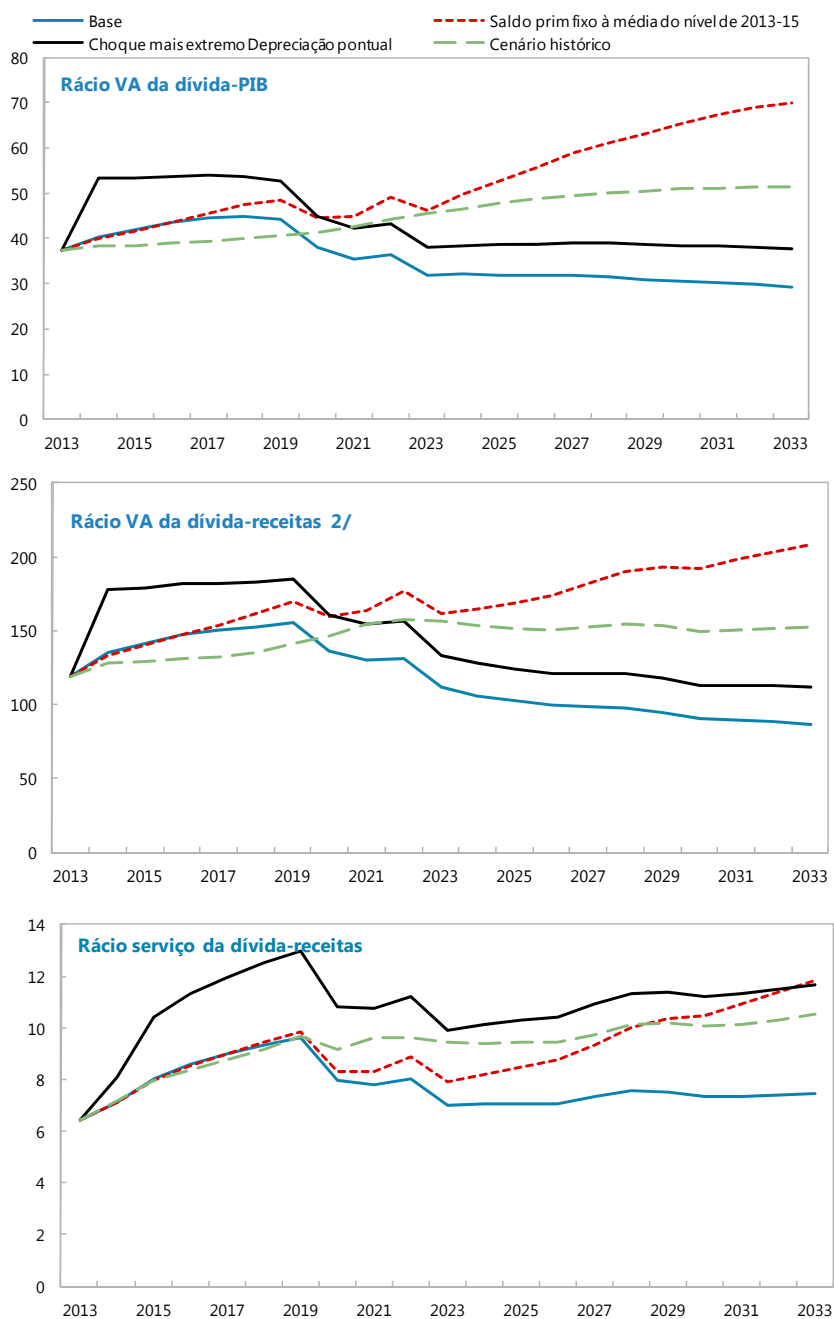
3/ Presume a permanência dos valores das exportações no nível mais baixo, mas presume que a balança corrente como parcela do PIB retorne ao nível de base após o choque (presume implicitamente um ajuste compensatório nos níveis das importações).

4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

5/ A depreciação é definida como um declínio percentual na taxa entre o dólar e a moeda nacional que nunca ultrapassa os 100%.

6/ Aplica-se a todos os cenários de stress, excepto A2 (financiamento menos favorável), no qual as condições de todos os novos empréstimos são as mesmas especificadas na nota 2.

**Figura 2. Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2013-2033 1/**



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em 2023.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.

**Tabela 3. Moçambique: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Sector Público, Cenário de Base, 2010-2033**  
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média <sup>5/</sup>	Desvio padrão <sup>5/</sup>	Projeções														
	2010	2011	2012			2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Média 2013-18	2023	2033	Média 2019-33	
<b>Dívida do sector público 1/</b>	46,1	39,3	42,2			47,1	50,2	51,3	52,5	52,9	52,4	51,2	43,3	40,3	40,7		35,4	30,8		
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	40,2	32,6	36,3			41,7	44,7	45,9	47,4	47,7	47,1	45,8	39,3	36,9	37,6		33,1	30,0		
Variação da dívida do sector público	0,5	-6,8	2,9			4,9	3,2	1,1	1,2	0,4	-0,5	-1,2	-7,8	-3,0	0,4		-5,3	-0,9		
Fluxos geradores de dívida identificados	3,4	-8,1	3,5			3,9	2,3	0,8	1,1	0,2	-0,5	-1,3	-8,4	-3,7	-0,3		-6,0	-1,1		
Défice primário	3,1	3,3	3,2	3,0	0,9	4,7	5,9	5,2	4,8	4,2	3,4	3,3	1,7	1,3	1,0	4,7	0,9	0,5	0,9	
Receita e donativos	29,5	30,0	29,8			31,2	29,9	29,7	29,6	29,6	29,4	28,5	27,9	27,3	27,7		28,6	33,6		
<i>d/q: donativos</i>	9,0	7,8	5,4			5,1	4,8	4,0	3,3	2,8	2,3	1,9	1,4	1,1	1,0		0,7	0,2		
Despesa primária (excl. juros)	32,5	33,4	33,0			35,9	35,8	34,9	34,4	33,8	32,8	31,8	29,6	28,6	28,7		29,5	34,1		
Dinâmica automática da dívida	0,5	-11,4	0,3			-0,8	-3,6	-4,5	-3,8	-4,0	-3,9	-4,6	-10,1	-5,0	-1,4		-6,9	-1,6		
Contribuição do diferencial taxa de juro/crescimento	2,0	-9,5	-3,2			-0,5	-2,8	-4,1	-4,0	-3,9	-3,9	-4,6	-10,1	-5,1	-1,4		-6,9	-1,6		
<i>d/q: contribuição da taxa de juro real média</i>	5,0	-6,3	-0,5			2,3	0,9	-0,2	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3		0,3	0,3		
<i>d/q: contribuição do crescimento do PIB real</i>	-3,0	-3,1	-2,7			-2,8	-3,7	-3,9	-3,8	-3,9	-3,9	-4,6	-10,0	-5,3	-1,7		-7,2	-2,0		
Contribuição da depreciação da taxa de câmbio real	-1,5	-1,9	3,5			-0,3	-0,8	-0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0		...	...		
Outros fluxos geradores de dívida identificados	-0,2	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
Receita das privatizações (negativa)	-0,1	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
Reconhecimento de passivos contingentes ou implícitos	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
Alívio da dívida (HIPC e outros)	-0,1	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
Outros (especificar, p.ex.: recapitalização bancária)	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0		
Resíduo, incluindo variação do activo	-2,9	1,3	-0,6			1,0	0,9	0,3	0,1	0,2	0,0	0,1	0,6	0,6	0,8		0,7	0,3		
<b>Outros indicadores de sustentabilidade</b>																				
<b>VA da dívida do sector público</b>	...	...	32,9			37,2	40,4	41,9	43,5	44,5	44,7	44,3	37,9	35,6	36,2		31,8	29,2		
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	...	...	27,0			31,8	34,9	36,6	38,4	39,3	39,4	39,0	33,8	32,2	33,2		29,5	28,4		
<i>d/q: externa</i>	...	...	27,0			31,8	34,9	36,6	38,4	39,3	39,4	39,0	33,8	32,2	33,2		29,5	28,4		
VA dos passivos conting. (não incl. na dívida do sector público)	...	...	...			...	...	...	...	...	...	...	...	...	...		...	...		
Necessidade bruta de financiamento 2/	4,5	4,7	3,9			6,7	8,0	7,6	7,4	6,8	6,2	6,0	3,9	3,4	3,2		2,9	3,0		
Rácio VA da dívida do sector público/receita e donativos (em %)	...	...	110,2			119,3	135,2	141,2	147,1	150,3	152,3	155,3	135,7	130,1	130,9		111,3	86,8		
Rácio VA da dívida do sector público/receitas (em %)	...	...	134,8			142,3	160,8	163,1	165,6	165,7	165,5	166,5	142,8	135,5	135,6		114,2	87,2		
<i>d/q: externa 3/</i>	...	...	110,7			121,6	138,9	142,2	146,3	146,4	146,0	146,5	127,5	122,7	124,2		105,7	84,9		
Rácio serviço da dívida/receita e donativos (em %) 4/	4,8	4,6	2,4			6,4	7,1	8,0	8,6	9,0	9,3	9,6	8,0	7,8	8,0		7,0	7,4		
Rácio serviço da dívida-receitas (%) 4/	7,0	6,3	2,9			7,6	8,4	9,2	9,7	9,9	10,2	10,3	8,4	8,1	8,3		7,2	7,5		
Défice primário estabilizador do rácio dívida/PIB	2,6	10,1	0,3			-0,1	2,7	4,2	3,7	3,8	3,9	4,5	9,5	4,3	0,6		6,2	1,4		
<b>Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais</b>																				
Crescimento do PIB real (em %)	7,1	7,3	7,4	7,4	0,8	7,0	8,5	8,5	8,0	8,0	8,0	9,7	24,4	13,9	4,4	8,0	21,6	6,6	8,9	
Taxa de juro nominal média sobre a dívida em ME (em %)	0,6	0,9	0,0	0,6	0,4	1,2	1,5	1,7	1,9	2,0	2,1	2,3	2,4	2,5	2,6	1,7	2,7	3,4	2,9	
Taxa de juro real média sobre a dívida interna (em %)	4,6	5,3	8,6	6,1	7,6	9,5	10,4	10,1	10,5	11,3	11,0	10,8	8,4	8,4	8,4	10,5	8,4	8,4	8,6	
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + = depreciação)	-3,4	-6,2	11,9	1,0	12,2	-1,0	...	...	...	...	...	...	...	...	...		...	...	...	
Taxa de inflação (deflador do PIB, em %)	10,5	8,1	3,0	7,2	2,4	5,0	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6	5,5	5,6	5,6	5,6	
Cresc.desp.prim.reais (deflacionadas pelo deflador do PIB, em %)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1	0,0	0,1	0,3	0,1	0,1	
Elemento concessional do novo endividamento externo (em %)	...	...	...	...	...	18,3	15,3	12,9	10,5	8,8	5,6	4,0	3,0	2,1	1,2	11,9	0,0	-5,8	-1,3	

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ Refere-se à dívida bruta do sector público não financeiro.

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o défice primário acrescido do serviço da dívida e do stock da dívida de curto prazo no final do período anterior.

3/ Receitas excl. os donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma dos juros e amortizações da dívida de médio e longo prazo.

5/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos últimos 10 anos, dependendo da disponibilidade de dados.

Tabela 4. Moçambique: Análise da Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2013-2033

	Projeções										
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	2033
<b>Rácio VA da dívida-PIB</b>											
<b>Base</b>	37	40	42	44	45	45	44	38	36	32	29
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	37	38	38	39	39	40	40	41	43	45	51
A2. Saldo primário constante em relação à média de 2013-15	37	40	42	44	46	47	48	44	45	46	70
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	37	41	42	44	45	46	45	39	37	34	37
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014–2015	37	42	45	47	49	50	50	43	41	38	41
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014–2015	37	39	39	41	42	43	42	36	34	31	29
B3. Combinação de B1–B2 usando choques de meio desvio-padrão	37	39	39	42	44	45	45	39	38	35	38
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014	37	53	53	54	54	54	53	45	42	38	38
B5. Aumento de 10% do PIB em outros fluxos geradores de dívida em 2014	37	49	50	51	51	51	50	42	40	35	31
<b>Rácio VA da dívida-receitas 2/</b>											
<b>Base</b>	119	135	141	147	150	152	155	136	130	111	87
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	119	128	129	131	133	135	141	147	154	157	152
A2. Saldo primário constante em relação à média de 2013-15	119	134	140	147	154	161	170	159	164	162	208
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	119	135	142	148	152	155	159	140	135	118	109
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014–2015	119	138	150	158	164	168	174	154	150	132	122
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014–2015	119	129	132	139	142	145	148	130	125	108	85
B3. Combinação de B1–B2 usando choques de meio desvio-padrão	119	129	132	141	148	153	158	141	137	122	112
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014	119	178	179	182	182	183	185	161	155	133	112
B5. Aumento de 10% do PIB em outros fluxos geradores de dívida em 2014	119	165	168	172	173	174	175	152	145	122	92
<b>Rácio serviço da dívida-receitas 2/</b>											
<b>Base</b>	6	7	8	9	9	9	10	8	8	7	7
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	6	7	8	8	9	9	10	9	10	9	11
A2. Saldo primário constante em relação à média de 2013-15	6	7	8	9	9	9	10	8	8	8	12
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	6	7	8	9	9	9	10	8	8	7	8
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014–2015	6	7	8	9	9	10	10	9	8	8	9
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014–2015	6	7	8	8	9	9	9	8	8	7	7
B3. Combinação de B1–B2 usando choques de meio desvio-padrão	6	7	8	8	9	9	10	8	8	7	8
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014	6	8	10	11	12	13	13	11	11	10	12
B5. Aumento de 10% do PIB em outros fluxos geradores de dívida em 2014	6	7	9	9	10	10	10	8	8	8	8

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Presume que o crescimento do PIB real seja o do cenário de base menos um desvio-padrão, dividido pela raiz quadrada da duração do período projectado.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.



# REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

CONSULTA DE 2013 NOS TERMOS DO ARTIGO IV, SEXTA  
AVALIAÇÃO DO ACORDO AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE  
APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA E SOLICITAÇÃO DE UM  
ACORDO DE TRÊS ANOS AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE  
APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA — ANEXO INFORMATIVO

3 de Junho de 2013

Elaborado por: Departamento de África

## SUMÁRIO

APÊNDICE I. RELAÇÕES COM O FMI	101
APÊNDICE II. COLABORAÇÃO BANCO MUNDIAL-FMI	111
APÊNDICE III. QUESTÕES ESTATÍSTICAS	116

# APÊNDICE I. RELAÇÕES COM O FMI

(em 31 de Março de 2013)

**I. Admissão e regime de consultas:** Admitido em 24 de Setembro de 1984; Artigo VIII

<b>II. Conta de Recursos Gerais:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>% da Quota</b>
Quota	113,60	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	113,60	100,00
Posição na tranche de reservas	0,01	0,01

<b>III. Departamento de DSE:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>% da Afecção</b>
Afecção acumulada líquida	108,84	100,00
Haveres	105,23	96,69

<b>IV. Saldo de compras e empréstimos:</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>% da Afecção</b>
Acordos ESF	113,60	100,00
Acordos ECF	6,34	5,58

**V. Acordos financeiros mais recentes:**

<u>Tipo</u>	<u>Data de aprovação</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Montante aprovado (Milhões de DSE)</u>	<u>Montante sacado (Milhões de DSE)</u>
ESF	30/06/2009	28/06/2010	113,60	113,60
ECF <sup>31</sup>	06/07/2004	05/07/2007	11,36	11,36
ECF	28/06/1999	28/06/2003	87,20	78,80

<sup>31</sup> Antigo PRGF.

**VI. Projecção dos pagamentos ao FMI<sup>32</sup>****(Milhões de DSE, com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):**

	<u>Próximos</u>				
	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Capital	1,95	1,95	23,09	23,70	23,21
Comissões/ Juros	0,29	0,30	0,26	0,20	0,14
<b>Total</b>	<b>2,24</b>	<b>2,25</b>	<b>23,35</b>	<b>23,90</b>	<b>23,35</b>

**VII. Implementação da Iniciativa HIPC:**

	Quadro <u>original</u>	Quadro <u>reforçado</u>	<u>Total</u>
I. Compromissos da assistência HIPC			
Data do ponto de decisão	Abril 1998	Abril 2000	
Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) <sup>33</sup>	1.716,00	306,00	
Da qual: assistência do FMI (milhões de USD) (equivalente em milhões de DSE)	124,60 93,17	18,46 13,73	
Data do ponto de conclusão	Junho 1999	Set. 2001	
II. Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)			
Assistência prestada ao país membro	93,17	13,73	106,90
Assistência intercalar	--	2,31	2,31
Saldo no ponto de conclusão	93,17	11,42	104,58
Desembolso adicional do rendimento de juros <sup>34</sup>	--	1,10	1,10
<b>Total dos desembolsos</b>	<b>93,17</b>	<b>14,83</b>	<b>108,00</b>

<sup>32</sup> Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

<sup>33</sup> A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor actual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

<sup>34</sup> No âmbito do quadro reforçado, é efectuado um desembolso adicional no ponto de conclusão correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante da assistência HIPC comprometida no ponto de decisão mas não desembolsada durante o período intercalar.

**VIII. Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):**

I.	Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) <sup>35</sup>	106,56
	Financiada por: Fundo MDRI	83,05
	Recursos HIPC remanescentes	23,51
II.	Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)	

---

**Dívida habilitada**


---

<u>Data da prestação</u>	<u>GRA</u>	<u>PRGF</u>	<u>Total</u>
Janeiro de 2006	N/A	106,56	106,56

**IX. Implementação do Alívio da Dívida após Catástrofes (PCDR):** Não se aplica**X. Avaliação das salvaguardas**

Uma actualização da avaliação das salvaguardas do Banco de Moçambique (BM) foi concluída em 11 de Janeiro de 2010 relativamente à Facilidade de Protecção Contra Choques Exógenos (ESF, na sigla original inglesa). A avaliação constatou melhorias nas práticas de reporte de dados financeiros após a implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). Foram observadas vulnerabilidades no mecanismo de supervisão da auditoria e dos controlos internos e externos, no reporte de dados financeiros e na estrutura jurídica do BM. Recomendou-se que o BM contratasse um exame externo de controlo da qualidade da função de auditoria interna.

**XI. Regime cambial**

Moçambique mantém um regime *de jure* e *de facto* de taxa de câmbio flutuante. A taxa de câmbio é, na generalidade, determinada no mercado cambial interbancário (MCI). O BM intervém regularmente no mercado para corrigir flutuações sazonais, distribuir a liquidez cambial recebida pelo governo em forma de ajuda e esterilizar a liquidez interna como parte das suas operações de política monetária.

Em 20 de Maio de 2011, Moçambique aceitou as obrigações nos termos das Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI (EBD/11/34). Uma nova Lei Cambial (Lei n.º 11/2009) entrou em vigor em 11 de Março de 2009. Um novo regulamento para a aplicação da nova lei cambial (Decreto n.º 83/2010) foi editado em 31 de Dezembro de 2010. Este regulamento, em conjunto com as normas emitidas posteriormente pelo BM, removeu todas as restantes restrições cambiais sujeitas ao disposto nas Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI, com data efectiva de 11 de Julho de 2011. Foram também eliminadas as duas práticas de taxas de câmbio múltiplas existentes. A prática resultante do regime de leilões cambiais a preços múltiplos foi eliminada em 27 de Abril de 2011, com a adopção de um novo regulamento sobre o MCI que suspendeu o referido regime, que de todo modo não estava em uso desde 2009. A prática resultante

---

<sup>35</sup> A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para receber esta assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o Fundo no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.



da ausência de um mecanismo para evitar possíveis desvios entre a taxa de câmbio usada pelo BM nas suas operações cambiais no MCI e nas suas operações com o governo, os órgãos públicos e o Banco Mundial foi eliminada em 1 de Julho de 2011, através da adopção de um novo mecanismo de definição da taxa de câmbio para estas operações. As partes interessadas foram devidamente notificadas em 11 de Agosto de 2011.

## **XII. Quadro CBC/FT**

O primeiro Relatório de Avaliação Mútua CBC/FT de Moçambique pelo Grupo Anti-Branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral (ESAAMLG) foi formalmente adoptado pelo ESAAMLG e publicada no seu sítio Web. Com base nas deficiências identificadas no relatório, o Grupo de Cooperação e Revisão Internacional (ICRG) do Grupo de Acção Financeira (GAFI) mantém Moçambique num conjunto de jurisdições que podem ser objecto de exame. O objectivo deste processo é identificar publicamente jurisdições de alto risco, e ele pode culminar numa declaração pública do GAFI no sentido de que sejam impostas contramedidas. Por forma a melhorar o nível de cumprimento com as Recomendações do GAFI, o Gabinete de Informação Financeira (GIFIM) já está em operação e está a envidar esforços para ingressar no Grupo Egmont de Unidades de Inteligência Financeira. Contudo, o número de relatórios de operações suspeitas ainda parece baixo. O BM tem planos de emitir orientações de execução logo que a Lei CBC/FT seja aprovada pela Assembleia. Para assegurar a aplicação consistente do quadro de CBC/FT pelos diferentes órgãos reguladores, em Dezembro de 2011 o Governo criou o Grupo de Acção Nacional de CBC/FT e nomeou os membros do Grupo. O plano estratégico CBC/FT foi aprovado pelo Conselho de Ministros e será submetido ao ESAAMLG.

## **XIII. Consultas ao abrigo do Artigo IV**

Nos termos da Decisão n.º 12794-(02/76), conforme modificada pela Decisão n.º 12854-(02/96), aplica-se a Moçambique um ciclo de consultas do Artigo IV de 24 meses, em razão da aprovação de um acordo PSI sucessor em Junho de 2010. O Conselho de Administração concluiu as consultas de 2011 ao abrigo do Artigo IV em 17 de Junho de 2011 (relatório n.º 11/149).

Ao concluírem as consultas do Artigo IV de 2011, os Administradores destacaram o mérito das autoridades em prosseguir políticas prudentes que possibilitaram um desempenho económico vigoroso. Observaram que, embora as perspectivas para Moçambique no médio prazo continuassem favoráveis, ainda persistiam desafios significativos para a gestão dos riscos macroeconómicos, sendo preciso garantir que todas as camadas da população compartilhassem igualmente dos benefícios do crescimento. Nesse contexto, os Administradores assinalaram que salvaguardar a estabilidade dos preços e conter as expectativas inflacionistas continuariam a ser objectivos prioritários no futuro próximo. Acolheram com satisfação o novo Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP), que tem como foco a continuidade das reformas estruturais para aumentar a produção e a produtividade em sectores de mão-de-obra intensiva, como a agricultura; criar empregos, através de melhorias no ambiente de negócios, e buscar o desenvolvimento social e humano. Estas áreas focais serão importantes para alcançar o crescimento sustentado e a redução da pobreza. Os Administradores apoiaram a orientação prudente das autoridades na condução da política fiscal virada para a preservação da estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida, e incentivaram-nas a adoptar uma abordagem prudente para a geração de novas receitas orçamentais originárias do sector de recursos naturais, ao mesmo tempo protegendo Moçambique como um destino para o investimento estrangeiro. Sublinharam a importância de aderir a uma estratégia prudente de endividamento, continuar a fortalecer a gestão da dívida e melhorar a planificação do investimento. Tomaram nota da resistência demonstrada pelo sistema bancário durante a crise mundial e recomendaram vigilância constante à luz das vulnerabilidades ainda restantes.

**XIV. Avaliação ex post do desempenho no âmbito dos programas apoiados pelo FMI**

Em Dezembro de 2003, foi realizada uma avaliação *ex post* do desempenho de Moçambique no âmbito dos programas apoiados pelo FMI desde 1987, em conformidade com as directrizes sobre avaliações de países com programas de longa duração. O relatório sobre a avaliação *ex post* foi distribuído ao Conselho de Administração em 21 de Novembro de 2003 (relatório n.º 04/53). Os Administradores parabenizaram as autoridades por seguirem políticas macroeconómicas correctas e por terem levado a cabo reformas estruturais de grande amplitude nos últimos 15 anos, o que contribuiu para o crescimento vigoroso da economia e a redução constante das taxas de pobreza. Observando que, a despeito dos consideráveis progressos, Moçambique ainda é um país muito pobre e vulnerável, os Administradores instaram as autoridades a perseverar nos esforços de consolidação da estabilidade macroeconómica e de aceleração e aprofundamento das reformas estruturais, com vista a sustentar o crescimento económico, estimular a criação de empregos e continuar a reduzir a pobreza.

**XV. Participação no FSAP e ROSC**

No primeiro trimestre de 2003, Moçambique foi submetido a um exame no âmbito do Programa de Avaliação do Sector Financeiro (FSAP). A respectiva Avaliação da Estabilidade do Sector Financeiro (FSSA) foi apresentada ao Conselho de Administração em 19 de Novembro de 2003 (relatório n.º 04/52). Uma actualização do FSAP foi realizada em Fevereiro de 2009, e a respectiva Avaliação da Estabilidade do Sector Financeiro foi apresentada ao Conselho de Administração em 19 de Junho de 2009 (relatório n.º 10/12). Em 22 de Fevereiro de 2001, foi emitido um Relatório sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) sobre transparência fiscal, o qual foi actualizado no contexto das consultas do Artigo IV de 2002 (relatório n.º 02/140) e de 2003 (relatório n.º 04/50). O módulo de transparência fiscal do ROSC foi actualizado em Maio de 2008. Em Junho de 2002, foi preparado o módulo de dados do ROSC, o qual foi emitido em 5 de Março de 2003 e actualizado em Agosto de 2005.

**XVI. Visitas da Direcção-Geral**

À convite das autoridades, o Sr. Kato, Subdirector-Geral do FMI, visitou Maputo em Julho de 2005. O Director-Geral do FMI, Sr. de Rato, visitou Moçambique em Agosto de 2007 para reunir-se com o Grupo Consultivo Africano sobre Quotas, Voz e Representação. O Sr. Lipton, Subdirector-Geral, visitou Maputo em Maio de 2013.

**XVII. Representante residente**

O Sr. Victor Lledo é o Representante Residente do FMI em Moçambique desde 21 de Junho de 2010.

**XVIII. Assistência técnica (2005–2013)**

<b>Prestação de Assistência Técnica do FMI a Moçambique (2005–13)</b> (Em 8 de Maio de 2013)				
<b>Depto.</b>	<b>Data</b>	<b>Formato</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Contrapartes</b>
FIN	Fevereiro 2008	Missão	Actualização da Avaliação das Salvaguardas	Banco de Moçambique (BM)
FAD	Maio 2013	Missão	FFE – Consulta pública sobre o Regime Fiscal revisto da Mineração e do Petróleo	Ministério das Finanças (MF), Ministério dos Recursos Minerais (MRM)
	Abril 2013	Missão	Seguimento anual das reformas da GFP	MF
	Abril 2013	Perito itinerante	Contabilidade Pública	MF
	Março-Abril 2013	Missão	Seguimento da Administração da Receita (com um perito em RH)	MF
	Março-Abril 2013	Perito itinerante	Atendimento ao Contribuinte	MF
	Março-Abril 2013	Missão	FFE – Plano de acção da administração tributária para a gestão eficiente do aumento das receitas dos recursos naturais (em conjunto com a missão anual do FAD de Seguimento da Administração da Receita)	MF, MRM
	Março 2013	Perito itinerante	Preços de Transferência	MF
	Novembro 2012	Perito itinerante	Grandes Contribuintes	MF
	Novembro 2012	Missão	FFE – Quadro Macro-fiscal	MF, MRM
	Julho 2012	Missão	FFE – Regime revisto de tributação do Sector Extractivo	MF, MRM
	Abril-Maio 2012	Missão	Seguimento da Administração da Receita	MF
	Abril 2012	Missão	Seguimento da Política Tributária	MF
	Abril 2012	Missão	Regime de Tributação do Sector Extractivo	MF, MRM
	Março-Abril 2102	Perito itinerante	Contabilidade Pública	MF
	Março-Abril 2102	Missão	Reformas da Gestão Financeira Pública	MF

<b>Prestação de Assistência Técnica do FMI a Moçambique (2005–13)</b> (Em 8 de Maio de 2013)				
<b>Depto.</b>	<b>Data</b>	<b>Formato</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Contrapartes</b>
	Março 2012	Perito itinerante	Administração Tributária	MF
	Novembro 2011	Missão	Administração Tributária	MF
	Setembro 2011	Perito itinerante	Contabilidade Pública	MF
	Setembro 2011	Perito itinerante	Administração Tributária	MF
	Abril 2011	Perito itinerante	Administração Tributária	MF
	Abril 2011	Missão	Seguimento da Administração da Receita	MF
	Março 2011	Missão	Reformas da Gestão Financeira Pública	MF
	Março 2011	Perito itinerante	Contabilidade Pública	MF
	Novembro 2010	Perito itinerante	Reformas da Gestão Financeira Pública	MF
	Abril–Maio 2010	Missão	Reforma da Administração da Receita	MF
	Abril 2010	Missão	Reformas da Gestão Financeira Pública	MF
	Fev–Março 2010	Missão	Exame da Política Tributária	MF
	Maio 2009	Missão	Reforma da Administração da Tributária	MF
	Abril 2008	Missão	Reformas da Gestão Financeira Pública	MF
	Abril–Maio 2008	Missão	Reforma da Administração da Receita	MF
	Out–Nov 2007	Missão	Inspeção da Administração Tributária	MF
	Setembro 2007	Missão	Parcerias Público-Privadas e Riscos Fiscais	MF
	Agosto 2007	Perito itinerante	Política e Administração Tributárias	MF
	Agosto 2007	Missão	Actualização do módulo fiscal do ROSC e inspeção da Gestão Financeira Pública	MF
	Abril–Maio 2007	Missão	Inspeção da Administração Tributária	MF
	Abril–Maio 2007	Missão	Regime de Tributação do Petróleo	MF, MRM
	Dezembro 2006	Missão	Administração Tributária	MF

<b>Prestação de Assistência Técnica do FMI a Moçambique (2005–13)</b> (Em 8 de Maio de 2013)				
<b>Depto.</b>	<b>Data</b>	<b>Formato</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Contrapartes</b>
	Março 2006	Missão	Exame da Política Tributária	MF
LEG	Abril 2013	Missão	Projecto de Diagnóstico CBC/FT (Parte II)	BM/GIFIM
	Junho 2012	Missão	Projecto de Diagnóstico CBC/FT (Parte I)	BM/GIFIM
MCM	Dezembro 2012	Missão	Supervisão do Sistema de Pagamentos e Testes de Stress (Seguimento)	BM
	Dezembro 2012	Perito em missão de curto prazo	Reformas da Gestão da Dívida a Médio Prazo (Seguimento)	MF
	Outubro 2012	Missão	Desenvolvimento de uma Função de Supervisão do Sistema de Pagamentos (Seguimento)	BM
	Abril–Maio 2012	Missão	Desenvolvimento de uma Função de Supervisão do Sistema de Pagamentos (Seguimento)	BM
	Maio 2012	Perito em missão de curto prazo	Quadro de Política Monetária	BM
	Abril 2012	Perito em missão de curto prazo	Testes de stress	BM
	Fevereiro 2012	Perito em missão de curto prazo	Desenvolvimento de uma função de supervisão do sistema de pagamentos	BM
	Dezembro 2011	Perito em missão de curto prazo	Desenvolvimento de uma função de supervisão do sistema de pagamentos	BM
	Setembro 2011	Missão	Seguimento da Estratégia de Dívida de Médio Prazo e Capacidade de Efectuar Análises da Dívida e de Projectos	MF, BM
	Agosto 2011	Perito em missão de curto prazo	Quadro de Política Monetária	BM
	Setembro 2010	Missão	Seguimento da Estratégia de Dívida de Médio Prazo, Mercados de Títulos da Dívida e Capacidade de Efectuar Análises da Dívida e de Projectos	MF, BM
	Junho 2010	Missão	Estratégia de Dívida de Médio Prazo, Mercados de Títulos da Dívida e	MF, BM

<b>Prestação de Assistência Técnica do FMI a Moçambique (2005–13)</b> (Em 8 de Maio de 2013)				
<b>Depto.</b>	<b>Data</b>	<b>Formato</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Contrapartes</b>
			Capacidade de Efectuar Análises da Dívida e de Projectos	
	Abril 2010	Perito em missão de curto prazo	Reforço da Formulação e Implementação da Política Monetária	BM
	Novembro 2009	Perito em missão de curto prazo	Reforço da Formulação e Implementação da Política Monetária	BM
	Maio 2009	Missão	Seguimento do FSAP de 2009	BM
	Fevereiro 2009	Missão	AT em Actividades do Banco Central e Formulação da Política Monetária	BM
	Maio 2008	Missão	Reforço da Formulação e Implementação da Política Monetária	BM
	Dezembro 2007	Missão	Implementação das IFRS relativas às Contas do Banco Central	BM
	Agosto 2007	Missão	Avaliação da AT pós-FSAP: Supervisão Bancária, Política e Operações Monetárias	BM
	Abril 2007	Consultor em missão de curto prazo	Supervisão Bancária	BM
	Outubro 2006	Missão	Avaliação da AT pós-FSAP: Supervisão Bancária, Política e Operações Monetárias	BM
	Fev–Março 2006	Missão	Legislação CBC/FT	BM
	Jan–Fev 2006	Consultor em missão de curto prazo	Quadro de Política Monetária	BM
	Jan–Fev 2006	Consultor em missão de curto prazo	Operações Monetárias	BM
	Janeiro 2006	Consultor em missão de curto prazo	Gestão Cambial	BM

<b>Prestação de Assistência Técnica do FMI a Moçambique (2005–13)</b> (Em 8 de Maio de 2013)				
<b>Depto.</b>	<b>Data</b>	<b>Formato</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Contrapartes</b>
STA	Fevereiro 2013	Missão	Estatísticas da Balança de Pagamentos e Estatísticas da Posição de Investimento Internacional (Seguimento)	BM
	Abril 2012	Missão	Estatísticas das Finanças Públicas	Instituto Nacional de Estatística (INE)
	Mar–Abr 2012	Missão	Estatísticas dos Preços no Consumidor	INE
	Nov–Dez 2011	Missão	Balança de Pagamentos	BM
	Fevereiro 2010	Missão	GDDS Multi-tópicos	INE
	Mar–Abr 2008	Missão	Estatísticas das Contas Nacionais	INE
	Fevereiro 2008	Missão	Estatísticas da Balança de Pagamentos	BM
	Dezembro 2007	Missão	Estatísticas da Balança de Pagamentos	BM
	Novembro 2007	Missão	Estatísticas Monetárias e Financeiras	BM
	Jun–Jul 2006	Missão	Estatísticas dos Preços no Consumidor	INE
	Agosto 2005 – Julho 2006	Consultor em missão de longo prazo	Estatísticas das Contas Nacionais	INE
	Julho 2005	Missão	Estatísticas das Finanças Públicas	INE
AFRITAC Sul	Abril–Maio 2013	Perito itinerante	Auditoria pós-controlo (com foco nas alfândegas, mas também em conjunto com auditorias fiscais)	MF
	Abril–Maio 2013	Perito itinerante	Formação em Auditoria, sectores especializados de actividade (impostos)	MF
	Mar–Abr 2013	Perito itinerante	Sistema de reembolso do IVA	MF
	Fev–Março 2013	Perito itinerante	Gestão do Investimento Público	MF, MPD
	Dezembro 2012	Perito itinerante	Reestruturação das carreiras em GFP	MF
	Agosto 2012	Perito itinerante	Gestão de Tesouraria	MF
	Abril 2012	Missão	Reformas da GFP/ Missão de Planificação	MF
	Abril 2012	Missão	Administração da Receita / Missão de Planificação (AFS)	MF

## APÊNDICE II. COLABORAÇÃO BANCO MUNDIAL-FMI

(Em 8 de Maio de 2013)

**4. A equipa do FMI responsável por Moçambique reuniu-se com a equipa homóloga do Banco Mundial em Maputo durante a missão da sexta avaliação do PSI, realizada em Abril de 2013.** O objectivo era identificar reformas estruturais de suma importância e coordenar os trabalhos de ambas as equipas para o período entre Maio de 2013 e Abril de 2014.

**2. As equipas concordaram que o principal desafio macroeconómico de Moçambique é sustentar um crescimento maior e mais inclusivo daqui para a frente.** Para enfrentar este desafio, Moçambique precisa facilitar o alargamento da actividade económica liderada pelo sector privado, em especial em áreas onde tem vantagens competitivas, como a agricultura, os serviços comerciais de apoio aos sectores exportadores de produtos de base em franca expansão, a indústria de mão-de-obra intensiva e o turismo. Dado o baixo nível de infra-estrutura, isto exige políticas e reformas que promovam o investimento público, conjugado com melhorias no ambiente de negócios. Dada a tendência de declínio progressivo da ajuda tradicional, o aumento do investimento público poderá exigir o recurso ao financiamento não concessional e o aumento da capacidade nas áreas de selecção de investimentos e gestão da dívida.

**3. Partindo desta avaliação conjunta, as equipas identificaram sete áreas de reforma estrutural como de suma importância, tendo em vista o seu papel central na consecução de um crescimento maior e mais inclusivo:**

**Gestão da dívida e planificação do investimento.** O ambicioso programa de investimento das autoridades precisará ser apoiado por uma vigorosa agenda de reformas que aperfeiçoe a capacidade de gestão de riscos fiscais e garanta a eficácia da despesa. Na área da selecção de investimentos, várias medidas estão a ser implementadas para estabelecer linhas de investimento e definir normas e protocolos de selecção de projectos. Está a ser implementado um novo quadro jurídico de apoio às parcerias público-privadas e às concessões. A gestão da dívida será fortalecida para assegurar que as decisões sobre empréstimos e investimentos levem em conta a optimização dos recursos, o que será sustentado por uma nova estratégia de dívida de médio prazo.

**Gestão financeira pública.** O foco será o aprimoramento da capacidade de gestão de risco fora do governo central, inclusivamente nas empresas públicas e em unidades administrativas descentralizadas. Para alcançar este objectivo, as autoridades intensificarão as auditorias e os controlos baseados no risco, continuarão a implantar o seu novo sistema de GFP e melhorarão a execução do orçamento e os relatórios de acompanhamento. Outras medidas fundamentais visam a melhoria do controlo da folha salarial, tanto na preparação como na execução do orçamento. Estas reformas são de suma importância porque criarão o espaço fiscal necessário para reduzir a pobreza e aumentar a despesa prioritária, enquanto se gerem os riscos relacionados aos planos de investimento em larga escala das empresas públicas e se melhora a supervisão do governo.



**Administração tributária.** Apesar do forte aumento da arrecadação de receitas, o sistema tributário ainda é complexo para administrar e cumprir. É marcado por inúmeros benefícios fiscais e uma baixa contribuição por parte dos sectores de mega projectos no seu conjunto. Para o futuro, o governo planeia facilitar o cumprimento fiscal através do pagamento electrónico de impostos e continuar a expandir a base tributária para abranger o grande sector informal. O sistema de gestão de receitas será aprimorado, em linha com um conjunto acordado de indicadores de desempenho. A unidade de grandes contribuintes entrará em plena operação.

**Redes de protecção social.** Duas décadas de forte crescimento do PIB ainda não produziram resultados significativos em termos de redução da pobreza. Por sua vez, isto põe em causa o potencial de crescimento de longo prazo. Para tratar deste problema, as autoridades começaram a fortalecer as redes de protecção, através das seguintes medidas: i) racionalizar e expandir a cobertura do seguro de saúde; ii) fortalecer o ensino superior e a formação vocacional; iii) fortalecer a sustentabilidade financeira e a administração do Fundo Nacional de Segurança Social, e criar um novo sistema de reformas para os trabalhadores do sector privado; e iv) melhorar os sistemas de protecção social dos mais necessitados. Estas medidas são de suma importância, uma vez que melhor saúde e educação, sistemas de aposentação mais fortes e uma rede de protecção social mais eficaz podem melhorar a produtividade da força de trabalho e apoiar a coesão social.

**Riqueza dos recursos naturais.** Moçambique é dotado de ricas reservas de recursos naturais que ainda estão para ser exploradas. O arranque recente dos projectos de carvão em Tete e uma série de outros projectos previstos para os próximos anos prenunciam um *boom* do sector extractivo que pode contribuir de modo significativo para o crescimento económico do país e as receitas públicas. Por outro lado, isto cria desafios para a gestão económica, o quadro jurídico e regulamentar do sector e a capacidade do governo de administrar os contratos e as receitas. De referir que Moçambique obteve a plena adesão à Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE).

**Clima de investimento.** O sector privado de Moçambique está a ser travado pelos altos custos operacionais. Estes custos devem-se a debilidades na governação, no acesso a recursos, no fornecimento de energia, nos sistemas tributário e regulamentar e na aplicação de contratos. São necessárias amplas reformas para tratar estas questões. Elas são de suma importância porque a melhoria do clima de investimento solidifica o apoio às actividades do sector privado, alargando, assim, a base produtiva e exportadora do país, criando postos de trabalho e ajudando a reduzir a pobreza.

**Estabilidade e desenvolvimento do sector financeiro.** O forte crescimento do crédito ao sector privado nos últimos anos, a expansão do sistema bancário e a potencial exposição do mesmo a riscos transfronteiras obrigam ao reforço da supervisão contínua do sector financeiro, para além da capacidade de identificar e resolver potenciais fontes de vulnerabilidades. Entretanto, a melhoria da intermediação financeira e o acesso ao crédito continuam a ter prioridade máxima. Para isso, as autoridades formularam a Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro para 2013-22, que inclui um plano de acção bastante amplo e claramente sequenciado, abrangendo acções para, entre outras coisas, melhorar a inclusão financeira, a concorrência, a protecção ao consumidor e a cultura financeira.

#### 4. **As equipas concordaram com a seguinte divisão de tarefas:**

**Reformas da gestão da dívida e da planificação dos investimentos.** O FMI continuará a desempenhar um papel central na capacitação do governo para avaliar a sustentabilidade da dívida e definir uma estratégia de dívida coerente através de AT e apoio contínuo da sede. Ambas as instituições ajudarão as autoridades a fortalecer a sua capacidade de gestão da dívida, com apoio de AT do FMI e assistência *in loco* do Banco. O FMI continuará a desempenhar um papel central no apoio às autoridades na planificação dos investimentos, em linha com a AT e os compromissos programáticos recentes, enquanto o Banco continuará a prestar AT para aperfeiçoar a gestão dos projectos de investimento. As missões de avaliação do FMI servirão como oportunidades adicionais para aferir a evolução nesta área e discutir potenciais medidas com o Banco.

**Reforma da gestão das finanças públicas.** O Banco e o FMI colaborarão na área da operacionalização do novo sistema de GFP, de modo a abranger as administrações locais e as empresas públicas envolvidas em investimentos de larga escala em infra-estruturas. O FMI garantirá o seu apoio através de missões de AT regulares, a partir do AFRITAC Sul. O Banco prestará consultoria contínua a partir do seu gabinete local e missões de supervisão dos projectos que estão a ser implementados nesta área. As missões de avaliação dos programas do FMI servirão como oportunidades adicionais para aferir a evolução nesta área.

**Reformas da administração tributária.** O FMI prestará apoio através de assessoria contínua baseada na AT regular. O Banco promoverá reformas nesta área, no contexto da sua carteira e das suas políticas em matéria de ambiente de negócios.

**Reforma da rede de protecção social.** O Banco assumirá a liderança nesta área através de AT contínua na concepção de redes de protecção mais abrangentes e actuantes, em cooperação com outros parceiros de desenvolvimento e organizações internacionais (inclusivamente a UNICEF e a OIT). O FMI desempenhará o seu papel na identificação de espaço fiscal para as redes de protecção. Os resultados serão regularmente discutidos com os colaboradores de modo a informar as discussões de política com as autoridades. O Banco está também a liderar as reformas das pensões públicas.

**Riqueza dos recursos naturais.** A assistência técnica a ser prestada pelo FMI no âmbito do recém-criado Fundo Fiduciário Específico (FFE) para a Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais abrangerá as áreas de regime fiscal do sector extractivo, previsão de receitas e estatísticas dos recursos naturais, todas elas decisivas para aumentar a contribuição do sector para o orçamento e para apoiar a agenda de desenvolvimento do país. O Banco está a apoiar a implementação da ITIE em Moçambique através do seu Fundo Fiduciário Multi-Doadores. Está também a custear a actualização da Lei da Mineração e regulamentos respectivos e do modelo de contrato de mineração, bem como o desenvolvimento de uma base de dados das concessões dos projectos de mineração e gás para apoiar as funções governamentais de previsão e monitorização de contratos. O Banco está também a implementar um programa de apoio analítico para uma política fiscal reforçada num contexto de recursos naturais abundantes, o que também abrange a avaliação da despesa pública.

**Reforma do clima de investimento.** O Banco liderará o trabalho junto ao governo para melhorar o clima de investimento, aprofundando a sua agenda para ajudar as autoridades a reduzir a burocracia e simplificar o quadro jurídico e regulamentar. Os resultados serão partilhados continuamente e discutidos durante as missões de avaliação dos programas do FMI.

**Estabilidade e desenvolvimento do sector financeiro.** O FMI continuará a ajudar o BM a criar capacidade para avaliar os riscos para a estabilidade financeira e o sector bancário, enquanto o Banco liderará o apoio ao desenvolvimento e às reformas do sector financeiro, inclusivamente através da maior inclusão financeira, concorrência, protecção ao consumidor e literacia financeira. Os resultados dos respectivos trabalhos serão regularmente partilhados e discutidos.

5. **As equipas têm os seguintes pedidos de informação aos seus interlocutores:**

- A equipa do FMI solicita que seja mantida informada sobre a evolução nas áreas de reformas estruturais de suma importância. Altura: quando marcos forem alcançados; e pelo menos semestralmente durante as missões de avaliação de programas do FMI.
- A equipa do Banco solicita que seja mantida informada sobre as avaliações de políticas e perspectivas macroeconómicas e o trabalho de análise em áreas lideradas pelo FMI, bem como sobre as recomendações das suas missões de AT. Altura: no contexto da avaliação de programas do FMI e outras missões e pelo menos semestralmente.

6. **A tabela a seguir relaciona os programas de trabalhos conjuntos e individuais das equipas entre Maio de 2013 e Abril de 2014.**

<b>Moçambique: Planificação das actividades do Banco e do FMI em áreas de reforma estrutural de suma importância Maio de 2013 a Abril de 2014</b>			
<b>Título</b>	<b>Produtos</b>	<b>Datas das missões</b>	<b>Data prevista de conclusão</b>
<b>1. Programa de trabalho do Banco Mundial</b>	Apoio às reformas do sector financeiro (FSTAP)	Em curso	Em curso
	Reformas estruturais: contratos públicos, descentralização, ambiente de negócios, sector financeiro	Em curso	Em curso
	Apoio a medidas dirigidas e sustentáveis de redes de protecção (incluindo o sistema de obras públicas)	Em curso	Em curso
	AT em matéria de gestão dos investimentos públicos	Em curso	Em curso
<b>2. Programa de trabalho do FMI</b>	Primeira avaliação do PSI de 2013-16	Outubro 2013	Dezembro 2013
	Segunda avaliação do PSI de 2013-16	Março 2014	Junho 2014
	Missão anual de seguimento da AT em GFP	Mar-Abr 2014	Junho 2014
	Missão anual de seguimento da AT em administração tributária	Mar-Abr 2014	Junho 2014
	FFE: FARI, questões macro-fiscais	2013	2013
	AT em estatísticas de recursos naturais	2013	2013
	AT em estatísticas de preços	2013	2013
	AT sobre o PIB pelas ópticas da produção e da despesa	2013	2013
	AT sobre o quadro de supervisão baseada no risco	2013	2013
<b>3. Programa de trabalho conjunto</b>	GFP: continuar a monitorizar a consolidação e expansão do e-SISTAFE	Em curso	Em curso
	Aconselhamento em matéria de reformas da política salarial do sector público (incl. pensões)	Em curso	Em curso
	Exame da política tributária	Por definir	Por definir
	Aconselhamento em matéria de políticas de gestão da riqueza dos recursos naturais	Em curso	Em curso
	Protecção social: Desenho dos programas e avaliação do espaço fiscal	Em curso	Em curso

## APÊNDICE III. QUESTÕES ESTATÍSTICAS

### I. Avaliação da Suficiência de Dados para Supervisão

**Geral:** Os dados fornecidos apresentam algumas deficiências, mas em geral são suficientes para fins de supervisão. Apesar do aumento nos recursos do orçamento afectados à compilação de estatísticas oficiais, a contínua dependência de financiamento externo levanta preocupações sobre a sustentabilidade dos programas do Instituto Nacional de Estatística (INE). As autoridades estão a envidar esforços para melhorar a qualidade e a actualidade de dados económicos e financeiros através da participação no Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) do FMI e no módulo do sector externo do Projecto GDDS para Países Africanos Anglófonos (financiado pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional - DFID, do Reino Unido). Existem debilidades, sobretudo nas áreas de contas nacionais, preços e estatísticas de finanças públicas.

**Estatísticas do sector real:** as contas nacionais são preparadas pelo INE de acordo com o *Sistema de Contas Nacionais de 1993 (SCN 1993)*. Em Agosto de 2007, o INE editou pela primeira vez estimativas trimestrais do PIB a preços constantes para 2000-07, em conjunto com a série anual do PIB revista para o período 1991-2006, tendo 2003 como novo ano base. As autoridades estão a trabalhar para fortalecer a compilação das contas nacionais trimestrais a preços correntes. O novo inquérito do INE sobre rendimentos e despesas das famílias e os recenseamentos económicos que conduzirão ao novo registo comercial ainda têm de ser incorporados ao reforço das contas nacionais. O índice de preços no consumidor reformado para Maputo, baseado em pesos obtidos no inquérito aos orçamentos familiares de 2008-09, foi publicado em Fevereiro de 2011. O índice nacional obtido com a integração dos índices de Maputo, Beira e Nampula foi publicado em Abril de 2006. O INE adoptou um novo software do INE de Portugal que ajuda a corrigir o provável enviesamento para baixo causado por técnicas de arrastamento de produtos que deixaram de ser produzidos. Contudo, várias questões permanecem em aberto, entre elas como melhorar a amostra de rendas do mercado habitacional e alargar a cobertura para incluir as áreas de Quelimane e Grande Maputo. Os dados sectoriais do mercado laboral e do emprego são insuficientes, e os que existem têm uma cobertura limitada. O inquérito anual do mercado laboral de âmbito nacional, realizado pelo INE em colaboração com o Ministério do Trabalho, foi lançado em Outubro de 2004.

**Estatísticas monetárias e financeiras:** Foi desenvolvido um plano de trabalho em 2004 para implementar o *MFSM (Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras)* e desenvolver uma base integrada de dados monetários para atender as necessidades do Banco de Moçambique, do AFR e do STA. A base integrada foi concluída em Novembro de 2007 e permite a obtenção de estatísticas monetárias mensais precisas e actuais, reduzindo o esforço de prestação de informação do Banco de Moçambique.

**Balança de pagamentos:** Com a assistência do STA, prestada no âmbito do projecto regional do GDDS, o BM evoluiu consideravelmente na compilação e difusão de estatísticas sobre a balança

de pagamentos e a posição de investimento internacional, em plena conformidade com o *BPM5 (Manual da Balança de Pagamentos, 5ª edição)*. O BM tem um quadro institucional adequado para coligir estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional. Contudo, o maior reforço das estatísticas do sector externo tem de se centrar: no reforço da parte informática (sobretudo, uso de ferramentas de armazenamento de dados e processamento analítico em linha); na supressão dos efeitos das variações cambiais e de preço causadas por fluxos de activos de reserva; na aplicação de uma metodologia (fornecida pela assistência técnica do STA) para estimar lucros reinvestidos e stocks de activos e passivos financeiros mantidos no estrangeiro pelo sector público não financeiro; na melhoria dos inquéritos às empresas; na publicação de notas metodológicas e, em geral, mais dados sobre Modelo de Reservas, investimento directo estrangeiro, comércio de bens e transferências correntes; e no início do processo gradual para implantar o novo *Manual da Balança de Pagamentos e Posição de Investimentos Internacionais, 6ª edição*. O trabalho conjunto com outras instituições para melhorar a qualidade dos dados do comércio externo, especialmente em relação a índices de preços e volumes, também merece atenção.

## II. Normas e Qualidade dos Dados

Moçambique iniciou a sua participação do Sistema Geral de Difusão de Dados (GDDS) em Novembro de 2003, mas não actualizou a maioria dos seus metadados desde então.

Em Maio de 2005, foi preparada uma actualização do módulo de dados de Junho de 2002 do relatório sobre Observância de Normas e Códigos (módulo de dados do ROSC). As melhorias no ambiente institucional e afectação de mais recursos para a compilação de estatísticas das contas nacionais e da balança de pagamentos visavam resolver deficiências nos pré-requisitos de qualidade das estatísticas. A solidez metodológica, precisão e fiabilidade das estatísticas macroeconómicas começaram a apresentar melhorias em decorrência destes esforços.

## III. Prestação de Informação ao STA

Moçambique não fornece dados fiscais para publicação no *IFS (International Financial Statistics)* nem no *GFSY (Anuário de Estatísticas das Finanças Públicas)*. Actualmente, Moçambique fornece dados monetários mensais ao STA utilizando o formulário padrão de relatório (SRF). Por conseguinte, estes dados melhorados são publicados no Suplemento do *IFS*. Em 2007, o BM começou a coligir e a relatar dados completos da posição de investimento internacional no *BOPSY (Anuário de Estatísticas da Balança de Pagamentos)*.

**Moçambique: Tabela dos Indicadores Mais Comuns Exigidos para fins de Supervisão**  
(Em 8 de Maio de 2013)

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados <sup>7</sup>	Frequência do reporte <sup>7</sup>	Frequência da publicação <sup>7</sup>	Por memória:	
						Qualidade dos dados – Solidez metodológica <sup>8</sup>	Qualidade dos dados – Exactidão e fiabilidade <sup>9</sup>
Taxas de câmbio	Maio 2013	Maio 2013	D	S	D		
Activos de reserva internacionais e passivos de reserva das autoridades monetárias <sup>1</sup>	Maio 2013	Maio 2013	D	S	D		
Reserva/base monetária	Maio 2013	Maio 2013	M	M	M	GO, O, GO, O	GO, GO, O, O, GO
Massa monetária	Março 2013	Abril 2013	M	M	M		
Balanço do banco central	Março 2013	Abril 2013	M	M	M		
Balanço consolidado do sistema bancário	Março 2013	Abril 2013	M	M	M		
Taxas de juros <sup>2</sup>	Março 2013	Abril 2013	M	M	M		
Índice de Preços no Consumidor	Abril 2013	Maio 2013	M	M	M	O, GO, GNO, O	GNO, GO, GO, O, O
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento <sup>3</sup> – governo geral <sup>4</sup>	Março 2013	Abril 2013	M, T	T	T	GO, GNO, GO, O	GO, O, GO, O, GNO
Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central <sup>5</sup>	Março 2013	Abril 2013	T	T	T		
Balança de transacções correntes externas	2012 T4	Fev. 2013	T	I	I	GO, GNO, GO, O	GO, GNO, GO, GO, GNO
Export. e import. de bens e serviços	2012 T4	Fev. 2013	T	I	I		
PIB/PNB	2012 T4	Março 2013	T	T	I	O, GO, O, GO	GNO, GO, GO, O, GO
Dívida externa bruta	Dez 2012	Março 2013	A	I	I		
Posição de investimento internacional <sup>6</sup>	2007	Maio 2009	A	A	A		

<sup>1</sup> Os activos de reserva dados em garantia ou penhorados devem ser especificados à parte. Para além disso, os dados devem abranger os passivos de curto prazo indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas, bem como os valores nominais dos derivados financeiros para o pagamento e o recebimento de moeda estrangeira, inclusive os indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas.

<sup>2</sup> Taxas de mercado e oficiais, incluindo taxas de desconto, taxas dos mercados monetários e taxas dos títulos, bilhetes e obrigações do tesouro.

<sup>3</sup> Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

<sup>4</sup> O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extra-orçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

<sup>5</sup> Composição por moeda e por vencimento.

<sup>6</sup> Incluindo as posições em activos e passivos financeiros externos brutos com não residentes.

<sup>7</sup> Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).

<sup>8</sup> Conforme a avaliação **contida** no módulo de dados do ROSC publicado em Agosto de 2008 e com base nas constatações da missão realizada entre os dias 29 de Novembro e 7 de Dezembro de 2007 para o conjunto de dados correspondente às variáveis de cada linha. A avaliação indica se as normas internacionais relativas aos conceitos e definições, abrangência, classificação/sectorização e base de registo foram totalmente observadas (O), geralmente observadas (GO), geralmente não observadas (GNO), ou não observadas (NO).

<sup>9</sup> Aplicam-se as classificações descritas na nota 8, porém, neste caso, relativamente às normas internacionais sobre os dados de base, avaliação e validação dos dados de base, técnicas estatísticas, avaliação e validação dos dados intermédios e dos produtos estatísticos, e estudos das revisões.



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

*Nota de Informação ao Público*DEPARTAMENTO  
DE COMUNICAÇÃO

Nota de Informação ao Público (PIN) n.º 13/75  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
3 de Junho de 2013

Fundo Monetário Internacional  
700 19<sup>th</sup> Street, NW  
Washington, D. C. 20431 EUA

## **Conselho de Administração do FMI conclui consulta de 2013 a Moçambique ao abrigo do Artigo IV**

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu, em 24 de Junho de 2013, a consulta a Moçambique ao abrigo do Artigo IV.<sup>1</sup>

### **Contexto**

Moçambique manteve forte crescimento económico durante quase duas décadas, com a ajuda do investimento estrangeiro, sobretudo em mega projectos no sector de recursos naturais, e do generoso apoio dos parceiros de desenvolvimento. Contudo, apesar dos avanços na redução da pobreza, mais da metade da população ainda vive abaixo da linha nacional de pobreza. As melhorias foram mais acentuadas nas regiões do Sul, mais abastadas, e nos centros urbanos, especialmente na área de Maputo. Isto realça a necessidade de fomentar o crescimento mais inclusivo através de diversificação económica, criação de empregos e expansão da protecção social.

A economia de Moçambique continua robusta num contexto em que a economia mundial permanece frágil em resultado da crise financeira. Como reflexo do rápido crescimento da produção do carvão, bem como dos sectores de serviços financeiros, transportes e comunicações e agricultura, estima-se que o produto interno bruto (PIB) de Moçambique tenha crescido 7,5% em 2012. As inundações ocorridas no início de 2013

<sup>1</sup> Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente com uma periodicidade anual. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração. Concluídas as discussões, a Directora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos: <http://www.imf.org/external/np/sec/misc/qualifiers.htm>.



tiveram um impacto significativo, destruindo colheitas no Sul e causando enormes danos às infra-estruturas. Contudo, estima-se ainda que o PIB real crescerá cerca de 7% este ano, com a expansão contínua da mineração e a rápida recuperação esperada na produção agrícola. A inflação dos preços no consumidor apresentou forte desaceleração, para 2,2% em Dezembro de 2012, um dos índices mais baixos da região. No início de 2013, as inundações pressionaram para cima os preços dos alimentos, embora estime-se que a inflação continue baixa no médio prazo, em torno dos 5-6%. As operações externas são cada vez mais dominadas pelos grandes investimentos privados nos sectores mineiro e de hidrocarbonetos, os quais são maioritariamente financiados pelo investimento directo estrangeiro e por alguns empréstimos privados contraídos no exterior. O desempenho orçamental ficou, na generalidade, dentro do programado. O endividamento externo aumentou em 2012, com as autoridades a acelerar a contratação de empréstimos em condições comerciais para financiar os investimentos; os níveis de endividamento permanecem baixos de modo geral.

### **Avaliação do Conselho de Administração**

Os Administradores louvaram as autoridades pelas suas políticas, que se traduziram num desempenho macroeconómico vigoroso nos últimos anos. Embora as perspectivas a médio prazo sejam favoráveis, será importante gerir os riscos advindos das conjunturas externa e interna. Os Administradores instaram pela continuidade do compromisso com políticas sólidas e reformas estruturais para preservar a estabilidade macroeconómica, promover o crescimento inclusivo e reduzir a pobreza.

Cientes da necessidade de apoiar o investimento público e o desenvolvimento social, os Administradores vincaram a importância da prudência orçamental, dado que as receitas das indústrias extractivas continuarão a ser moderadas a curto prazo. Para que se limitem os riscos orçamentais, recomendaram a priorização da despesa corrente e, em especial, a contenção da massa salarial. Também defenderam a adopção de medidas para modernizar a administração da receita, reforçar a gestão das finanças públicas e assegurar a regularização atempada dos reembolsos do IVA. Consideraram válida a ideia de desenvolver um enquadramento de política orçamental que incorpore os proveitos dos recursos naturais esperados no médio prazo.

Os Administradores reconheceram que o actual nível elevado de investimento teria muito a contribuir para a melhoria das infra-estruturas, dando a Moçambique condições de acesso à sua riqueza em recursos naturais. Contudo, recomendaram a monitoria criteriosa do ritmo e da eficácia dos investimentos de modo a maximizar o retorno, observar os limites à capacidade de absorção e preservar a sustentabilidade da dívida. Nesse contexto, incentivaram as autoridades a continuar a reforçar a sua estratégia de endividamento de médio prazo, bem como a selecção e monitorização de projectos.

Os Administradores apoiaram a orientação de política monetária das autoridades mas destacaram a necessidade de manter uma vigilância constante e de adoptar políticas mais restritivas caso surjam pressões inflacionistas. Consideraram positivas as medidas que estão a ser tomadas para aperfeiçoar as operações monetárias e fortalecer os mecanismos de transmissão.

Os Administradores concordaram que o sistema bancário demonstrou o seu poder de resistência durante a crise financeira mundial. Em vista da actual expansão do sector financeiro, apoiaram os esforços das autoridades no sentido de desenvolver a capacidade para conduzir testes de stress e de reforçar a regulamentação prudencial. Acolheram com satisfação os progressos na criação de um enquadramento para a resolução de crises bancárias e na adopção da supervisão baseada no risco. A implementação da nova lei de combate ao branqueamento de capitais deve apoiar ainda mais os esforços contra a corrupção. Aguardam com expectativa a implementação vigorosa da nova Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro.

Os Administradores incentivaram as autoridades a prosseguir na implementação do seu Plano de Acção para Redução da Pobreza. O foco renovado na criação de empregos, aumento da produtividade agrícola e diversificação económica é a chave para o crescimento mais inclusivo num futuro próximo.

**As Notas de Informação ao Público (PIN)** inserem-se no esforço do FMI de promover a transparência acerca das suas opiniões e análise da evolução da economia e das políticas económicas. Mediante autorização do país (ou países) em análise, são emitidas PIN após as deliberações no Conselho de Administração, no âmbito das consultas efectuadas ao abrigo do Artigo IV aos países membros, relativamente à supervisão da evolução a nível regional, ao acompanhamento pós-programa e a avaliações *ex post* dos países membros com compromissos programáticos a mais longo prazo. As PIN também são emitidas na sequência das deliberações do Conselho sobre questões gerais, salvo decisão em contrário do Conselho de Administração em casos específicos.

**Tabela 1. Moçambique: Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2011-14**

	2011	2012	2013	2014
	Efect.	Est.	Proj.	Proj.
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)				
Rendimento nacional e preços				
PIB nominal (mil milhões de MT)	365	404	454	520
Crescimento do PIB nominal	16,0	10,6	12,3	14,6
Crescimento do PIB real	7,3	7,4	7,0	8,5
PIB per capita (USD)	571	634	640	684
Índice de preços no consumidor (média anual)	10,4	2,1	5,5	5,6
Índice de preços no consumidor (fim de período)	5,5	2,2	6,1	5,4
Taxa de câmbio, MT/USD, fim de período	27,1	29,7	...	...
Taxa de câmbio, MT/USD, média do período	29,1	28,4	...	...
Sector externo				
Exportações de mercadorias	33,6	11,3	13,8	20,9
Exportações de mercadorias, excluindo mega projectos	65,8	15,6	4,0	26,2
Importações de mercadorias	52,8	14,9	15,3	11,3
Importações de mercadorias, excluindo mega projectos	46,2	4,9	15,2	8,4
Termos de troca	2,5	-10,0	-1,9	-0,1
Taxa de câmbio efectiva nominal (fim de período)	12,4	7,4	...	...
Taxa de câmbio efectiva real (fim de período)	19,7	5,4	...	...
Moeda e crédito				
Base monetária	8,5	19,7	17,9	15,0
M3 (moeda em sentido lato)	9,4	29,4	19,0	15,5
Crédito à economia	6,4	18,3	21,5	19,1
(Percentagem do PIB)	26,9	28,8	31,1	32,3
(Percentagem do PIB)				
Investimento e poupança				
Investimento interno bruto	36,7	48,3	49,4	51,8
Governos	14,9	13,6	16,2	17,2
Outros sectores	21,9	34,7	33,2	34,6
Poupança interna bruta (excluindo donativos)	5,5	8,0	6,0	7,0
Governos	2,0	4,1	3,8	3,6
Outros sectores	3,6	3,9	2,2	3,4
Conta corrente externa, antes dos donativos	-31,2	-40,3	-43,4	-44,8
Conta corrente externa, após os donativos	-24,3	-36,5	-39,9	-41,3
Orçamento do Estado				
Total da receita <sup>1</sup>	20,7	23,5	24,5	23,5
Total da despesa e empréstimos líquidos	33,6	32,9	36,3	35,5
Saldo global, antes dos donativos	-13,1	-9,6	-11,8	-12,0
Total dos donativos	7,8	5,4	5,1	4,8
Saldo global, após os donativos	-5,3	-4,2	-6,7	-7,2
Saldo primário interno, antes dos donativos	-2,9	-1,0	-2,7	-1,7
Financiamento externo (incl. alívio da dívida)	3,7	4,2	5,7	6,4
Financiamento interno líquido	1,6	0,7	1,0	0,8
Privatização	0,0	0,0	0,0	0,0
Total da dívida pública <sup>2</sup>	39,3	42,2	47,8	50,9
D/q: externa	32,6	36,3	41,6	44,7
D/q: interna	6,7	5,9	6,2	6,2
(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)				
Conta corrente externa, antes dos donativos	-3.922	-5.737	-6.373	-7.158
Conta corrente externa, após os donativos	-3.059	-5.198	-5.854	-6.608
Balança de pagamentos global	323	373	100	320
Reservas internacionais líquidas (fim de período) <sup>3</sup>	2.239	2.605	2.704	3.023
Reservas internacionais brutas (fim de período) <sup>3</sup>	2.428	2.799	2.894	3.211
Meses de import. projectadas de bens e serviços não factoriais	2,9	3,0	2,8	2,6
Meses de import. de bens e serviços não factoriais, excl. mega projectos	5,2	6,2	4,2	4,2

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Líquida dos pedidos de reembolso do IVA verificados.

<sup>2</sup> A linha de crédito não concessional do governo português é incluída na dívida externa, conforme a definição da ASD.

<sup>3</sup> Inclui os desembolsos de recursos do FMI no âmbito da ESF e a afectação de DSE de Agosto de 2009.



Comunicado de Imprensa n.º 13/231  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
24 de Junho de 2013

Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431 EUA

### **Conselho de Administração do FMI concluiu sexta avaliação do acordo com Moçambique ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e aprova novo PSI de três anos**

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a sexta e última avaliação do acordo com Moçambique ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) e aprovou um novo PSI de três anos. Para o efeito, o Conselho tomou nota da decisão do país de cancelar o actual PSI, cujo término estava previsto para 31 de Julho de 2013 (ver Comunicado de Imprensa n.º 10/242). Ao concluir a avaliação, o Conselho concedeu dispensas do cumprimento dos critérios de avaliação para o final de Dezembro de 2012 relativos ao stock da base monetária e ao crédito líquido do sistema bancário ao governo central.

O PSI foi concebido tendo em mente países de baixo rendimento que talvez não necessitem ou não tencionem recorrer à assistência financeira do FMI, mas, ainda assim, tenham interesse em beneficiar dos serviços prestados pela instituição em matéria de aconselhamento, monitoria e endosso das políticas (ver Nota de Informação ao Público n.º 05/145).

O PSI de Moçambique visa a manutenção da estabilidade macroeconómica e a redução da pobreza através da capacitação institucional em matéria de gestão económica; a melhor focalização das despesas prioritárias; o fortalecimento da gestão da dívida; a eficiência do sector financeiro e a melhoria do ambiente de negócios e da competitividade.

O Sr. Min Zhu, Subdirector-Geral e Presidente em Exercício do Conselho de Administração do FMI, fez o seguinte pronunciamento ao concluírem-se as discussões sobre Moçambique:

“O desempenho económico e as perspectivas de Moçambique permanecem sólidos. Auxiliada pelas políticas macroeconómicas correctas, a economia demonstrou resistência à crise financeira mundial. O país está bem preparado para manter o crescimento económico vigoroso no médio prazo, como consequência do alargamento da produção no sector de recursos naturais.

Embora a inflação continue moderada, é preciso manter as pressões inflacionistas sob vigilância constante. As autoridades devem estar preparadas para adoptar políticas mais restritivas caso a inflação ultrapasse as projecções.

O Plano de Acção para Redução da Pobreza define uma estratégia de desenvolvimento ambiciosa que visa promover o crescimento inclusivo e melhorar os indicadores do desenvolvimento social. A sua ênfase na diversificação económica e criação de empregos é apropriada.

A estratégia de desenvolvimento das autoridades precisa de se adaptar ao aumento da contribuição da indústria extractiva para a economia, pelo que será importante continuar a modernizar a administração tributária e a gestão financeira pública. O aproveitamento da riqueza dos recursos naturais de Moçambique exigirá um nível elevado de gastos em infra estruturas. Contudo, é fundamental que o ritmo do investimento público seja compatível com a capacidade de absorção e a sustentabilidade da dívida. Por conseguinte, recomenda-se que as autoridades reforcem a gestão da dívida a médio prazo, bem como a selecção e execução de projectos.

O sistema bancário demonstrou seu poder de resistência diante da crise financeira mundial. São de louvar as melhorias recentes no quadro de resolução de crises, na supervisão bancária e na legislação anti-branqueamento de capitais. Para o futuro, será importante garantir a aplicação rigorosa da nova Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro”.

## **Intervenção do Sr. Momodou Bamba Saho, Administrador do FMI para Moçambique 24 de Junho de 2013**

As autoridades estão profundamente gratas pelo empenho construtivo e o apoio do FMI em ajudar Moçambique a estabelecer uma fundação sólida para o crescimento económico sustentável. Elas partilham a tónica geral do relatório do corpo técnico, que faz uma avaliação abrangente da evolução económica recente e do desempenho do programa. As autoridades saúdam o entendimento do corpo técnico sobre os difíceis desafios que Moçambique enfrenta e enfrentará no futuro próximo.

### **Evolução económica recente**

**O forte crescimento económico de Moçambique é um reflexo do compromisso das autoridades para com políticas orçamentais e monetárias prudentes, em linha com o seu Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) para 2011-2014 e apoiado pelo Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI).** O crescimento económico real foi mantido acima dos 7% nos últimos 20 anos e continuou elevado no ano de 2012, em 7,4%, reforçado pela considerável contribuição do sector mineral, da agricultura e dos serviços financeiros. Apesar das recentes estimativas que apontam para uma ligeira queda do crescimento devido às cheias que danificaram as infra-estruturas durante o primeiro trimestre de 2013, prevê-se que o crescimento do PIB permaneça acima dos 7% até ao final do ano.

Contudo, as autoridades estão cientes que o crescimento económico por si só não fornece respostas adequadas para a conjuntura socioeconómica negativa e, apesar da perseverança em manter políticas macroeconómicas prudentes e realizar reformas estruturais, a redução da pobreza e o crescimento inclusivo ainda representam grandes desafios de política. **A política orçamental das autoridades continuará a focar o uso prudente de empréstimos externos não concessionais para ajudar a colmatar o fosso entre as vastas necessidades de financiamento de infra-estruturas do país e uma tendência de diminuição do apoio de doadores, garantindo, em simultâneo, a estabilidade macroeconómica.**

*A política monetária continua orientada para a expansão do crédito interno em apoio ao investimento do sector privado, sem descorar a manutenção da estabilidade dos preços.*

As autoridades conseguiram manter a inflação abaixo dos 5%. Com um índice de apenas 2,2%, Moçambique registou a inflação mais baixa da sub-região. Prevê-se, contudo, uma ligeira subida da taxa de inflação em 2013, devido ao aumento dos preços dos alimentos, provocado pelo baixo desempenho da agricultura após as fortes cheias.

*As autoridades permanecem empenhadas em reforçar a supervisão bancária para aperfeiçoar o mecanismo de transmissão da política monetária. O Banco de Moçambique (BM) tomou medidas destinadas à criação de reservas de capital suficientes no sistema bancário através de instrumentos bancários mais diversificados.*

**As autoridades estão também a reforçar a inclusão financeira como parte da Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro (EDSF) 2013-2022 de Moçambique.** O objectivo é aprofundar o mercado da dívida pública. As autoridades pretendem aperfeiçoar os mecanismos de

supervisão do sector financeiro através da melhoria da supervisão bancária. Neste contexto, concluíram recentemente o plano de contingência do sector financeiro e estão a operacionalizar o Fundo de Garantia de Depósitos. Ademais, as autoridades reviram o quadro jurídico com o objectivo de implementar a legislação de CBC/FT. Determinado a manter um sistema bancário robusto, o BM lançou o seu próprio exercício de testes de stress e em Março de 2013 criou uma directriz de gestão de risco e um quadro jurídico e analítico de supervisão baseada no risco, criando as condições para a adopção do Acordo de Capital Basileia II no ano de 2014.

***O sector externo de Moçambique continua viável apesar do elevado rácio entre o défice da conta corrente e o PIB. Impulsionado pela taxa de câmbio real, o sector exportador registou um crescimento contínuo, enquanto os fluxos de IDE também mantiveram o seu dinamismo, provocando uma queda do défice de conta corrente externa em percentagem do PIB.*** Todavia, atrasos no desembolso financeiro de alguns doadores e aumentos consideráveis na importação de bens, em resposta à escassez no mercado interno provocada pelas cheias, reduziram as reservas internacionais além do previsto. No geral, as reservas disponíveis podem financiar três meses de importações de bens e serviços.

### **Desempenho do programa ao abrigo do PSI**

**O desempenho do programa tem sido bom e apenas dois critérios de avaliação quantitativos para o final de Dezembro de 2012 não foram cumpridos.** A base monetária ultrapassou a meta para o final de Dezembro devido à elevada procura por numerário durante a quadra festiva. O crédito líquido ao governo (CLG) superou o valor programado devido a uma queda na receita e gastos de investimento acima do previsto. Contudo, o CLG ficou dentro das projecções no final de Março de 2013. As autoridades também tomaram importantes medidas para cumprir os indicadores de referência estruturais do programa para o final de Dezembro de 2012 relativamente ao Plano Anual de Endividamento Interno para 2013, aprovado em Janeiro deste ano, conforme previsto. O Plano de Contingência do Sector Financeiro e a Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro – dois indicadores de referência estruturais do final de 2012 – também foram aprovados em Abril de 2013. **Face ao forte desempenho do programa, as autoridades solicitam dispensas do cumprimento dos dois critérios de avaliação para o final de Dezembro de 2012 que não foram observados e pedem o apoio do Conselho de Administração para a conclusão da sexta avaliação ao abrigo do PSI. As autoridades também solicitam ao Conselho de Administração a aprovação do novo PSI de três anos e o cancelamento do actual PSI.**

### ***Política orçamental***

**Embora apoie o esforço de desinflação, a orientação da política orçamental contemplará o relançamento do investimento público nos próximos anos, para a reconstrução das infra-estruturas danificadas pelas cheias e a consecução dos objectivos em matéria de desenvolvimento social e humano,** inclusivamente o alargamento da protecção social, a melhoria da produtividade na agricultura e nas pescas e o aumento das oportunidades de trabalho e da criação de empregos. As autoridades aumentaram a despesa social para mais de USD 57 milhões em 2013, contra cerca de USD 11 milhões em 2007, e estão empenhadas em continuar a aperfeiçoar as redes de segurança social no médio prazo. A Estratégia Nacional de Segurança Social Básica aprovada em

2010 foi alargada através de novos programas de protecção social destinados aos grupos mais vulneráveis da população.

**Devido às reformas tributárias realizadas com a introdução da Janela Única, as receitas tributárias superaram as previsões em Março 2013. As reformas em curso na tributação dos sectores mineiro e dos hidrocarbonetos estão a aumentar a cobertura e a alargar a base tributável.** As autoridades concordaram em alterar a lei do IVA para permitir a sua incidência sobre a base líquida a partir do orçamento de 2015 e o pagamento de impostos através dos bancos, para simplificar a arrecadação.

*Apesar da transição de Moçambique de uma economia agrícola para uma economia de recursos minerais constituir uma prova irrefutável de mudança estrutural, a agenda de reformas estruturais das autoridades continua a centrar-se na melhoria da gestão das finanças públicas e da sua capacidade humana e institucional em antecipação ao papel que o sector extractivo desempenhará no longo prazo. Face a este cenário, as autoridades estão determinadas a assegurar uma elevada transparência fiscal na execução dos seus mega projectos. Continuam empenhadas no reforço da eficiência do quadro regulatório e orçamental e continuarão a cumprir as exigências da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE).*

### Orçamento revisto para 2013

As autoridades estão determinadas em promover o investimento e assegurar a estabilidade social e política, que é necessária para sustentar um crescimento robusto. A este propósito, **foi submetido à Assembleia da República um orçamento revisto destinado à reconstrução das infra-estruturas económicas nas seis províncias seriamente afectadas pelas cheias.** A intenção é financiar a maior parte da reconstrução com a receita acumulada em 2012 com o imposto sobre mais-valias nas actividades extractivas. As autoridades concordaram com o corpo técnico em utilizar as receitas excepcionais para reduzir a dívida pública e os reembolsos de IVA pendentes a partir de 2015. Também concordaram que o actual excedente orçamental deveria ser usado, em parte, para acelerar o investimento de capital e o desenvolvimento socioeconómico o que, por seu turno, melhorará a sua capacidade para reduzir os reembolsos pendentes daqui em diante.

**Em 2013, as autoridades afectarão 72,3% do total da despesa de investimento a sectores prioritários como agricultura e pescas, energia, saúde e educação, com o objectivo de reduzir a pobreza e reforçar a produtividade e a competitividade, sem deixar de proteger os mais vulneráveis.** Ademais, as autoridades afectaram 1,3 mil milhões de meticais no orçamento de 2013 para compensar os prejuízos sofridos em 2012 pelos importadores de combustíveis. Com isto, o défice orçamental global, após donativos, cairia para a faixa de 5-8% do PIB entre 2013 e 2015.

### Gestão da massa salarial pública

**As autoridades implementaram uma estrutura salarial descomprimida destinada a reduzir a enorme desigualdade salarial do sector público, além de estimular o consumo interno.** A este respeito, houve um aumento da massa salarial, sobretudo para os funcionários públicos dos sectores da educação e da saúde. Consequentemente, a massa salarial pública passa a absorver 10,8% do PIB



e as autoridades pretendem congelar novas contratações em sectores não prioritários. Daqui em diante, estão determinadas a manter a massa salarial em cerca de 8,5% do PIB no médio prazo.

### **Empréstimos não concessionais e sustentabilidade da dívida**

**Conforme previsto no documento Visão das Finanças Públicas 2011-2025, as autoridades continuam empenhadas em prosseguir uma política prudente de gestão da dívida pública que reforce a credibilidade de Moçambique.** Para tal, criaram uma Unidade de Gestão da Dívida Pública e um Comité de Gestão e Selecção de Projectos em 2011, para que se cumpra um programa de investimento mais abrangente.

**Em 2012, Moçambique contratou cerca de USD 1,2 mil milhões em empréstimos não concessionais, atingindo um valor acumulado de USD 1,387 mil milhões, que, no final de Junho de 2013, continuava abaixo do limiar acordado no âmbito do PSI, que é de USD 1,6 mil milhões.** As autoridades são de opinião que os novos empréstimos serviriam apenas para financiar projectos de infra-estruturas, sobretudo em energia e transportes. Estes projectos deverão ter consequências positivas na economia. Concordaram com o corpo técnico em aumentar o limiar dos empréstimos não concessionais de USD 1,6 para USD 2,0 mil milhões nos próximos três anos, criando espaço para mais despesas de investimento até 2016. As autoridades forneceram ao corpo técnico a lista de projectos integrados propostos, todos eles baseados em estudos de viabilidade favoráveis, análises de custos e benefícios e uma avaliação completa dos custos de oportunidade.

**Com o apoio da assistência técnica do FMI, as autoridades realizaram análises de sustentabilidade da dívida em 2010, 2011 e 2012. Também concluíram a Estratégia de Gestão da Dívida Pública a Médio Prazo para 2012-2015, a qual foi aprovada pela Assembleia em Setembro de 2012.** Desejosas de promover a poupança interna e estimular o desenvolvimento do mercado de capitais, as autoridades também concluíram o primeiro Plano de Endividamento Interno para 2013 baseado nas projecções do orçamento para este exercício, que aperfeiçoa a emissão de obrigações soberanas, moderniza a bolsa e reforça a confiança dos investidores. No geral, a sustentabilidade da dívida continua moderada no médio prazo e as autoridades continuarão a priorizar os donativos ao invés dos empréstimos concessionais.

### **Gestão dos recursos naturais**

**As autoridades pretendem reforçar a sua capacidade de gestão dos recursos naturais do país** através da melhoria do regime fiscal para a mineração e a extracção de hidrocarbonetos e a implementação de todos os critérios de adesão à ITIE. A esse propósito, persistirão nas reformas da gestão da dívida e da planificação de investimentos, e também da administração tributária, de modo a manter o ritmo da forte mobilização de receitas. A implementação da base de dados única do NUIT, que permita melhorias contínuas na cobrança de impostos, constitui um passo na direcção certa. As autoridades encontram-se nas fases iniciais da assistência técnica que reorientará o seu quadro orçamental para o de uma economia baseada em recursos. Foram iniciadas discussões construtivas durante a mais recente vista do corpo técnico e a sexta avaliação ao abrigo do PSI e as autoridades estão dispostas a prosseguir essas análises no futuro.

## **Relação com o FMI**

As autoridades moçambicanas congratularam-se com a recente visita do Primeiro Subdirector-Geral do FMI. A visita foi interpretada como prova adicional da boa cooperação com a instituição. Moçambique concordou em sediar a Conferência África-FMI em 2014 que reunirá Ministros das Finanças e Governadores de bancos centrais africanos e a administração do FMI, líderes empresariais e a sociedade civil para discutir formas de construção de uma parceria mais sólida entre o Continente e o FMI. As autoridades são de opinião que será uma boa oportunidade para Moçambique expor as suas conquistas e exercer um papel importante na evidenciação das questões de maior interesse para África na sua interação com o FMI. As autoridades mantêm o compromisso com o FMI e centrarão o novo quadro do PSI em áreas como a redução da pobreza, o crescimento inclusivo e a consolidação da estabilidade macroeconómica.